

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

Gabrielle Pereira Soares

**Entrelaçamentos entre fé e status na cultura católica de Belo Horizonte**  
**(1940-1980)**

Belo Horizonte  
2025

Gabrielle Pereira Soares

**Entrelaçamentos entre fé e status na cultura católica de Belo Horizonte  
(1940-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Candice Vidal e Souza

Linha de pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vidas.

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S676e	<p>Soares, Gabrielle Pereira Entrelaçamentos entre fé e status na cultura católica de Belo Horizonte (1940-1980) / Gabrielle Pereira Soares. Belo Horizonte, 2025. 121 f. : il.</p>
	<p>Orientadora: Candice Vidal e Souza Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais</p>
	<p>1. Concílio Vaticano (2. : 1962-1965). 2. Igreja Católica. Arquidiocese de Belo Horizonte (MG) - História - Séc. XX. 3. Elites (Ciências sociais). 4. Políticos. 5. Igreja Católica - Influência. 6. Status social. I. Souza, Candice Vidal e. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p>
	SIB PUC MINAS
	CDU: 27(815.1)

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

Gabrielle Pereira Soares

**Entrelaçamentos entre fé e status na cultura católica de Belo Horizonte  
(1940-1980)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Candice Vidal e Sousa

Linha de pesquisa: Cultura, Identidades e Modos de Vidas.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Candice Vidal e Souza - PUC Minas (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Luciana Teixeira de Andrade - PUC Minas (Banca Examinadora)

---

Prof Dr. Rafael de Souza Bertante – Rede particular de ensino Juiz de Fora  
(Banca Examinadora)

---

Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira - PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025

*Para minha mãe, meu primeiro exemplo  
de fé cristã. Com todo meu amor e afeto.*

## AGRADECIMENTOS

*Início dizendo que estes foram os dois piores anos da minha vida. Fazer o mestrado, para mim, foi algo completamente diferente daquilo que projetamos — ainda imaturos — na graduação, quando sonhamos com a pós como um caminho natural. Freud dizia que gostamos da ilusão; talvez esse tenha sido o caso. Uma ilusão passageira, “que a brisa primeira levou”. Talvez tenha sido a sedução pelos professores, pelo universo acadêmico e pela ideia da carreira acadêmica que nos levou a acreditar que o mundo da pesquisa seria um conto de fadas. Mas a realidade é árdua, cheia de conflitos, e nela somos obrigados a lidar com nossos próprios demônios. Não foi fácil enfrentar desrespeitos, narcisismo acadêmico e a vaidade que molda os espaços da pós. Para quem vem de baixo, como eu, é preciso força e garra redobradas para se manter de pé diante da elite acadêmica. No mestrado morri. E, ainda assim, encerro este ciclo clamando por “Redemption Song”. Um salve para todos os ‘rebeldes’ que permanecem firmes neste lugar que nunca foi pensado para nós.*

*Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por Seu amor imensurável. Mesmo quando parecia impossível e nos momentos difíceis, a Tua graça me bastou e foi o antídoto para minhas aflições. Te adoro, meu Senhor!*

*Agradeço à CAPES por ter me concedido recursos e financiamento para a realização desta pesquisa.*

*À minha orientadora, Candice Vidal, por ter sido fundamental no processo da minha pesquisa, pelos empréstimos dos livros e por sempre ter se mostrado disponível. À banca de qualificação, professora Luciana Andrade e professor Rafael Bertante, por terem sido fundamentais em um momento em que tudo estava incerto e desafiador. À banca de defesa, professoras Candice Vidal e Luciana Andrade; professores Rafael Bertante e Rodrigo Coppe, pela contribuição, sugestões e leitura atenta desta dissertação. Felizmente, tive o privilégio de ter uma banca com membros que são minhas inspirações.*

*A PUC Minas por sua excelência e aos professores do PPGCS, especialmente André Junqueira, Carlos Aurélio, Cristina Filgueiras, Regina Medeiros e Luciana Andrade, sinônimos de inspiração e gratidão! Às professoras Cristina Filgueiras e Regina Medeiros, que me ajudaram e praticaram escuta atenta quando mais precisei.*

*Ao pessoal da secretaria do PPGCS, por sempre nos ajudar, especialmente ao Carlos, Felipe e Janssem. Ao pessoal da limpeza, portaria e segurança do prédio, que contribuíram para o nosso conforto e segurança. Ao pessoal da biblioteca da PUC Minas, pela ajuda, disponibilidade, gentileza e interesse em saberem da minha pesquisa. Ao pessoal do Centro de Memória, por me recepcionarem tão bem e me ajudarem em cada busca arquivística, principalmente quando chegava e tudo já estava preparado. Heloísa, Leandro e aos demais, gratidão total!*

*Ao Coral PUC Minas, por ter sido um dos refúgios para que eu fugisse do mundo, e ao professor Daniel Augusto, por ter sido um incentivador. À Dani Ribeiro, amiga que o Coral me deu e muito me apoiou e esteve presente em vários cenários do mestrado, sempre me apoiando e vibrando com minhas conquistas e relatos. Ao Jonathan Henrique, que contribuiu nos períodos iniciais da pesquisa, principalmente quando algumas questões do catolicismo se tornam incompreensíveis.*

*Aos professores Caio Boschi e Frei Luís Antônio Pinheiro, pela disponibilidade, contribuições e sugestões no início e no final desta pesquisa. Aos professores do Curso de História da PUC Minas: Ana Maria Coutinho, Carla Ferretti, Edison Gomes, Julia Calvo e Mário Cléber, que saudades e privilégio de ter aprendido com vocês!*

*Ao professor Bráulio Chaves (CEFET-MG), muito obrigada por todo apoio ainda quando eu era bolsista do SOFIA e pelo empréstimo do computador para a realização desta pesquisa.*

*Aos meus pais, que sempre fizeram de tudo para que eu tivesse acesso à educação e pudesse realizar os meus sonhos. Meus primeiros professores, mediadores sensíveis na escola da vida. À minha mãe, muito obrigada pelo seu amor incondicional, pelo cuidado, pelas orações e por ser um sol em minha vida. Mamãe você é, para mim, a minha Lady Laura — e sem você, tudo seria muito mais difícil. Te amo! Ao meu pai, de quem sinto profunda saudade. Mesmo não estando mais presente no mundo físico, sou imensamente grata por carregar comigo as melhores lembranças e ensinamentos. Te amo, papai!*

*Ao meu gato Miguel, bichano companheiro que esteve presente nos dias mais difíceis, aliviando a ansiedade com seus miados e sua presença constante. Sem você, o peso teria sido ainda maior.*

*Agradeço, com todo o meu carinho, à minha família, pelo amparo constante, pelo cuidado, apoio e suporte em todas as etapas da minha trajetória. À vovó Cirinha, que foi um dos maiores presentes de Deus na minha vida. Seu legado de devoção e fé permanece como inspiração diária e guia dos meus caminhos. Às minhas tias Catarina, Cida, Henriqueta, Maria Augusta, Tereza e Marisa, por estarem presentes, torcendo por mim e contribuindo de forma significativa para a minha formação e conquistas. Em especial, à tia Má: obrigada por tudo, por estar ao meu lado em todas as etapas da vida e por contribuir para que este e outros sonhos se tornassem possíveis. Sua ajuda foi fundamental. Ao meu primo Nino por todo o carinho e sempre tornar os meus dias mais leves e festivos. Aos primos Alex, Fêfê, Natália, Arthur e Carla, pela presença constante, pelas palavras de incentivo e pelo apoio sincero ao longo desta e outras jornadas.*

*Aos amigos dos quais fiquei ausente, mas que sempre estiveram em minha mente e orações: Day, Joãozinho, Higor, Maira Maria e Thais. À Maryane e senhor Cleto, pela acolhida, por cada almoço, cafés e carinho. Renan Duarte, responsável pelos mapas desta pesquisa, um dos presentes da PUC dos tempos de graduação, que sempre me incentivou a sair da bolha dos historiadores e a conhecer outros cursos. Você é 1000.*

*Às minhas madrinhas de orações que muito me ouviram e intercederam por mim: Elza, Fatinha, Maria, Maria Helena, Rosângela e Simeia. Deus seja louvado pela vida de vocês!*

*À minha afilhada, Maria Manoella, luz do sol em meio às tempestades.*

*Aos amigos e colegas do mestrado, obrigada pelas ajudas, cafés, coesão social/ comunhão, momentos de descontração e desabafos coletivos. Aprendi muito com todos em especial:*

*Ao Gustavo Andrade, amigo que me deu o mestrado e esteve presente ao meu lado nas trincheiras. Foi um dos pontos de equilíbrio quando tudo se tornou difícil. Obrigada pela amizade, companheirismo, conselhos, escutatória —principalmente para pautas repetitivas, troca de conhecimentos e por me incentivar a sair da caverna.*

*Ao Miguel Vitor, amigo de graduação, mestrado e vida. 'Você é o meu amigo de fé, meu irmão camarada'.*

*À Márcia Lopes, obrigada pelas caronas, ligações, áudios (quase podcasts!) e por compartilhar comigo tantos conhecimentos necessários sobre direitos humanos e segurança pública. Sua amizade foi essencial neste percurso — e continua sendo fundamental. "Doutora dos protegidos", você é um verdadeiro exemplo de mulher latino-americana: não desiste, especialmente quando tentam silenciar sua voz. Em vez disso, responde com um grito de resistência. Aprendo muito com você, que respira luta todos os dias.*

*Ao Léo, por ter me alertado logo no início, quando ainda estava seduzida pela pós-graduação, que o mestrado não é um morango. Aprendi muito com os seus termos jurídicos, conselhos e dicas acadêmicas.*

*Ao Zé Maurício, seria impossível não recordar nossas conversas no início do mestrado e toda a sua generosidade em mediar o contato com o pessoal do Memorial da Arquidiocese. Agradeço também por compartilhar eventos, informações e tudo mais relacionado à Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua disposição fez diferença neste caminho.*

*Bárbara Cambraia, Sid e Kênia, sempre que puderam entre disciplinas curtas, deixaram suas essências de aconchego, paz e muitas risadas.*

*Ao Memorial da Arquidiocese, em especial à Maristela e Heloísa, obrigada! Ao APCBH, minha instituição de pesquisa favorita e sempre tão solícita. APM, muito obrigada.*

*No mais, felizmente, posso dizer que 'the dog days are over'. No mestrado, eu morri e sangrei pra cachorro, mas no doutorado, eu não morro!*

“É o terço de brilhante nos dedos de minha avó”

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a contribuição da Igreja Católica para a sociedade de Belo Horizonte, com foco na interação entre catolicismo e elites locais durante o século XX. O período investigado vai da década de 1940 até 1980. A pesquisa explora como o catolicismo se alinhou com os interesses políticos da elite de BH, com muitos políticos mantendo sua identidade religiosa e participando ativamente de ritos católicos. Ao mesmo tempo, o catolicismo de Belo Horizonte enfrentou tensões internas e externas, especialmente com a introdução de novas diretrizes religiosas após o Concílio Vaticano II, que provocaram resistência entre as elites locais, acostumadas com o modelo tradicional. Destaca-se ainda a presença ativa da Igreja Católica não apenas nos espaços de culto, mas também em espaços privados e eventos sociais exclusivos, como casamentos, batizados e festas, nos quais os líderes religiosos eram frequentemente chamados a participar. A análise dos documentos históricos, como jornais e registros eclesiásticos, revela o papel central da Igreja na coesão social e cultural da cidade, com grande impacto nas esferas da educação, saúde e movimentos sociais. Além disso, são investigadas as articulações entre a Igreja e os movimentos conservadores e de direita, especialmente no contexto do Golpe Militar de 1964, quando figuras da Igreja Católica foram associadas à oposição à esquerda e ao comunismo. A herança deixada pelas elites católicas durante esse período se reflete nas obras artísticas, musicais e literárias, que contribuíram para consolidar o catolicismo como a religião predominante na cidade, com forte presença simbólica na vida pública e privada.

**Palavras-chave:** Arquidiocese de Belo Horizonte; Belo Horizonte; Cultura Católica; Concílio Vaticano II; Sociabilidade Católica.

## ABSTRACT

This research analyzes the contribution of the Catholic Church to the society of Belo Horizonte, focusing on the interaction between Catholicism and local elites during the 20th century. The period investigated spans from the 1940s to the 1980s. The research explores how Catholicism aligned itself with the political interests of Belo Horizonte's elites, with many politicians maintaining their religious identity and actively participating in Catholic rituals. At the same time, Catholicism in Belo Horizonte faced internal and external tensions, especially with the introduction of new religious guidelines after the Second Vatican Council, which provoked resistance among local elites accustomed to the traditional model. The active presence of the Catholic Church is highlighted not only in places of worship but also in private spaces and exclusive social events, such as weddings, baptisms, and parties, where religious leaders were frequently called to participate. The analysis of historical documents, such as newspapers and ecclesiastical records, reveals the Church's central role in the social and cultural cohesion of the city, with a significant impact on education, health, and social movements. Furthermore, the research investigates the connections between the Church and conservative and right-wing movements, especially in the context of the 1964 Military Coup, when figures of the Catholic Church were associated with opposition to the left and communism. The legacy left by Catholic elites during this period is reflected in artistic, musical, and literary works, which contributed to consolidating Catholicism as the predominant religion in the city, with a strong symbolic presence in both public and private life.

**Keywords:** Archdiocese of Belo Horizonte; Belo Horizonte; Catholic Culture; Second Vatican Council; Catholic Sociability.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Instituições Católicas fundadas entre 1940-1980 e situadas na Avenida do Contorno .....	44
Figura 2- Instituições Católicas fundadas entre 1940-1980 no entorno da Avenida do Contorno.....	44
Figura 3- Instituições Católicas fundadas entre 1940-1980 dentro da Avenida do Contorno.....	45
Figura 4- Paróquia Nossa Senhora da Consolação e Correia (1968) .....	47
Figura 5- Alunas da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, Dom Cabral e pessoas não identificadas.....	52
Figura 6- Enlace Pimenta-Lima.....	62
Figura 7- Enlace Guimarães-Lima.....	66
Figura 8- Enlace Nobre-Paiva.....	67
Figura 9- Recepção do casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob .....	69
Figura 10- Dom Carlos Carmelo de V. Motta e Israel Pinheiro.....	72
Figura 11- Lactário Nossa Senhora do Carmo.....	77
Figura 12- Dom Serafim na Vila Olímpica do Atlético Mineiro.....	82
Figura 13- Dom João Resende e Israel Pinheiro .....	89

Figura 14- Inauguração Teleférico Mannesmann.....	90
Figura 15- Arquidiocese reza por Dom Cabral.....	91
Figura 16- O rosário contra o comunismo.....	103
Figura 17- Guerra das cadeiradas.....	104
Figura 18- Manifestação dos estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais.....	107
Figura 19- Estudantes em prol de acessibilidade e mobilidade ao campus universitário.....	108
Figura 20- Mobilidade e Crítica Estudantil na Universidade Católica de Minas Gerais .....	109

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Instituições católicas mapeadas na área limítrofe à Avenida do Contorno.....	41
--	----

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1-** Habitantes de Belo Horizonte por religião e sexo (1940). . . . . 33

**Tabela 2-** Movimento Religioso Católico em Belo Horizonte de 1949 . . . . . 36

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2. CATOLICISMO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM BELO HORIZONTE.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 Arquidiocese de Belo Horizonte: contexto histórico e social .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Catolicismo e a Avenida do Contorno.....</b>	<b>41</b>
<b>2.3 Educação, ética e moral católica .....</b>	<b>49</b>
<b>2.4 A influência da fé cristã na formação social e cultural.....</b>	<b>53</b>
<b>3. ENTRE A CRUZ E O DINHEIRO.....</b>	<b>58</b>
<b>3.1 A sociabilidade da elite política e social católica: casamentos.....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 Assistência, pobreza e caridade.....</b>	<b>73</b>
<b>3.2.1 Assistência, pobreza e caridade: Clube Atlético Mineiro.....</b>	<b>80</b>
<b>4. COM QUANTOS QUILOS DE MEDO SE FAZ UMA TRADIÇÃO.....</b>	<b>87</b>
<b>4.1 Espaço público, privado e sagrado .....</b>	<b>87</b>
<b>4.2 Distinção, poder simbólico e o catolicismo.....</b>	<b>90</b>
<b>4.3 Belo Horizonte, Ditadura e Concílio Vaticano II.....</b>	<b>92</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A influência do catolicismo contemporâneo na sociedade, nas interações sociais, políticas e nos sujeitos tem sido objeto de estudo em diversas vertentes sociológicas. Entre os aspectos mais complexos desta relação, destaca-se o vínculo entre Igreja e Estado, fundamental para o entendimento das práticas religiosas e da cultura nacional brasileira.

O catolicismo, particularmente em Belo Horizonte, manifesta-se através de uma sociabilidade religiosa que se configura por múltiplos agentes sociais e políticos, desempenhando um papel significativo na formação e manutenção das práticas religiosas na cidade. Entre esses agentes, a hierarquia do clero local, composta por líderes religiosos, seminaristas e freiras, é crucial na organização institucional da religiosidade católica, enquanto os fiéis leigos contribuem para essa sociabilidade por meio de suas atividades devocionais e pastorais.

Desde a década de 1970, estudos sociológicos têm ressaltado a existência de uma vertente católica elitizada, distinta do movimento popular, e identificam as influências políticas como um elemento constante na sociabilidade católica. A participação dos agentes políticos está interligada aos benefícios e privilégios que as autoridades governamentais conferem à Igreja, que desempenha um papel crucial na perpetuação das estruturas de poder e na dinâmica religiosa, frequentemente ligada às elites (Montero, 1999; Coppe Caldeira, 2015).

Pesquisas sobre cultura e sociabilidade religiosa contemporânea também exploram as representações sociais e simbólicas que moldam o sujeito religioso, refletindo as tensões e transformações internas dos grupos sociais. Essas investigações, ao se debruçar sobre as figuras do católico tradicional e as novas abordagens pós-Vaticano II, buscam entender o impacto dessas mudanças nas práticas religiosas, antes e depois da década de 1980, período de transição para a democracia no Brasil. Esses estudos são fundamentais para a compreensão das estruturas religiosas e sua relação com a sociedade, focando especialmente

nos conceitos de elites, poder simbólico e tradição religiosa (Steil; Herrera, 2010).

O catolicismo mineiro, como parte integrante do contexto religioso brasileiro, tem raízes profundas desde o período colonial, marcado por influências do Concílio de Trento e pela criação do Bispado de Mariana, que assegurava o controle social através da Igreja.

Com a construção de Belo Horizonte na região de abrangência da Arquidiocese de Mariana, a presença e influência da Igreja Católica mantiveram-se significativas. A ideia de criação de uma Diocese própria para a nova capital surgiu em 1914, mas só foi concretizada em 11 de fevereiro de 1921, com a fundação da Diocese de Belo Horizonte. Posteriormente, essa diocese foi elevada à categoria de Arquidiocese em 1º de fevereiro de 1924. Desde então, essa nova estrutura eclesiástica buscou alinhar os princípios do catolicismo com o processo de desenvolvimento econômico e político da cidade.

A instalação da nova capital mineira representou um marco de modernização que, por sua vez, conviveu com a atuação das elites católicas empenhadas em preservar os valores cristãos e a ordem social.

A presente pesquisa analisa a sociabilidade e as práticas religiosas das elites católicas em Belo Horizonte, no período de 1940 a 1980, refletindo sobre o impacto dessas práticas nos diversos setores da cidade, incluindo imprensa, famílias, escolas e movimentos sociais. Ao investigar o catolicismo das elites, a pesquisa explora o contraste entre o catolicismo popular e as concepções religiosas mais conservadoras, baseadas nos ritos e na estrutura hierárquica da Igreja, ligadas às elites políticas e culturais locais.

Com o fim do padroado — o sistema que subordinava a Igreja ao Estado imperial — e o estabelecimento da separação formal entre Igreja e Estado, um novo arranjo político e simbólico precisou ser construído. Segundo Miceli (2011, p. 17), a elite política, agora privada do controle direto sobre a Igreja, encontrou novas formas de perpetuar seu poder e prestígio simbólico através dela. Famílias tradicionais, pertencentes à elite privilegiada, passaram a investir na formação religiosa de seus filhos, enviando-os a seminários, conventos e demais

instituições religiosas. Esses espaços de formação tornaram-se não apenas lugares de instrução espiritual, mas arenas de reprodução de distinções sociais e simbólicas (Miceli, 2011, p 17).

Mesmo no interior da Igreja, essas elites mantinham práticas de segregação: os seminários e conventos, embora aparentemente abertos, tornaram-se palcos de reprodução das hierarquias sociais, nas quais se disputava capital simbólico e social. A comparação entre os aspirantes ao clero baseava-se em critérios de origem social, erudição intelectual, refinamento religioso e redes de sociabilidade familiar (Miceli, 2011, p. 105–110).

Assim, longe de representar uma ruptura com o passado monárquico, a Igreja Católica, nesse novo contexto republicano, foi um dos instrumentos de continuidade e atualização dos privilégios de classe. A elite eclesiástica não era apenas formada por méritos individuais religiosos ou intelectuais, mas também era profundamente atravessada por lógicas de pertencimento de classe, competição simbólica e reprodução de distinções herdadas (Miceli, 2011, p. 122). A elite eclesiástica e a elite política não apenas coexistiam, mas se reforçavam mutuamente, construindo um campo de poder onde religião, cultura e política se entrelaçavam profundamente, mesmo em uma sociedade que declarava formalmente a laicidade do Estado.

Em um contexto de modernização e de transformação social no Brasil, especialmente durante o século XX, a Igreja Católica, especialmente em Minas Gerais, teve um papel decisivo em moldar e influenciar a sociedade, desde os tempos coloniais até os desafios enfrentados no período republicano. O arcebispo Dom João Resende Costa, sucessor de Dom Cabral, foi uma figura crucial na reformulação das práticas católicas em Belo Horizonte, especialmente em relação à adaptação dos princípios do Concílio Vaticano II e à mudança nas estratégias de evangelização. Seu legado sinaliza as rupturas e permanências na trajetória da Igreja, refletindo um catolicismo em constante adaptação às demandas sociais e políticas da cidade e do país.

Esse estudo busca, portanto, entender como a Igreja Católica se relacionou com as dinâmicas políticas, sociais e religiosas em Belo Horizonte,

ao longo do século XX, refletindo sobre o papel das elites religiosas na manutenção de um poder simbólico que ressoou nas práticas sociais e nas transformações culturais da capital mineira.

Compreender o papel do catolicismo na sociedade de Belo Horizonte ao longo das administrações episcopais de Dom Antônio dos Santos Cabral, Dom João Resende Costa e Dom Serafim Fernandes de Araújo é essencial para situar a realidade social da cidade por meio da perspectiva religiosa. Ao observar essa trajetória, destaca-se a complexa relação entre Igreja, Estado e a classe dominante, que, no período de 1940 a 1980, não se limitava às práticas religiosas, mas estava intimamente ligada a interesses econômicos, ao poder simbólico das elites e ao protagonismo de indivíduos e grupos que conquistaram status e privilégios por meio de conexões sociais, políticas e culturais.

Esta pesquisa propõe analisar a sociabilidade e as práticas religiosas das elites católicas de Belo Horizonte, focando no contexto social e político vivido entre as décadas de 1940 e 1980. Através de uma abordagem metodológica arquivística, documental e histórica, será possível resgatar e interpretar criticamente o período, preenchendo lacunas na memória coletiva da cidade, a partir de registros como jornais, documentos, fotografias e outras fontes. A relevância deste estudo está em oferecer uma interpretação das práticas religiosas católicas, evidenciando como elas impactaram as esferas social, política e cultural de Belo Horizonte.

O catolicismo das elites de Belo Horizonte, ao longo do século XX, foi fundamental para a construção de uma cultura religiosa profundamente enraizada na cidade. No entanto, mudanças e rupturas também ocorreram, principalmente com a ascensão de novos movimentos e com as influências do Concílio Vaticano II, que trouxeram um novo protagonismo para a Igreja Católica, desafiando as estruturas conservadoras estabelecidas anteriormente.

A década de 1960, em particular, foi marcada por intensos conflitos, com a resistência de fiéis leigos ao catolicismo popular e a crescente pressão política durante o Golpe Militar. Ao mesmo tempo, a presença de figuras como Plínio Correia de Oliveira e as reações de líderes religiosos, como Dom João Resende

Costa, evidenciam as tensões entre os valores tradicionais da Igreja e as novas diretrizes eclesiais que buscavam integrar uma visão mais ecumênica e voltada para os pobres.

A pesquisa também destaca o papel simbólico que o catolicismo exercia nas práticas cotidianas e nos espaços públicos e privados da cidade. Entre os anos de 1940 e 1980, eventos sociais de grande prestígio, como casamentos e festas, eram marcados pela presença de líderes religiosos, em instituições privadas que serviam como espaços para a consolidação de um catolicismo tradicional, que se refletia até na doação de terrenos para a construção de templos e mosteiros. A partir de registros eclesiais e das narrativas jornalísticas, será possível analisar como o catolicismo se tornou um ponto de coesão social, estruturando a cidade em torno de um conjunto de valores cristãos que perduraram até o presente.

O recorte temporal desta investigação abrange décadas de 1940 a 1980, sendo justificado pela necessidade de apresentar e distinguir os diferentes períodos de administração dos arcebispos metropolitanos: Dom Antônio dos Santos Cabral (1922-1956), Dom João Resende Costa (1957-1986) e Dom Serafim Fernandes de Araújo (1986-2004). Além de abordar a organização eclesial da Arquidiocese de Belo Horizonte, a pesquisa busca compreender os eventos políticos que marcaram o Brasil e Belo Horizonte no recorte temporal delimitado.

Outro fator relevante para a escolha desse período é a análise das relações entre agentes políticos nos três principais âmbitos da administração pública da cidade: a câmara municipal, o governo estadual e a prefeitura. Durante o recorte temporal, Belo Horizonte vivenciava transformações impulsionadas pela modernidade, especialmente no espaço público, reflexo das políticas pós-1940 de Juscelino Kubitschek. Além disso, uma nova concepção cultural influenciada pela cultura estadunidense começou a impactar a vida privada das elites, conforme apontado por Cedro (2016).

Apesar dessa configuração política moderna, é importante destacar que muitos políticos de Belo Horizonte mantiveram uma forte identificação com o

catolicismo, participando de liturgias cristãs e preservando o pacto histórico no âmbito religioso e político.

Esta pesquisa visa aprofundar o entendimento da influência das elites católicas na sociabilidade religiosa de Belo Horizonte e sua contribuição para a manutenção do catolicismo como religião predominante na cidade, ao mesmo tempo em que as práticas religiosas se adaptavam às demandas de um contexto social e político em transformação. Analisando as relações entre poder político e religioso, será possível evidenciar como a Igreja Católica, ao longo das décadas de 1940 a 1980, ajudou a moldar a identidade social e cultural de Belo Horizonte, tanto por meio das práticas de assistência social e evangelização quanto pelo impacto simbólico e material das suas ações.

O primeiro capítulo aborda a inserção e o desenvolvimento do catolicismo em Belo Horizonte, destacando o papel estratégico da Arquidiocese na construção simbólica da fé cristã e sua integração na sociedade local. O texto explora as ações dos arcebispos Dom Antônio dos Santos Cabral e Dom João Resende Costa, que, por meio de alianças com lideranças políticas e influências no espaço público e privado, consolidaram o protagonismo da Igreja Católica na formação social e cultural da cidade. A análise considera ainda o impacto de práticas religiosas na manutenção de valores conservadores e no fortalecimento da identidade católica em um contexto de modernização e transformação urbana.

O segundo capítulo explora as transformações sociais em Belo Horizonte sob a influência do catolicismo, analisando a relação entre a fé cristã e a elite governamental. É abordado o contexto histórico e social da Arquidiocese de Belo Horizonte, sua presença simbólica na Avenida do Contorno, e o papel da educação, ética e moral católica na formação social da cidade. O capítulo também destaca como a fé cristã moldou práticas culturais e sociais, consolidando a tradição religiosa em uma sociedade em busca de modernidade e prosperidade material, mas que preserva suas raízes e valores cristãos.

Por fim, o terceiro capítulo analisa a atuação do catolicismo durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), um período marcado por ambiguidades. Enquanto setores da Igreja apoiaram o regime, outros se tornaram focos de resistência, influenciados pelas mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). A tensão entre público e privado, fé e política, tradição e renovação é explorada, destacando como a Igreja negociou seu papel em meio à repressão e às disputas ideológicas.

A pesquisa buscou compreender como o catolicismo das elites belo-horizontinas, entre as décadas de 1940 e 1980, operava como instrumento de distinção e reprodução de poder simbólico. Para isso, foram analisadas fontes como a *Revista Alterosa* — especialmente seus registros de enlaces matrimoniais —, além de documentos do Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte, do Arquivo da Cidade e do Arquivo Público Mineiro. Esses materiais permitiram observar como práticas religiosas e sociais se entrelaçavam na construção de uma elite católica influente.

Referenciais de Georg Simmel e Pierre Bourdieu ajudaram a evidenciar como a sociabilidade católica funcionava como linguagem de prestígio e legitimação social, reforçando vínculos entre famílias tradicionais, o clero e o poder público. No capítulo seguinte, será apresentado a formação e o desenvolvimento da presença católica em Belo Horizonte, com foco na atuação dos primeiros arcebispos e na consolidação da Arquidiocese como força simbólica e política na cidade.

## **2 BELO HORIZONTE E O CATOLICISMO**

A partir de uma perspectiva sociológica, o catolicismo pode ser compreendido como uma instituição que, desde suas origens na Antiguidade Clássica, opera como um campo de sociabilidades, disputas e poder. Sua permanência e influência nos modos e costumes das sociedades contemporâneas refletem dinâmicas de continuidade e adaptação, evidenciando seu papel estruturante em diversas dimensões sociais. Este capítulo examinará a relação entre Belo Horizonte e o catolicismo do século XX, com foco nas práticas e estratégias que consolidaram a presença católica na cidade.

Será analisado o processo de inserção e desenvolvimento das atividades católicas em Belo Horizonte, enfatizando os mecanismos que promoveram o domínio simbólico da fé cristã e seu pertencimento na sociedade local. Particular atenção será dada ao papel dos arcebispos Dom Antônio dos Santos Cabral (1921-1956) e Dom João Resende Costa (1957-1980), que, por meio de alianças com lideranças políticas locais, contribuíram para a consolidação de uma identidade conservadora e de uma representatividade religiosa profundamente arraigada na cultura da cidade. Assim, a análise busca explorar as interações no contexto espiritual, poder e cultura, oferecendo um panorama das articulações institucionais e seus impactos na formação do *ethos* social de Belo Horizonte.

### **2.1 Arquidiocese de Belo Horizonte: contexto histórico e social**

No final do século XIX, o Brasil estava buscando consolidar uma nova identidade nacional. De acordo com Aguiar (2015), o Bispado de Belo Horizonte foi fundado em 11 de fevereiro de 1921, por meio da bula *Pastoralis sollicitudo*, emitida pelo Papa Bento XV, como resposta à transferência da capital administrativa de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte. A criação do Bispado tinha como objetivo organizar a região tanto administrativa quanto religiosamente, uma vez que antes fazia parte da Arquidiocese de Mariana. Em 1924, o Papa Pio XI elevou o Bispado à condição de Arquidiocese e Sede Metropolitana.

Nesse contexto, Minas Gerais transferiu sua capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, um movimento que simbolizava a modernização e a busca por inovação (Senra, 2011). Belo Horizonte, a terceira capital planejada do Brasil e a primeira na República, foi moldada pelas elites locais, que alinharam suas visões de modernidade cultural e social ao projeto de uma nova capital.

O processo de mudança da sede administrativa mineira e a construção da cidade de Belo Horizonte se inscrevem nos propósitos republicanos embasados no progresso material, no darwinismo social, na fé científica, no racionalismo urbano, na educação profissionalizante e na construção de símbolos que sintetizam tais metas. (Cedro, 2016, p. 91).

Belo Horizonte, embora inserida no contexto republicano de um Estado laico e inovador, ainda carregava os vestígios do antigo arraial Curral Del Rey. A religião cristã, como estratégia, ocupava o espaço público, incorporando símbolos, ritos e imagens religiosas (Lott, 2009; Mata, 2013). A capital mineira, projetada com influências higienistas, refletia o espírito moderno da época, sendo construída com a justificativa de que sua criação era essencial para a civilização, a prosperidade e o patriotismo, além de impulsionar novos empreendimentos (Calvo, 2013; Cedro, 2016).

Nesse cenário, a fé católica se consolidava como um agente de controle social, e os portadores dessa fé eram principalmente os líderes eclesiásticos e as elites locais. Havia, no entanto, receios quanto à possibilidade de outros segmentos filosóficos e religiosos ganharem espaço em uma cidade conservadora, o que acabou por abrir grandes oportunidades para Dom Cabral (Lott, 2009).

O grande debate não se pautava apenas nas disputas de espaços, mas também por condutas e por direcionamentos que a nascente cidade deveria seguir. A cena construída é de uma Belo Horizonte como um espaço de disputa de duas esferas de poder: a religiosa e a cívica. A notícia expressa a situação ambígua vivida na cidade. Uma estrutura moderna e lógica e uma população tradicional e católica, oriunda da sociedade de Vila Rica e do Arraial do Curral D'El Rey. (Lott, 2009, p. 44).

Nesse contexto, Marcelo Cedro (2016) afirma que a sociedade belo-horizontina estava enfrentando “sentimentos e significados compartilhados por grupos sociais: narrativas que, através da repetição, expõem e fornecem símbolos, rituais, mitos fundadores, ênfase nas origens, na memória conectada a um passado glorioso passando-se a ideia de continuidade” (Cedro, 2016, p. 90).

A nomeação de Dom Antônio dos Santos Cabral, representou um marco no fortalecimento da Igreja Católica na capital mineira, consolidando sua influência nas esferas social e política (Souza, 2013). Dom Cabral destacou-se por sua atuação em projetos sociais voltados para mulheres, operários e pessoas em situação de vulnerabilidade, refletindo a missão da Igreja em preservar a ordem moral e ética na sociedade.

Nascido em Propriá, no estado de Sergipe, Dom Cabral iniciou sua trajetória eclesiástica em sua cidade natal, alcançando grande notoriedade na Bahia antes de assumir papel central em Belo Horizonte. Sua liderança evidenciou a importância da Igreja nas transformações sociais e políticas da cidade, especialmente em um contexto de modernização da capital. O sucesso dessas iniciativas revela não apenas o impacto social das ações da Igreja, mas também seu papel como agente de controle e regulação moral, reafirmando sua relevância em um momento de intensas mudanças na sociedade belo-horizontina (Arquidiocese de Belo Horizonte, s/d, s/p).

A ideia da criação do bispado de Belo Horizonte surgiu em 1914, com a crescente importância política da cidade e seu espantoso desenvolvimento econômico. Atendendo ao desejo da população, dom Silvério Gomes Pimenta, arcebispo de Mariana, aceitou dirigir o movimento para a criação do novo bispado. Em 1919, uma comissão foi nomeada por dom Silvério para cuidar do processo. Na última sessão realizada por essa comissão foi lido um documento assinado pelo monsenhor F. Cortesi, auditor da Nunciatura, avisando que as bulas para a implantação do bispado já tinham sido expedidas. (Arquidiocese de BH, s/p, s. p).

Dom Antônio dos Santos Cabral (1884-1967), conhecido como o "bom soldado de Cristo" (Souza, 2013), exerceu um papel central na consolidação do catolicismo em Belo Horizonte, impondo sua visão conservadora sobre a cidade. Ao perceber a ascensão de ideais republicanos e laicos, o arcebispo procurou garantir que a presença da Igreja fosse onipresente, controlando aspectos da vida pública e privada, desde as escolas até os meios de comunicação, reforçando a moral cristã em todas as esferas. Como primeiro arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, sua liderança foi marcada por uma tentativa de transformar a cidade em um reduto católico, estreitando a relação entre o Estado e a Igreja. "Dom Cabral promoveu diversas ações significativas no âmbito da Igreja Católica na cidade, incluindo a construção de novos templos, a fundação de uma imprensa católica, um seminário e uma universidade" (Souza, 2013, p.

61), com isso, o líder religioso ampliou sua influência e o controle da Igreja sobre a sociedade local.

Esse modelo de liderança religiosa, ao buscar assegurar o poder da Igreja frente aos ideais republicanos, revela uma estratégia de manutenção da ordem moral, social e encenações de poder<sup>1</sup>, colocando a Igreja como pilar central da vida mineira e brasileira, em uma clara oposição às transformações laicas da República (Sanchis, 1997).

Claudio Coelho (2012) argumenta que as encenações de poder, descritas como "teatrocracia", utilizam práticas coletivas para provocar conformismo e reprimir desvios, reforçando normas e regras sociais. Sob a perspectiva da liderança dos religiosos conservadores, é possível entender que a ordem moral e social é mantida por meio de recursos simbólicos e imaginários, os quais convencem os indivíduos de que a ordem social é natural. Além disso, a ambivalência e a proliferação simbólica mascaram as relações de poder, apresentando-as como fenômenos naturais, enquanto a obtenção do consentimento se revela como um aspecto crucial para a eficácia do poder.

Para Balandier, o poder só pode ser exercido sobre "pessoas" e "coisas" quando seus representantes recorrem aos recursos simbólicos e ao imaginário social. O acesso ao poder político depende sobremaneira de forças complementares: a força das instituições, dos símbolos e das imagens (insígnias, códigos, manifestações de aparências). Toda sociedade possui uma abundância simbólica pronta a suprir as relações de poder (Coelho, 2012, p. 16).

Coelho (2012) menciona o poder das instituições religiosas ao discutir a relação entre poder, obediência e dominação. Ele destaca que a legitimidade do poder pode ser reforçada pela "autoridade divina", onde governantes utilizam a religião para guiar seus súditos e justificar suas ações. Além disso, a seleção de indivíduos dentro de seitas religiosas é apresentada como uma forma de moldar e "endurecer" o caráter humano, sendo mais eficaz do que a imposição autoritária. Ou seja, ao invés de simplesmente impor o poder por meios coercitivos, as instituições religiosas recorrem a processos de socialização e controle psicológico que internalizam as normas e valores, tornando-os parte da identidade dos indivíduos. Isso cria um mecanismo de autocontrole, onde os sujeitos não apenas obedecem, mas acreditam genuinamente na moralidade e na justiça da ordem estabelecida.

---

<sup>1</sup> "Encenações de poder" é um conceito desenvolvido por Georges Balandier (1982, p. 14).

A relação de poder e simbólica do catolicismo de acordo com Sanchis (1995) se manifesta na sua capacidade de articular identidades múltiplas e sincréticas, adaptando-se a diferentes contextos sociais e culturais. A Igreja Católica, como instituição, exerce uma hierarquia sacerdotal e códigos de interpretação que moldam a experiência religiosa dos fiéis, enquanto também busca integrar elementos de tradições locais. Essa dinâmica resulta em um catolicismo que é tanto uma religião organizada quanto uma expressão de identidades locais, refletindo uma complexa interação entre o sagrado e o social (Sanchis, 1995, p. 4-8).

A interação entre o sagrado e o social pode ser reconhecida como elementos afetivos constituintes da ação social, sendo as motivações, os sentimentos e o carisma fatores determinantes. Esses elementos influenciam as ações dos indivíduos, que não são apenas racionais, mas também moldadas por aspectos emocionais e tradicionais. A análise sociológica de Max Weber valoriza a compreensão das intenções e sentimentos dos indivíduos em suas interações sociais (Coelho, 2012, p. 7). A partir dessa perspectiva, observa-se que, por meio da ação social, o catolicismo mineiro consolidou uma conjuntura de movimentos que marcaram o princípio da fé cristã na cultura, política e sociedade de Belo Horizonte, principalmente por meio do processo de socialização e da influência psicológica.

Em 1º de fevereiro de 1924, o Papa Pio X elevou Belo Horizonte à arquidiocese, e Dom Antônio Cabral foi consagrado como o primeiro arcebispo. No ano seguinte, o novo arcebispo realizou uma viagem à Europa, visitando a Holanda, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Itália, Suíça e Alemanha (Cabanas, João. CPDOC, 1967).

O modelo de cidade moderna, embora impulsionado por ideais de progresso, não era bem aceito por todos. Partia-se do pressuposto de que a presença pastoral de um líder religioso seria essencial para preservar o caráter cristão da nova capital. Nesse contexto, a figura de Dom Cabral (1884–1967) foi convocada para assumir esse papel:

Conservar o cidadão de Belo Horizonte ligado às fontes espirituais informadoras de sua educação religiosa, de forma que mesmo entre ásperos combates exigidos pelo tempo, [...] através dos conselhos, da imprensa, das tribunas, dos sacerdotes que inspira e por isso sabem conduzir o seu rebanho com severa determinação e doce sabedoria. (Dom Cabral, 1943, s/p).

O objetivo de promover a educação religiosa manteve-se presente por quase duas décadas, especialmente sob a influência de Dom Cabral no âmbito episcopal. Nesse período, Belo Horizonte permanecia fortemente alicerçada na fé católica, com uma expressiva maioria da população identificando-se como católica. Em 1940, Azzi (1979) observa que a Igreja Católica no Brasil começava a assumir uma identidade mais marcadamente católica, refletida em eventos que demonstravam a ampla aceitação da fé cristã pela sociedade.

Os bispos viam-se como vitoriosos na reafirmação do domínio católico, buscando consolidar a presença da Igreja nas instituições brasileiras e na cultura nacional. Nesse contexto, a Igreja também promovia o patriotismo cristão como um instrumento de união social e resistência frente às ideologias socialistas e comunistas, que eram percebidas como ameaças aos valores cristãos e à ordem estabelecida (Pereira, 2008, p. 205).

Embora Minas Gerais e o Brasil almejassem o progresso e a modernização, o catolicismo permanecia como a religião predominante, refletindo a continuidade da aliança entre o Estado e a Igreja Católica. Essa relação perdurou ao longo do século XX e foi especialmente marcante em Minas Gerais. A criação do bispado de Belo Horizonte, em 1914, durante o crescimento da cidade, simbolizou a centralidade da Igreja Católica no projeto de modernização local, ainda impregnado pelas reminiscências do período anterior à República. Dessa forma, mesmo com a adoção de novos projetos republicanos, Belo Horizonte e suas elites mantiveram uma forte influência religiosa e moral no desenvolvimento da cidade. O conceito de controle moral e social desenvolvido por Elias (1994) ajuda a compreender o papel da Igreja Católica em Minas Gerais, ainda que ele não tenha se referido especificamente à Igreja no estado ou à cidade de Belo Horizonte. Esse controle estava relacionado ao conservadorismo, que se manifestava por meio da implementação de normas e valores morais vinculados à Igreja.

A análise da distribuição religiosa em Belo Horizonte no ano de 1940, com base nos dados do IBGE (1940), revela um cenário profundamente marcado por estruturas sociais e culturais que consolidaram a hegemonia do catolicismo na cidade. Naquele período, a população de Belo Horizonte totalizava 211.377 habitantes, dos quais 193.690 se identificaram como católicos, evidenciando uma predominância numérica incontestável dessa religião. Contudo, é essencial reconhecer que essa aparente universalidade do catolicismo não implicava uma adesão uniforme entre os diferentes grupos sociais. Pelo contrário, tratava-se de uma construção que atendia aos interesses da elite dominante, conforme indicam análises históricas e empíricas.

O catolicismo, nesse contexto, não apenas se configurava como a religião oficial da cidade, mas também como um instrumento de legitimação das hierarquias sociais vigentes. A atuação religiosa, nesse caso, era essencialmente guiada e destacada pelas elites locais, que se utilizavam da igreja como uma plataforma de distinção social. Assim, o catolicismo, embora numericamente dominante, era vivido de maneira diferente pelas camadas privilegiadas da sociedade, que podiam participar de suas práticas de forma mais visível e institucionalizada, em contraste com a grande massa de fiéis, cujas atividades religiosas eram muitas vezes periféricas e invisíveis no cenário social e político da cidade.

**Tabela 1- Habitantes de Belo Horizonte por religião e sexo (1940)**

<b>Religião</b>	<b>Total</b>	<b>% do Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Católicos Romanos	193.690	92,6%	91.784	101.906
Protestantes	4.374	2,1%	2.146	2.228
Ortodoxos	284	0,14%	156	128
Israelitas	791	0,38%	423	368
Maometanos	17	0,008%	9	8
Budistas	31	0,015%	18	13
Xintoístas	10	0,004%	6	4
Espíritas	6.437	3,08%	3.197	3.240
Positivistas	17	0,008%	10	7
De outra religião	3.968	1,90%	2.081	1.887
Sem religião	912	0,44%	607	305
De religião não declarada	846	0,40%	575	271

**Total geral considerado: 209.377 pessoas**

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base no Censo do IBGE de 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 5 set. 2024.

Como apresentado na Tabela 1, o maior percentual de fiéis em Belo Horizonte estava, no contexto do século XX, similar ao contexto religioso nacional, evidenciando a hegemonia do catolicismo romano, que representava aproximadamente 92,6% da população da cidade em 1940. As demais expressões religiosas, como o espiritismo (3,08%), o protestantismo (2,1%) e outras denominações minoritárias, compunham um pequeno percentual, reforçando a marginalização social e institucional dessas crenças.

O recenseamento geral de Belo Horizonte, realizado pelo IBGE em 1940, fornece mais do que um panorama das crenças religiosas na cidade à época; ele revela as dinâmicas sociais, culturais e políticas que moldaram as relações religiosas e sociais. Os números registrados não apenas demonstram a predominância do catolicismo romano, mas também evidenciam como a estrutura religiosa era um reflexo das desigualdades sociais e da centralidade do catolicismo como a religião dominante e legitimada pelas instituições públicas e privadas.

A análise dos dados reforça essa perspectiva. Dos 193.690 católicos romanos registrados, é perceptível a hegemonia dessa religião em um cenário onde outras crenças, como o espiritismo (6.437 adeptos) e o protestantismo (4.374 adeptos), ocupavam papéis secundários e marginalizados. Grupos religiosos ainda menores, como israelitas (791) e maometanos (17), praticamente não tinham visibilidade social, enquanto expressões orientais, como o budismo (31) e o xintoísmo (10), estavam limitadas a representações quase simbólicas.

É importante destacar também a categoria "de outra religião" (3.968) e "sem religião" (912), que, apesar de sua aparente insignificância numérica em relação ao catolicismo, apontam para a presença de práticas ou posturas que escapavam ao padrão oficial e dominante, muitas vezes associadas às camadas sociais menos favorecidas.

Portanto, o recenseamento geral do IBGE de 1940 não deve ser visto apenas como um registro quantitativo de crenças, mas como um reflexo de uma estrutura de poder social que reforçava a ideia de uma religião oficial, mas que,

na prática, era dominada e moldada por um segmento específico da população. A predominância do catolicismo nesse contexto não apenas revela um aspecto de religiosidade popular, mas também expõe a exclusão e marginalização das diversas expressões religiosas e das classes sociais menos privilegiadas, que, mesmo numericamente significativas, estavam distantes do centro de decisões e representações sociais da cidade.

Como apresentado, o maior percentual de fiéis em Belo Horizonte estava naquele contexto do século XX similar ao contexto religioso nacional, pois Camargo (2022, p. 136) argumenta que o catolicismo desempenha um papel crucial como catalisador e vetor na sociedade, mas é reinterpretado ao longo do tempo, fazendo com que a identidade católica seja fluida e variável em diferentes momentos históricos. Mesmo indivíduos que não se identificam como católicos ou cristãos no Brasil estão, de alguma forma, imersos nesses elementos presentes na sociedade. A identidade religiosa se constitui sobre a base do local e do passado através de um processo de sincretismo que integra elementos históricos e culturais específicos de uma região. Esse sincretismo permite que práticas e crenças pré-cristãs sejam reinterpretadas e incorporadas à vivência cristã, criando uma conexão profunda com as raízes locais. Assim, a identidade religiosa se torna uma expressão autóctone, refletindo a história e a topografia da comunidade, além de fortalecer laços sociais e culturais (Sanchis, 2018, p. 4-9).

Dessa forma, é possível observar que o catolicismo em Belo Horizonte no século XX refletia um movimento mais amplo, característico da sociedade brasileira, em que a identidade católica transcende o pertencimento individual e se manifesta como uma força cultural e simbólica coletiva. Mesmo em meio às transformações sociais e às reinterpretações da fé, a influência do catolicismo permaneceu como um eixo estruturante das práticas e valores da população. Essa presença pervasiva revela não apenas a resiliência da Igreja Católica como instituição, mas também sua capacidade de se integrar às dinâmicas culturais e sociais, moldando a identidade coletiva em contextos históricos específicos.

Em 1949, em Belo Horizonte, a Arquidiocese promovia um volume de atividades religiosas proporcionalmente maior do que o número de paróquias e fiéis. Esse descompasso revela a sobrecarga simbólica do catolicismo que, segundo Sanchis (2018), era um vetor primordial na construção da identidade nacional, especialmente em suas manifestações regionais. Embora o catolicismo tenha absorvido influências culturais de matrizes africanas e indígenas, é inegável que suas celebrações e ritos tradicionais continuaram a ser hegemônicos, consolidando-se como as principais formas de religiosidade popular e representação da autoridade e controle social (Camargo, 2022; Sanchis, 2018).

**Tabela 2- Movimento Religioso Católico em Belo Horizonte de 1949**

<b>MOVIMENTO RELIGIOSO CATÓLICO DURANTE O ANO</b>	<b>TOTAL</b>
Número de Paróquias	26
Número de sacerdotes existentes nas paróquias	99
Batizados	11 249
Casamentos	2365
Crismas	890
Comunhões	1 951 878
Encomendações	705
Extrema-Unções	1 400
Procissões	177

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base no Censo do IBGE de 1950. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v21\\_t1\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v21_t1_mg.pdf). Acesso em: 05. set. 2024

O movimento religioso católico em Belo Horizonte no ano de 1949, conforme registrado no censo de 1950, reflete a centralidade da Igreja Católica na vida religiosa, social e cultural da cidade naquele período. Os dados apresentados destacam tanto a estrutura e organização da instituição quanto o nível de engajamento dos fiéis em práticas sacramentais e devocionais.

A cidade contava com 26 paróquias, atendidas por 99 sacerdotes, o que revela uma rede bem estabelecida para atender às demandas espirituais e pastorais da população. Esse número de clérigos, com uma média aproximada de 3,8 por paróquia, sugere que havia um esforço significativo para garantir a presença ativa do clero em diversas localidades da cidade, consolidando a influência da Igreja Católica na organização comunitária.

As práticas sacramentais destacam-se pelo volume expressivo de adesão. Foram realizados 11.249 batizados, sinalizando o crescimento do número de fiéis e a continuidade da tradição religiosa desde o início da vida. Os 2.365 casamentos mostram a centralidade da Igreja Católica como instituição mediadora das uniões matrimoniais, enquanto as 890 crismas indicam a importância, embora menos frequente, da confirmação na fé cristã. Esses dados sugerem uma comunidade ativa, que buscava os sacramentos em momentos cruciais de sua jornada espiritual.

A frequência à Eucaristia é particularmente notável, com 1.951.878 comunhões registradas ao longo do ano. Esse número evidencia a prática religiosa regular e o compromisso dos fiéis com a celebração litúrgica central do catolicismo. A alta adesão a esse rito pode ser interpretada como um reflexo da forte devoção e do papel central da missa como espaço de encontro comunitário e espiritual.

A Igreja também desempenhou um papel essencial no cuidado pastoral em momentos de transição e necessidade. Foram realizadas 705 encomendações<sup>2</sup> e 1.400 extrema-unções<sup>3</sup>, destacando a presença ativa da instituição em momentos críticos da vida, como a morte e a doença. Esses números sublinham a dimensão de assistência espiritual que a Igreja oferecia à

---

<sup>2</sup> Ritos funerários.

<sup>3</sup> Sacramento religioso destinado aos enfermos.

população, reforçando sua relevância não apenas como mediadora de ritos, mas também como apoio nos momentos de vulnerabilidade.

Além disso, as 177 procissões organizadas durante o ano refletem uma vivência coletiva da fé que extrapola o espaço interno das igrejas. Essas manifestações públicas reforçavam a dimensão comunitária e cultural do catolicismo, marcando sua presença visível na sociedade e promovendo o fortalecimento dos laços sociais em torno da religião.

Em síntese, os dados apontam para uma intensa vivência religiosa em Belo Horizonte em 1949, com uma Igreja Católica amplamente presente e influente na vida cotidiana. A adesão maciça às práticas sacramentais, a assistência pastoral nos momentos-chave da vida e as expressões públicas de fé evidenciam o papel central do catolicismo na identidade social e espiritual da população local. Essa dinâmica reflete não apenas a força institucional da Igreja, mas também seu enraizamento cultural e a profundidade de sua conexão com a comunidade.

Com a morte de Dom Cabral em 1967, Dom João Resende Costa assumiu como segundo arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, trazendo consigo não apenas a continuidade de uma liderança religiosa, mas também uma nova dinâmica de poder que evidenciava tensões entre o conservadorismo tradicional e as demandas de modernização trazidas pelo Concílio Vaticano II<sup>4</sup>. Sob sua liderança, a Arquidiocese de Belo Horizonte passou a ser analisada sob uma ótica de permanências e rupturas, refletindo o paradoxo entre a manutenção de uma estrutura eclesiástica autoritária e a tentativa de adaptar-se a um novo cenário social, que clamava por mudanças. O Concílio Vaticano II, ao propor novas estratégias de evangelização, desafiou a Igreja a repensar seu papel como um poder moral e ético normativo, ao mesmo tempo em que se deparava com o crescente descontentamento social, especialmente diante de uma sociedade que começava a questionar mais abertamente as normas conservadoras impostas pela hierarquia religiosa. A resposta de Dom João Resende Costa foi, em muitos aspectos, uma tentativa de equilibrar as pressões internas da Igreja com as exigências de um mundo em transformação, onde a

---

<sup>4</sup>O que é o *Concílio Vaticano II*. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/index\\_po.htm](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm).

religiosidade e o controle social enfrentavam novas formas de contestação e resistência.

Em 1967, a Arquidiocese de Belo Horizonte, sob a liderança de Dom João Resende Costa, se encontrava em um contexto de profunda repressão política, com o país vivenciando o golpe militar. O catolicismo brasileiro, atravessado pelas transformações do Concílio Vaticano II, passava por uma reconfiguração que desafiava os pilares tradicionais da Igreja. No entanto, essa mudança não ocorreu sem resistência, pois a Igreja estava inserida em um contexto de censura, controle ideológico e repressão, onde sua capacidade de adaptação e contestação era limitada pela força do regime militar. Nesse cenário, a Arquidiocese de Belo Horizonte foi palco de um movimento de resistência silenciosa, que visava redefinir a religiosidade local, buscando uma abordagem mais inclusiva e voltada para a participação popular.

Foi nesse ambiente que o trabalho de Dom Serafim Fernandes de Araújo destacou-se, em que se exerceu diversas funções pastorais e educacionais, destacando-se como bispo auxiliar em Belo Horizonte desde 1959, reitor da Universidade Católica de Minas Gerais a partir de 1960 e participante do Concílio Vaticano II (1962-1965) (Arquidiocese de Belo Horizonte, s/d, s/p). Dom Serafim propôs uma nova concepção de Igreja, distanciando-se do conservadorismo católico para abraçar uma visão mais progressista e de base, que não apenas procurava reformular as práticas religiosas, mas também as relações sociais e políticas dentro da Igreja. Para Dom Serafim, a educação era um pilar essencial da transformação social, longe da mera mercantilização do saber; ele via nela uma forma de libertação e contribuição ativa para uma sociedade mais humanizada, evidenciando seu entendimento de fé como algo imbricado com as questões sociais e políticas do Brasil daquele momento.

Sua ênfase na participação dos leigos e na colaboração com a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) foi uma tentativa de expandir a Igreja para além das suas estruturas hierárquicas tradicionais, desafiando a lógica conservadora que dominava as esferas eclesiais. Ao colocar a missão cristã como uma expressão de fraternidade e inclusão, Dom Serafim não só impulsionou a religiosidade popular, mas também introduziu um discurso de resistência sutil, que visava reafirmar a Igreja como um agente transformador da sociedade, mesmo em tempos de forte repressão.

O trabalho de Dom Serafim, portanto, não pode ser visto apenas como uma adaptação à realidade política e religiosa da época, mas como uma forma de resistência espiritual e social contra o autoritarismo do regime militar. Ele soube, como poucos, entender a Igreja como um espaço de ação e de contestação, não apenas diante dos desafios da política externa, mas também em relação às próprias dinâmicas internas de poder e controle. Sua missão, marcada pela proximidade com o povo e pela valorização da educação como ferramenta de emancipação, representou uma tentativa de reconfigurar a Igreja em Belo Horizonte e no Brasil como um espaço de solidariedade, participação e resistência ativa frente aos regimes de opressão.

Este período da história da Igreja Católica no Brasil, particularmente em Belo Horizonte, ilustra a complexa interação entre religião e política em um contexto de repressão. A atuação de Dom Serafim Fernandes de Araújo se destaca como uma tentativa de redefinir o papel da Igreja não apenas como uma instituição religiosa, mas como um movimento social, onde a fé e a justiça social se entrelaçam. Sua ênfase na participação dos leigos e no ensino como forma de transformação social desafia as estruturas de poder e controle da Igreja, ao mesmo tempo em que oferece uma resistência sutil à violência política imposta pelo regime militar. Sua trajetória ilustra como a religião pode ser uma ferramenta de mudança, atuando não apenas na esfera espiritual, mas também no campo social e político, mesmo em tempos de grande repressão.

## 2.2 Catolicismo e a Avenida do Contorno

O modelo urbano de Belo Horizonte, inspirado nos estilos de Paris e Viena, carrega um imaginário simbólico que, segundo Luciana Andrade (2009), pode ser considerado precursor da segregação nos espaços públicos e privados. O tradicionalismo católico, presente na sociedade mineira, refletia-se na Avenida do Contorno, vista como a fronteira do poder simbólico e da distinção social da cidade, em linha com os conceitos de Pierre Bourdieu (2007). Desde os primeiros confrontos registrados na imprensa, os católicos criticaram a maçonaria e qualquer ameaça ao catolicismo, incluindo outras vertentes religiosas.

A Arquidiocese buscava promover a evangelização e o cuidado pastoral dos fiéis leigos por meio das paróquias situadas ao longo da Avenida do Contorno. As igrejas católicas nesse contexto se tornaram não apenas locais de devoção religiosa, mas também de encontros sociais.

Com base nos dados levantados, compreende-se que durante o governo de Dom Cabral, a Avenida do Contorno se tornou um local de distinção e poder simbólico, delimitado nesse período por um processo de valorização e transformação urbana que refletia o projeto modernista do governo e suas políticas de ordenação do espaço. A construção da Avenida do Contorno e a instalação de diversas instituições culturais e educacionais, principalmente de caráter católico, visavam consolidar a área como um centro de prestígio social e político. Esse processo está relacionado à ideia de 'capital simbólico', conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, que descreve como certos espaços e instituições podem ser apropriados e utilizados como símbolos de status e poder dentro de uma sociedade (Bourdieu, 2007; Osmar; Stephan, 2015). A presença de instituições católicas inauguradas nesse perímetro entre 1940 e 1980 continua sendo referência para a educação, religião e cultura católica em Belo Horizonte até os dias atuais. Isso será evidenciado em seguida por meio de três obras cartográficas que mapeiam as instituições católicas fundadas na Avenida do Contorno durante esse período.

Todas as instituições que serão apresentadas necessitaram, de forma direta, do auxílio e amparo político, como o de Juscelino Kubitschek, seja como prefeito (1940-1946) ou como governador de Minas Gerais (1951-1955). Além disso, pessoas com grande poder aquisitivo também contribuíram para o início

das atividades, bem como as doações de terrenos que foram fundamentais para o início das atividades católicas e essenciais para a permanência da elite católica nestes locais religiosos (Arquidiocese de Belo Horizonte, s/d; Associação Maria Imaculada; Colégio Pio XII, s/d; Colégio Loyola, 2023; Igreja do Carmo).

A multiplicidade de instituições católicas que surgiram entre as décadas de 1940 e 1980 ao longo da Avenida do Contorno, em Belo Horizonte, revela um fenômeno complexo que vai além de uma simples disseminação religiosa. Esse processo foi fundamental para refletirmos sobre como o catolicismo, como estratégia simbólica e social, foi instrumental na manutenção de uma identidade religiosa predominante não apenas no espaço da Avenida do Contorno, mas também em seus bairros adjacentes. A construção de igrejas, escolas e outras instituições religiosas não foi apenas uma questão de fé, mas parte de um projeto mais amplo de consolidação e afirmação de poder, que estava intimamente ligado ao controle social e à identidade das elites locais.

O empenho de moradores e líderes influentes da região, que viabilizaram a criação de instituições, pode ser entendido como uma forma de reforçar o caráter "oficial" e "legítimo" do catolicismo na cidade. A Avenida do Contorno, ao se tornar uma espécie de eixo simbólico e material de poder, refletia não apenas a religiosidade da população, mas também um espaço onde se exerciam práticas de exclusão social e controle cultural. As instituições católicas presentes nessa área não eram apenas locais de culto, mas também centros de educação e de formação de um caráter social alinhado com os interesses da elite dominante, criando uma rede de influência que permeia desde a educação das novas gerações até a organização do espaço urbano e da vida social.

Entre 1940 e 1980, o catolicismo na Avenida do Contorno tornou-se uma ferramenta para a afirmação de um poder religioso e político que moldava o comportamento e a visão de mundo das camadas mais abastadas da cidade. Esse processo de "manutenção" da identidade católica estava fortemente entrelaçado com a construção de uma noção de pertencimento que não só separava, mas também hierarquizava as diferentes classes sociais, com uma clara divisão entre os privilegiados e as populações mais periféricas, cuja presença religiosa não recebia a mesma visibilidade ou apoio institucional.

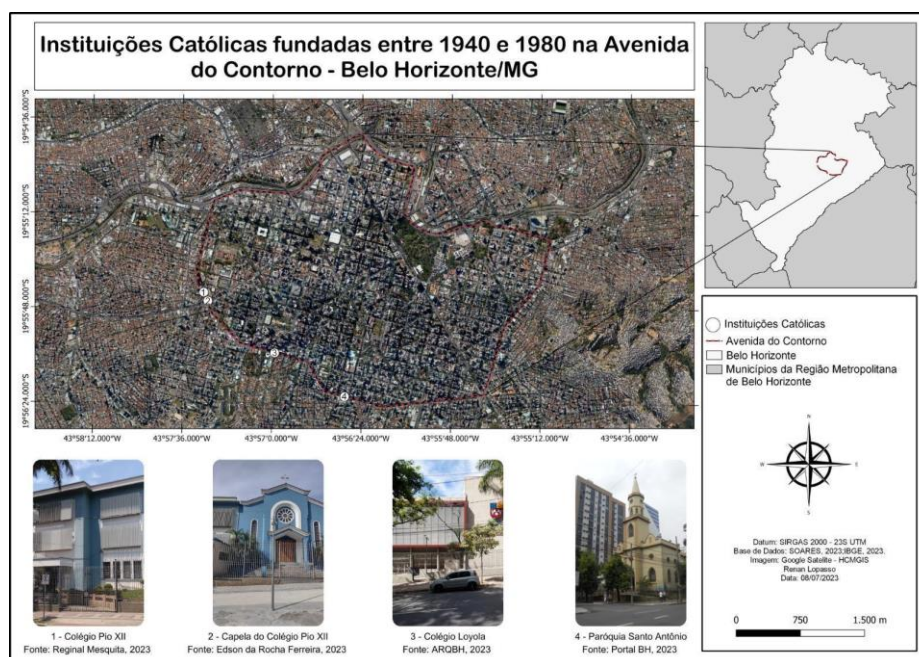
**Quadro 1: Instituições católicas mapeadas na área limítrofe à Avenida do Contorno<sup>5</sup>**

<b>Na Avenida do Contorno:</b>	<b>Próximo/ ao entorno da Avenida do Contorno:</b>	<b>Dentro da Avenida do Contorno:</b>	<b>Dentro da Avenida do Contorno:</b>
Paróquia Santo Antônio (Bairro Santo Antônio)	Paróquia Santo Inácio de Loyola (Bairro Cidade Jardim)	Colégio Santo Agostinho (Bairro Santo Agostinho)	Paróquia Nossa Senhora de Fátima (Bairro Santo Agostinho)
Capela do Colégio Pio XII (Bairro Santo Agostinho)	Capela Menor de Santo Cura D' Ars (Bairro Prado)	Colégio Santo Antônio (Bairro Santo Antônio)	Paróquia Divino Espírito Santo (Bairro Santa Efigênia)
Colégio Pio XII (Bairro Santo Agostinho)	Igreja Nossa Senhora do Carmo (Bairro Carmo-Sion)	Associação Maria Imaculada (Bairro Funcionários)	Capela de Santana (Bairro de Lourdes)
Colégio Loyola (Bairro Cidade Jardim)  Colégio Nossa Senhora do Monte Calvário (Bairro Barro Preto)	Colégio Nossa Senhora das Dores (Bairro Floresta)	Mosteiro Santa Clara (Bairro Funcionários)	Igreja Nossa Senhora da Consolação e Correia (Bairro Santo Agostinho)

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora

<sup>5</sup>Dados obtidos por meio do catálogo da Arquidiocese de Belo Horizonte sobre instituições religiosas católicas de Belo Horizonte. Além de Informações de domínio público por meio dos endereços eletrônicos das instituições que não são vinculadas à Arquidiocese de Belo Horizonte.

**Figura 1- Instituições Católicas fundadas entre 1940-1980 e situadas na Avenida do Contorno**



**Elaboração cartográfica: Lopasso; Soares, 2023**

**Figura 2- Instituições Católicas fundadas entre 1940-1980 no entorno da Avenida do Contorno**



**Elaboração cartográfica: Lopasso; Soares, 2023**

**Figura 3- Instituições Católicas fundadas entre 1940-1980 dentro da Avenida do Contorno**



**Elaboração cartográfica: Lopasso; Soares, 2023**

Portanto, compreende-se que ao analisar a expansão de algumas instituições católicas mais destacadas no entorno da Avenida do Contorno, não é apenas o crescimento de uma rede de fé, mas a materialização de um projeto político e social que ajudou a consolidar a hegemonia do catolicismo como elemento essencial na formação de um espaço urbano que privilegiava, acima de tudo, as elites sociais e suas formas de controle sobre o espaço e as práticas culturais na cidade.

Pode ser observado a importância da Arquidiocese de Belo Horizonte como um agente central na manutenção do tradicionalismo católico na cidade, especialmente durante o contexto delimitado. Através da análise dos espaços religiosos na Avenida do Contorno e das figuras políticas influentes que apoiaram as ações da Igreja, foi possível compreender como a religião estava intrinsecamente ligada ao poder e à sociedade belo-horizontina.

Além disso, as atuações da Arquidiocese de Belo Horizonte e de seus líderes, contribuíram para a aceitação e aprovação social das políticas da Igreja,

fortalecendo sua influência e promovendo a formação de identidades. Dessa forma, a relação entre a Arquidiocese de Belo Horizonte, as igrejas católicas e a sociedade belo-horizontina durante o período analisado evidenciam a interseção entre poder, religião e sociedade, destacando a importância da Igreja como agente de transformação e influência no contexto urbano da cidade.

A Ordem dos Agostinianos teve um papel fundamental na formação do bairro Santo Agostinho, devido à participação de fiéis leigos na construção da Igreja Nossa Senhora da Consolação e Correia, bem como dos familiares de alunos do Colégio Santo Agostinho, que contribuíram para a formação da comunidade seleta e cristã do bairro localizado no perímetro da Avenida do Contorno (Província dos Agostinianos, 2022).

No contexto das celebrações católicas no bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, essa sociabilidade se reflete na prática das meninas-anjo instaurada por Dom Viçoso em Minas Gerais no século XIX. Essas meninas, com suas funções litúrgicas nas cerimônias religiosas, representavam uma interação social única, onde a proximidade física com os fiéis, somada à sua função simbólica, criava uma dinâmica de sociabilidade que, apesar de sua formalidade religiosa, mantinha um caráter lúdico e recíproco entre os participantes da celebração.

As meninas vestidas de anjo (Figura 5) representam uma conexão com tradições culturais e rituais que refletem valores sociais e status familiar. A forma como se vestem e participam do ritual pode indicar a posição social da família, além de influenciar a percepção que a sociedade tem delas. Assim, a vestimenta e a participação no ritual servem como um meio de afirmação e reconhecimento social dentro da comunidade (Silva, 1985).

Os rituais de coroação e baile de debutantes refletem a divisão de papéis de gênero ao enfatizar a construção da identidade feminina em torno de ideais de pureza e controle da sexualidade. Esses eventos ritualizam a transição das meninas para a vida adulta, reforçando expectativas sociais sobre o comportamento feminino e a monogamia. Além disso, eles servem como espaços pedagógicos onde as meninas aprendem a gerenciar o capital simbólico familiar, perpetuando assim as normas de gênero na sociedade (Silva, 1985).

**Figura 4- Paróquia Nossa Senhora da Consolação e Correia (1968)**



**Fonte:** Província dos Agostinianos, 2022

Ao longo das décadas de 1940 a 1980, as igrejas católicas localizadas na Avenida do Contorno, em Belo Horizonte, desempenharam um papel crucial na vida cultural da cidade. A presença e influência do catolicismo marcaram a sociedade belo-horizontina, seja através das festas religiosas, das obras de caridade realizadas pelas paróquias, ou da contribuição para a formação moral e educacional dos cidadãos.

Frúgoli Jr. (2005) destaca o conceito de sociabilidade, segundo Simmel, que explora a combinação entre proximidade física e distância social nos espaços públicos, levando à criação de formas de interação lúdicas e não instrumentais. A sociabilidade é a capacidade humana de criar formas estáveis de convivência através de interações recíprocas. No caso da Igreja Católica, essas formas de sociabilidade se manifestam de maneira muito evidente, porque a Igreja é, ao mesmo tempo, uma estrutura espiritual e uma organização social. A negociação entre Igreja e Estado cria formas mistas de sociabilidade, envolvendo ao mesmo tempo dominação, obediência e pertencimento. (Simmel, 2021, p. 264-265).

Dentro das atividades da Igreja Católica, a sociabilidade aparece de várias formas, através da própria estrutura institucional, principalmente para a criação de relações de autoridade, obediência e comunhão entre indivíduos. Missas, sacramentos como batismo, casamento e festas religiosas são práticas de sociabilidade porque unem os indivíduos em experiências comuns, reforçando laços sociais.

As igrejas católicas em Belo Horizonte configuraram-se como espaços de encontro, devoção e construção de vínculos comunitários, onde a fé era celebrada e os laços sociais fortalecidos. Contudo, esses espaços também carregavam marcas de tensões sociais e exclusões implícitas. A análise da imagem apresentada anteriormente revela a presença de crianças brancas, uniformemente vestidas, o que, conforme Moraes (2014), indica possíveis conflitos internos à própria Igreja Católica. O alto custo associado às cerimônias religiosas frequentemente limitava a participação de crianças provenientes de famílias menos favorecidas, evidenciando como as condições econômicas interferiam no acesso a esses rituais.

Ademais, a localização das igrejas e a proximidade de moradia dos fiéis desempenhavam um papel central na organização da religiosidade cotidiana. Essa articulação entre religião e práticas diárias refletia o impacto do catolicismo na cultura da cidade, mas também reforçava divisões sociais. Assim, enquanto o catolicismo moldava a identidade cultural de Belo Horizonte, ele também reproduzia desigualdades econômicas e seletividade nas práticas religiosas.

A presença da Igreja Católica nas instituições de ensino também se evidenciava através da difusão da cultura religiosa, com a realização de missas, novenas e festas em homenagem a santos, que faziam parte do cotidiano social. Essa influência será evidente ao longo da dissertação, ao analisar as décadas em questão e as manifestações católicas que contribuíram para a sustentação de uma sociedade permeada por valores religiosos e morais.

## 2.2. Educação, ética e moral católica

A sociedade brasileira teve um grande amparo desde o século XIX nas questões envolvendo as temáticas de civilidade e forma de educar os cidadãos. No contexto social do século XX de Belo Horizonte, a presença católica nas instituições de ensino foi imprescindível (Duarte, 2009; Lages, 2019; Santos, 2010). Com a expansão da metrópole, principalmente devido ao crescimento populacional decorrente do número extenso de indústrias entre os anos de 1940, Dom Cabral foi um grande idealizador de eventos que envolviam as atividades de ginásios.

O impacto das instituições católicas de ensino nas formações educacionais da cidade acabou destacando certa influência, com grande impacto nas escolas, universidades e toda influência direcionada pela Arquidiocese de Belo Horizonte. A esfera pública amparou a normatividade católica para conduzir os alunos e a educação da cidade conforme o assistencialismo e a pedagogia sacra, partindo da ética cristã (Sousa, 1994; Souza, 1999).

No final da década de 1949, Dom Cabral solicitou ao Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, Américo René Giannetti<sup>6</sup> que os alunos das escolas e faculdades que posteriormente se tornaram a Universidade Católica de Minas Gerais participassem de aulas de ciências empíricas no laboratório do Instituto de Tecnologia da Secretaria da Agricultura. Ou seja, era necessário ter dentro do ambiente acadêmico a aprovação e presença de professores pertencentes ao meio católico (Sociedade Mineira de Cultura, 1949).

A forte ligação entre Dom Cabral e os diretores de escolas, faculdades e institutos da Universidade de Minas Gerais refletia o status e o destaque do arcebispo no campo educacional, principalmente pelo apoio de outras instituições para a criação da Universidade Católica de Minas Gerais, era necessário o apoio de outros setores, como o setor federal. Sua atuação

---

<sup>6</sup>Américo Renné Giannetti foi um empresário e político que contribuiu para o Estado de Minas Gerais. Fundou a primeira indústria de alumínio do Brasil em Ouro Preto, Minas Gerais. Ele foi também fundador da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e exerceu a presidência da federação. Mais tarde, atuou como secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho em Minas Gerais, elaborando planos de recuperação econômica. Em seguida, tornou-se prefeito de Belo Horizonte, onde faleceu em 1954.

transcendeu as instituições católicas, estendendo-se também à Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade de Minas Gerais, evidenciando a contribuição estratégica de sua influência moral e dos valores católicos no currículo e nas práticas educativas.

Um ano depois houve a fusão das Escolas, em acordo firmado por Juscelino Kubitschek e Dom Cabral, em 30 de setembro de 1953, sendo denominada, a partir daí, Escola de Educação Física de Minas Gerais. Possivelmente, problemas financeiros, a pequena demanda de alunos nos vestibulares e os conflitos internos, inviabilizavam a existência de ambas, isoladamente. A nova Escola passou então a ter uma organização mista, sendo mantida com recursos da Diretoria de Esportes do Estado e tendo orientação pedagógica vinculada ao Conselho Diretor da Sociedade Mineira de Cultura. A oficialização da fusão, com o reconhecimento federal da instituição, foi homologada em 13 de abril de 1955. O currículo da Escola de Educação Física de Minas Gerais manteve estrutura similar àquele que vigorava na Escola do Estado, com a inclusão da disciplina Cultura Religiosa. Os cursos oferecidos também foram os mesmos previstos pelo Decreto-Lei 1.212. No que diz respeito à coordenação das atividades da Escola, os assuntos administrativos e educacionais eram decididos diretamente pelo Diretor, nas reuniões do Conselho Técnico Administrativo (CTA), ou ainda nas da Congregação (EEFFTO- UFMG, 2022).

No ano de 1957, os estudantes da Escola de Educação Física, mantida pela Sociedade Mineira de Cultura, protagonizaram uma ação que não apenas evidenciava a importância de Dom Cabral como figura central na construção do poder simbólico religioso, mas também como mestre de uma aliança entre a Igreja e as elites educacionais e sociais da época. Ao destinarem à fazenda de repouso do arcebispo a realização de atividades de ginástica e dança, os alunos não estavam apenas agradecendo por um favor recebido, mas reforçando o status de Dom Cabral como uma espécie de padrinho de uma rede educacional que, mais do que formar profissionais, cultivava lealdades que se alinhavam aos interesses da Igreja e das classes dominantes (O Diário, 1952).

A popularidade de Dom Cabral, portanto, não era um simples reflexo de sua benevolência, mas um reflexo de seu papel como pilar de uma estrutura que entrelaçava o poder político, religioso e educacional, consolidando sua influência entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria (1949), Escola de Enfermagem Hugo Werneck e Faculdade de Ciências Médicas (1951), Escola de Educação Física (1952) e Escola de Serviço Social (1954). Assim, a relação entre Igreja e educação não era apenas de formação acadêmica, mas de construção e manutenção de um sistema que reforçava a

hierarquia social e cultural de Belo Horizonte (Arquidiocese de Belo Horizonte, s/d, s/p).

A instituição católica, sustentada pelo prestígio e pelos investimentos da política mineira, se consolidou como uma verdadeira fortaleza de poder, graças ao empenho de Dom Cabral, visto como o 'bom soldado de Cristo'. Este poder religioso, no entanto, não se distribuía de maneira igualitária, apenas uma pequena camada da população brasileira tinha acesso ao ensino superior, revelando a exclusão estrutural que marcava a sociedade da época.

O apoio irrestrito a Dom Cabral por figuras institucionais como do reitor da Universidade de Minas Gerais da época, o diretor do Colégio Loyola e o diretor do Conservatório de Música de Minas Gerais expõe a teia de alianças entre a Igreja e as elites educacionais e políticas, reforçando a hegemonia católica e o controle social sobre a educação e a cultura em Minas Gerais (Sociedade Mineira de Cultura, 1949).

A Escola de Enfermagem Carlos Chagas, fundada em 1933, tinha como missão não apenas formar profissionais para o cuidado da saúde, mas também atuar na construção de uma visão moral e social, fortemente alinhada aos valores conservadores que a Igreja Católica representava na época.

Em agosto de 1941, a cerimônia de imposição de insígnias à nova turma de alunas da Escola de Enfermagem Carlos Chagas ocorreu em um cenário de significativas conotações sociais e políticas. O evento, que reuniu diversas figuras da sociedade local, contou com a presença de uma figura de grande relevância na hierarquia eclesiástica como Dom Cabral, cuja presença não pode ser vista como meramente protocolar, mas como um reflexo das intrincadas relações de poder que permeiam a sociedade mineira, especialmente no que se refere à influência da Igreja sobre as instituições educacionais e políticas.

A presença do Arcebispo nesse evento não se limita à celebração da educação, mas aponta para a interdependência entre a Igreja e as instituições de ensino superior, como a Universidade de Minas Gerais, à qual a Escola de Enfermagem estava ligada. Essa relação se torna um reflexo das dinâmicas de poder entre o clero e a crescente burocracia estatal, exemplificando a transição

do controle religioso para um modelo mais secular, mas ainda assim profundamente influenciado pela Igreja.

A participação de D. Antônio dos Santos Cabral, ao lado da diretoria da escola e das alunas (Figura 4), simboliza uma continuidade de um modelo educacional que não se limitava à formação técnica, mas também à socialização de valores cristãos, moldando as estudantes para que se alinhassem às expectativas de um Brasil conservador e hierarquizado. A Igreja, ao manter uma presença constante nessas cerimônias e eventos acadêmicos, reafirmava sua função de mediadora e reguladora do comportamento social, além de consolidar sua relação com o poder acadêmico e, conseqüentemente, com as estruturas políticas do Estado.

**Figura 5- Alunas da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, Dom Cabral e pessoas não identificadas**



**Fonte:** Revista Alterosa, 1941

Durante as décadas de 1940 a 1980, a influência do catolicismo nas instituições de ensino em Belo Horizonte, tanto públicas quanto privadas, foi muito significativa. Nesse período, foi marcante no cenário educacional da cidade, contribuindo para a formação de muitos jovens e influenciando

diretamente a educação sob princípios católicos, mas também diversas escolas e instituições de ensino.

Assim, é possível perceber a forte influência da Igreja Católica na formação e nos valores transmitidos nas escolas e universidades da época. A fé, a devoção e a busca pela educação integral estavam intrinsecamente ligadas, moldando não apenas o ensino, mas também a mentalidade e a cultura da população belo-horizontina daquele período.

### **2.3 A influência da fé cristã na formação social e cultural**

A força e presença da Igreja Católica em Belo Horizonte não se mantiveram apenas nos templos religiosos, mas também nas ruas e na sociabilidade urbana. A sociabilidade belo-horizontina, no período de 1940 a 1980, refletia vestígios da mentalidade e modos de vida do homem rural, devido à migração do interior em busca de uma nova vida na cidade grande. De acordo com Cerqueira (2013), “a metrópole oferece um ambiente propício ao desenvolvimento desse comportamento, devido à confluência de pessoas, informações e movimentos, em consonância com a vida capitalista” (Cerqueira, 2013, p. 64). O exemplo da prática religiosa é um dos grandes marcos do “fenômeno da sociabilidade” pensado por Simmel (2006). O direcionamento institucional católico reflete na vida pública-privada de Belo Horizonte, principalmente pós-década de 1920, com o funcionamento artístico-cultural, empresas e instituições de origem belo-horizontina e até mesmo do setor privado.

Principalmente na literatura mineira dos anos de 1920 existiam fortes críticas ao processo de urbanização e um embate de que a modernização seria uma das responsáveis pelo esquecimento das tradições religiosas. Carlos Drummond de Andrade expressava um descontentamento perante o cenário da alma urbana com o esquecimento das tradições religiosas que eram presentes em Belo Horizonte:

As posturas municipais, sacrificando o pitoresco em benefício da segurança pública, proibiram o Judas, como proibiram os balões coloridos da noite de São João. Belo Horizonte hoje é uma capital como as outras, com as suas noites de junho e os seus sábados de aleluia desprovidos dessa matéria-prima de poesia, demasiado explosiva talvez, mas por isso mesmo mais humana, porque há sempre uma porção de dinamite esperando estourar, dentro de nossa pobre alma urbana e civilizada. (Drummond, 1936, p. 50).

Na década de 1940, a contribuição dos intelectuais para as revistas e jornais de Belo Horizonte fez parte do panorama cultural da época, sendo marcante o uso desses espaços como recurso para divulgar seus trabalhos. Em simultâneo, é evidente que, nas suas produções, havia um declarado enaltecimento à fé cristã. Essa ligação não se dá por acaso, considerando que as oligarquias do Brasil arcaico tinham a Igreja Católica como uma aliada poderosa, desempenhando um papel de enorme peso histórico, institucional, ideológico e cultural. Como destaca Alves (2019, p. 69), “Ora, as oligarquias que viviam no topo do Brasil arcaico tiveram a Igreja Católica como um poderoso aliada, de enorme peso histórico, institucional, ideológico e cultural”. Essa articulação entre a produção intelectual e o enaltecimento à fé cristã reflete, portanto, não apenas uma expressão de opinião pessoal, mas também uma continuidade da influência histórica da Igreja Católica como mediadora cultural e ideológica. Nesse contexto, a literatura e os artigos publicados reforçavam valores alinhados aos interesses das elites da época, consolidando uma hegemonia simbólica que entrelaçava entre sociedade e religião.

A Igreja Católica buscou manter sua legitimidade no discurso sobre a sociedade, mobilizando intelectuais para desenvolver uma literatura alinhada aos seus princípios morais. Essa literatura católica tinha o objetivo de legitimar o discurso da Igreja e contrabalançar as críticas dos opositores aos pensamentos conservadores. Assim, a Igreja procurou sistematizar os ensinamentos sociais católicos por meio de uma abordagem que considerasse tanto o mundo sobrenatural quanto o bem-estar dos indivíduos.

Os intelectuais católicos no Brasil durante a década de 1930 buscaram fortalecer o catolicismo não apenas como prática religiosa, mas também como intervenção na sociedade através da ação política. Eles se engajaram em projetos que visavam integrar os ideais da Igreja Católica Apostólica Romana na

sociedade, influenciando a relação entre Igreja e Estado. Além disso, muitos se envolveram com o governo Vargas, participando de projetos estatais e, por vezes, comprometendo sua autonomia como intelectuais (Muller, 2015).

No contexto latino-americano, diversas formas de expressão do catolicismo se manifestaram ao longo das décadas, mas é particularmente relevante observar como, no Brasil, a Igreja Católica consolidou sua influência durante os anos 1930. Sem renunciar às metas de romanização e da construção de um patrimônio cultural significativo, a Igreja construiu alianças estratégicas com setores dirigentes, que reconheciam sua importância na manutenção da ordem social e política da República. Esse cenário de aproximação com o Estado se intensificou no governo Vargas, quando a Igreja fortaleceu seu papel organizador e disciplinador da sociedade por meio da atuação dos intelectuais católicos, que serviram como mediadores entre a Igreja, o Estado e a sociedade (Muller, 2015, p.208).

Os intelectuais católicos se organizaram em grupos leigos para fortalecer a presença da Igreja na sociedade e responder à apatia religiosa. Essa mobilização buscava criar uma rede de católicos ativos que pudessem intervir nas questões sociais e políticas (Coppe, 2011, p. 16; Muller, 2015, p. 268). Como também, atuaram como mediadores entre a Igreja e o Estado, especialmente durante o governo Vargas, buscando alinhar os interesses da Igreja com as políticas estatais. Essa relação permitiu que eles influenciassem decisões políticas e sociais, promovendo uma visão de “nação solidária”<sup>7</sup> (Muller, 2015, p. 271).

Godofredo Rangel<sup>8</sup> e Luiz de Bessa<sup>9</sup>, escritores fundamentais na literatura de Belo Horizonte na década de 1940 e com grande destaque na Revista *Alterosa*, não apenas refletiram, mas também reforçaram a profunda imersão da sociedade local nas estruturas religiosas católicas. Suas obras, longe de serem meros produtos de expressão literária, atuaram como espelhos que amplificaram

---

<sup>7</sup> Conceito desenvolvido entre os anos 1930-1940 por intelectuais católicos com intuito de desenvolver coesão social entre Igreja Católica e sociedade brasileira, contribuindo para a formação da identidade nacional inclusiva e diversa.

<sup>8</sup> José Godofredo Rangel (1884-1951), foi um escritor mineiro que contribuiu para a literatura brasileira no século XX e se inseriu no gênero literário do naturalismo.

<sup>9</sup> Antônio Luiz de Bessa (1894-1968), mais conhecido apenas por Luiz de Bessa foi professor, jornalista luso-brasileiro que contribuiu para a literatura mineira principalmente de Belo Horizonte na década de 1940. Suas obras abordaram temáticas católicas, históricas e políticas.

e legitimaram a religiosidade predominante, refletindo o controle social exercido pela Igreja naquele contexto histórico.

Godofredo Rangel, por exemplo, com sua literatura impregnada de forte teor religioso, não se limitou a retratar a fé, mas a usou como ferramenta para questionar as tensões existenciais e morais da sociedade belo-horizontina, evidenciando a religião como uma força estruturante da vida cotidiana e da moralidade pública. Essa aproximação da religião nas obras de Rangel e Bessa, mais do que uma simples reflexão sobre a fé, revela como a religiosidade católica, aliada à literatura, serviu para consolidar uma visão de mundo centrada na moral tradicional, enquanto também moldava e controlava as dinâmicas sociais e culturais da época.

Em síntese, a atuação dos intelectuais católicos, como Godofredo Rangel e Luiz de Bessa, revela a estreita relação entre a Igreja e a sociedade de Belo Horizonte durante a década de 1940. Esses intelectuais, ao se organizarem para fortalecer a presença religiosa na esfera social e política, não apenas ajudaram a consolidar a Igreja como um poder influente, mas também utilizaram a literatura como um veículo para reforçar as normas e valores católicos. Através de suas obras, a religiosidade se tornou uma força estruturante na formação da moralidade pública e nas dinâmicas sociais da cidade. Dessa forma, a Igreja Católica não apenas orientava as questões espirituais, mas também interagiu ativamente com o Estado e a sociedade, moldando as práticas culturais e políticas e consolidando uma visão de mundo que privilegiava a moral tradicional e a "nação solidária". Assim, os intelectuais católicos desempenharam um papel fundamental na preservação e fortalecimento de uma identidade religiosa e cultural que marcou profundamente o cenário belo-horizontino daquela época.

O próximo capítulo, intitulado 'Entre a cruz e o dinheiro', abordará questões culturais, políticas e sociológicas que estão relacionadas à devoção das famílias políticas, à sociabilidade católica, bem como à assistência, pobreza e caridade. Durante o século XX, observou-se uma forte ligação entre a religiosidade e a esfera política, com as famílias governamentais demonstrando um profundo envolvimento com a fé e as práticas religiosas. Além disso, a sociabilidade católica desempenhou um papel crucial na construção de redes de solidariedade e apoio entre os fiéis.

Dessa forma, o capítulo 'Entre a cruz e o dinheiro' abordará o complexo entrelaçamento entre a esfera religiosa, política e social, destacando as múltiplas dimensões da vivência católica no contexto da cidade de Belo Horizonte ao longo do século XX.

### 3 ENTRE A CRUZ E O DINHEIRO

A história de Minas Gerais, e em particular de sua capital, Belo Horizonte, é um entrelaçamento fascinante de poder, fé e cultura, mas também foram profundamente influenciadas por suas crenças católicas. A devoção no catolicismo, especialmente visível em Belo Horizonte, revela um panorama onde a religião e a política se entrelaçam, criando uma conexão rica de tradições e influências.

Desde a fundação de Belo Horizonte, em 1897, as elites locais desempenharam um papel crucial na consolidação da cidade e na promoção de uma identidade que refletisse seus valores e crenças. As pessoas que integravam a elite política, muitas delas com raízes profundas na cultura mineira, frequentemente se viam entre o dever de servir à sociedade e a necessidade de consolidar seu poder econômico. A devoção católica desses indivíduos se manifestava não apenas em práticas religiosas pessoais, mas também em iniciativas comunitárias, como a construção de igrejas e a promoção de atividades religiosas que reuniam a população e reforçavam os laços sociais.

A presença de igrejas imponentes, como Basílica de Lourdes, Igreja Nossa Senhora das Dores, Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, Igreja São José e Igreja do Carmo, não é apenas um reflexo da fé católica, mas também um símbolo de status e influência das famílias que as apoiaram. A construção dessas igrejas e a promoção das festividades religiosas eram, em muitos casos, uma forma de afirmar o poder de suas linhagens e garantir a continuidade de sua influência na vida política e social da cidade.

Neste contexto, a devoção ao catolicismo não era apenas uma questão de espiritualidade, mas uma estratégia social e política. A relação entre as famílias governamentais<sup>10</sup> e a Igreja Católica em Belo Horizonte exemplifica a complexidade desse entrelaçamento: a cruz, como símbolo da fé, e o dinheiro, como representação do poder, muitas vezes coexistiam em uma fiel união.

Assim, neste capítulo, será explorado como essas dinâmicas se manifestaram nas práticas culturais e sociais de Belo Horizonte, destacando a

---

<sup>10</sup> Conceito desenvolvido por Cid Rebelo Horta (1986) sobre a influência da elite governamental e o privilégio de suas famílias na política de Minas Gerais, desde o século XVIII e suas formas de articulações na sociedade mineira.

intersecção entre a fé católica e a elite governamental. A partir dessa análise, podemos compreender melhor as raízes de uma sociedade que, enquanto busca por prosperidade material, não deixa de lado suas tradições religiosas e cultura cristã.

### **3.1 A sociabilidade da elite política e social católica: casamentos**

Georg Simmel (2006) concebe a interação como o ato básico de estar com, para, ou contra o outro, enquanto a sociabilidade representa uma forma mais elevada dessa interação, envolvendo prazer mútuo e a apreciação do processo de socialização em si. Para Simmel, a sociabilidade exige a autonomização dos laços da vida cotidiana, buscando uma relação que vá além dos interesses específicos. Assim, a sociabilidade é definida como um vínculo mais profundo e significativo entre os indivíduos, estabelecendo conexões mais complexas e duradouras (Alves, 2013; Simmel, 2006).

A Igreja regula comportamentos através da moral religiosa, funcionando como uma moldura coletiva que organiza a vida social para além da fé individual. Historicamente, a Igreja Católica também moldou formas de sociabilidade ao interagir com o poder político, proporcionando legitimidade religiosa às instituições civis e, em troca, recebendo espaço para manter suas práticas internas. As paróquias e dioceses organizam a vida das pessoas em redes comunitárias, onde as relações sociais se fortalecem pela mediação da fé.

No caso do catolicismo em Belo Horizonte, pode-se observar que, no contexto dos anos datados nessa pesquisa, D. Cabral era consagrado por “uma qualidade considerada como extraordinária [...] que é atribuída a uma pessoa. Esta é dotada de força e de propriedades sobrenaturais ou sobre humanas, ou, pelo menos, excepcionais” (Bourdieu, 2005, p. 92). O arcebispo estava interligado de maneira direta aos interesses particulares dos indivíduos belo-horizontinos, interligado a distinção social através da instituição religiosa que proporcionou a sociabilidade destacada da elite política.

Um dos exemplos marcantes de sociabilidade entre a política e a Igreja Católica, seria a amizade entre D. Cabral e Magalhães Pinto<sup>11</sup> (Starling; Starling;

---

<sup>11</sup>José de Magalhães Pinto foi o 26º governador do Estado de Minas Gerais entre os anos de 1961-1964 e um dos apoiadores do Golpe Militar.

Telles, 2019). Observa-se que este foi um dos políticos mais fiel ao líder religioso de Belo Horizonte. É notório que a relação dos líderes, tanto o religioso quanto o político, estava para além de vínculos afetuosos, estendendo-se para questões de poder e destaque social.

Os eventos religiosos eram uma oportunidade para encontros de sociabilidade entre políticos e os seus familiares. Não apenas nas igrejas e ambientes físicos pertencentes ao catolicismo, os influentes da política belo-horizontina estavam sempre em eventos cristãos como os casamentos, marcando ponto de encontro em um ato simbólico das famílias governamentais.

Através dos casamentos, é explícito que o jogo político estava sempre em cena na sociabilidade da elite política. Para além dos templos religiosos, o poder que os casamentos e festas religiosas tinham em Belo Horizonte na metade do século XX fazia com que os olhares dos meios de comunicação do contexto (jornais, revistas e registros fotográficos), se voltassem para a alta sociedade belo-horizontina.

O casamento sob uma ótica do poder simbólico, pensado por Wacquant (2013), pode conservar ou transformar os princípios e objetivos de união e separação, casamento e divórcio, associação e dissociação, em ação no mundo social. De acordo com Schreiber (2021, p.3-4), a afetividade é considerada a pedra de toque na identificação das relações familiares, enquanto a estabilidade distingue as entidades familiares de relacionamentos episódicos e ocasionais, e a visibilidade social pressupõe uma unidade familiar que se apresente publicamente.

O evento social do casamento religioso, amplamente retratado na *Revista Alterosa*, é um ponto central para entender a sociedade belo-horizontina da época. De acordo com Maia e Silva (2010), a *Revista Alterosa* foi publicada em Belo Horizonte entre 1939 e 1964, tendo sido fundada pelo jornalista Miranda Castro. A revista, que era ilustrada e abordava uma variedade de temas como moda, cinema, literatura e política, destacava-se por se direcionar principalmente ao público feminino e às elites. Entre suas seções permanentes, estavam 'Vitrine Literária', 'Sedas e Plumas' e 'Bom Tom', com uma proposta de manter suas leitoras informadas sobre os costumes e tendências da época. A escolha por analisar esta revista justifica-se pelo acesso que as elites tinham a ela, especialmente por ser um meio direcionado a um público abastado e com

destaque social, o que torna suas representações de eventos como o casamento religioso um reflexo significativo da cultura e dos valores dessa classe na sociedade belo-horizontina. Além de demonstrar um certo registro de pertencimento social dos atos religiosos que estiveram presentes ainda sob o governo episcopal de D. Cabral com grande prestígio social.

No ano de 1941, conforme estampado na *Revista Alterosa* na sessão de “enlace-matrimonial”, percebe-se um público específico de pessoas que estavam destacadas nas páginas das revistas mineiras, principalmente na concepção de pertencimento e apropriação de igrejas frequentadas pela elite, como Igreja São José<sup>12</sup>, Igreja Nossa Senhora do Carmo e Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, Igreja de Lourdes e Igreja do Carmo.

O perfil dos registros matrimoniais evidencia a predominância de famílias pertencentes à sociedade belo-horizontina, caracterizadas por homens e mulheres titulares de privilégios e de poder simbólico associado a seus sobrenomes. Essas atribuições se manifestaram em sua capacidade econômica, na ocupação de cargos públicos e políticas e na influência exercida. As interações retratadas, e mesmo o senso de pertencimento promovido pelas revistas da época, eram direcionadas a um público letrado e com acesso aos meios de comunicação da cidade. Esses registros não se limitavam às celebrações dos leigos, mas incluíam aqueles que constituíam e reforçaram a alta sociedade.

---

<sup>12</sup> O Santuário São José, erigido em Belo Horizonte, representa uma importante expressão da história e da cultura da cidade. Fundado em um período de crescimento e transformação, quando a nova capital de Minas Gerais começava a se consolidar, o santuário não apenas atende às necessidades espirituais da população, mas também se destaca pela sua arquitetura imponente. O envolvimento dos missionários redentoristas holandeses, Dom Silvério Gomes Pimenta e os Irmãos leigos Gregório Mulders e Verenfrido Vogels, foi crucial para a construção e a configuração do espaço físico do santuário. Com um projeto assinado pelo engenheiro Edgard Nascentes Coelho, o Santuário São José não só serve como um local de culto, mas também como um ponto de referência cultural e histórico na cidade. Sua localização central, cercada por áreas verdes e com um parque de estacionamento, torna o santuário acessível a todos, favorecendo a visitação e a interação da comunidade. Assim, o Santuário São José se firma como um dos mais notáveis monumentos de Belo Horizonte, simbolizando a união entre fé, arquitetura e a história da capital mineira.

**Figura 6- Enlace Pimenta-Lima**



Fonte: Revista Alterosa, número 21, dezembro, 1941

O registro apresentado na imagem acima (Figura 6) é de uma família que foi influente na sociedade belo-horizontina. O noivo Ildeu Pimenta que era funcionário do Estado de Minas Gerais e a sua então esposa, Rosalia Lima (não foi identificada sua atividade profissional ou atuação social). O casamento ocorrido no ano de 1941, com a celebração de Dom Cabral na Igreja Matriz de São José, como padrinhos principais Demerval Pimenta<sup>13</sup>, Elbert Pimenta, e madrinhas principais Lucíola Jardim Pimenta e Orcina Lima. Nota-se que, no anúncio da notícia, as testemunhas apareceram com os referenciados como doutores, algo que no contexto datado privilegiava a hierarquia social do agente social.

---

<sup>13</sup>Demerval José Pimenta foi uma figura notável da engenharia e da administração pública em Minas Gerais, pertencia a uma família influente no Estado de Minas Gerais. Bacharel em Engenharia de Minas e Civil pela Escola de Minas de Ouro Preto. Casou-se com Lúcia Pinheiro, filha de João Pinheiro, ex-governador de Minas Gerais, Demerval Pimenta assumiu papéis significativos na área de engenharia e na administração pública. Sua carreira na Rede Mineira de Viação destacou-se, especialmente como Chefe da Contabilidade Geral e Diretor entre 1937 e 1943, onde teve um papel crucial na gestão dos transportes em Minas Gerais. Foi Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas no governo de Benedito Valadares, onde continuou a impactar positivamente o desenvolvimento das obras públicas no Estado. Sua trajetória foi marcada por um comprometimento com a eficiência no setor público.

A presença de pessoas com determinadas titulações em celebrações religiosas reforçava a permanência de poder e status social. Segundo Avelar e Bittencourt (2011), a figura do doutor, em particular, tornou-se um símbolo de prestígio desde o Brasil Imperial, em função da ascensão social proporcionada pelas faculdades, especialmente as de Direito, que eram vistas como o principal meio de mobilidade social naquele período.

Em Belo Horizonte, essa valorização era evidente nos casamentos destacados pela *Revista Alterosa*, onde títulos como bacharel e doutor conferiam prestígio e distinção. Enquanto os homens almejavam esses títulos, as mulheres frequentemente desejavam casar-se com doutores, associando o diploma superior a um ideal de sucesso e status social. Essa valorização do ensino superior consolidou-se em uma cultura elitizada, refletindo um ideal de educação e poder que perdurou ao longo do século XX (Avelar; Bittencourt, 2015).

Embora os noivos apresentados na figura acima não pertençam diretamente ao contexto político de Belo Horizonte, fazem parte da família Pimenta<sup>14</sup>, que se destacou pela formação de uma elite de 'doutores' – profissionais da área do Direito e Engenharia que prestaram serviços importantes ao Estado de Minas Gerais. Além disso, os convidados, bem como a hierarquia e os sobrenomes registrados pela revista, revelam muito sobre as dinâmicas dos casamentos e eventos religiosos que marcaram as primeiras décadas do século XX na cidade.

Conforme observado, os casamentos religiosos promovidos pela Igreja Católica destacaram a preservação das alianças familiares e o reconhecimento do status social dos apoios, reforçados por seus cargos e funções públicas. Essa aparência não se limitava à hierarquia social, mas também envolvia o peso cultural associado aos sobrenomes, que, ao se unirem, contribuíram para a manutenção do status social. Essas uniões desempenharam um papel central na sustentação da vida cultural, intelectual e cotidiana da capital mineira ao longo do século.

---

<sup>14</sup> Membros como: Demerval Pimenta, Ebert Pimenta e os irmãos Pimenta que contribuíram para a engenharia e economia mineira.

O casamento, mais do que uma mera formalidade ou aplicação de regras normativas de filiação e aliança, deve ser compreendido como uma preocupação profundamente enraizada nas dinâmicas estruturais de uma sociedade. Como destaca Bourdieu (1980, p. 88), trata-se de um ato inserido nas necessidades e estratégias relacionadas a uma posição na estrutura social, marcada pela lógica do "jogo" e pelos sentidos atribuídos pelos seus "negociadores". Nesse sentido, o casamento transcende o âmbito privado ou simbólico, sendo um elemento que organiza e reflete as relações de poder, prestígio e reprodução social, revelando as formas pelas quais as famílias asseguram sua continuidade e status em contextos historicamente situados.

O casamento não é essa operação pontual e abstrata, baseada unicamente na aplicação de regras de filiação e de aliança, que a tradição estruturalista descreve, mas um ato que integra o conjunto de necessidades inerentes a uma posição na estrutura social, isto é, num estado do jogo social, através da virtude sintética do sentido do jogo dos "negociadores" (Bourdieu, 1980, p. 88).

A tradição religiosa podia ser um dos meios para a contribuição da força econômica por meio dos enlaces matrimoniais, o que fica explícito no pacto religioso proporcionado pela tradição do catolicismo com figuras privilegiadas de Belo Horizonte. Segundo dados do IBGE (1940), a população de Belo Horizonte na década de 1940 era de 211.377 pessoas, das quais 193.690 eram católicas. Isso revela uma clara predominância do catolicismo, que, embora possa ser considerada a religião oficial da cidade, estava predominantemente associada às classes sociais privilegiadas. A análise dos dados sugere que, embora o catolicismo fosse a fé predominante, as atividades religiosas destacadas e os eventos de maior visibilidade estavam concentrados em uma minoria socialmente favorecida, refletindo as desigualdades sociais e a hierarquia existente na cidade naquele período.

Além de membros prestigiados pelos católicos, os casamentos eram pautados conforme apresentado nas imagens analisadas por grandes prestígios sociais e privilégios em cerimônias civis, sendo realizadas em espaços privados como o lar das pessoas e registros principalmente de indivíduos afluentes que marcaram a cultura e política de Belo Horizonte no século XX.

Em grande parte dos registros da *Revista Alterosa*, observa-se que as testemunhas de casamento, principalmente do gênero masculino, possuíam

grande destaque para o status social da moda, da época, sua presença e escolha pelos noivos, eram significativas e muitas vezes escolhidas cuidadosamente pelos noivos. Destaca-se que algumas testemunhas, possivelmente escolhidas devido ao peso do sobrenome e à posição social, formavam um núcleo social. Além disso, a revista ressalta que a presença dessas testemunhas refletia tanto os laços sociais quanto a condição afetiva em relação aos noivos, formavam um núcleo social. Além disso, a revista menciona que a presença de testemunhas refletia laços sociais e a condição afetiva em relação aos noivos (Lopes, 2011).

Em uma análise de enlaces e redes matrimoniais desenvolvida por Lopes (2001), pode-se considerar que pensando a realidade dos fiéis católicos de Belo Horizonte, as pessoas escolhiam as testemunhas de seus matrimônios de acordo com os seus laços sociais e estratégias de destaque na sociabilidade da elite belo-horizontina, buscando estabelecer relações para além da fé cristã e seus ritos, mas para a manutenção de interesses sociais significativos. A presença de testemunhas frequentemente refletia a condição social e afetiva em relação aos noivos, indicando que eram escolhidas por motivos específicos. Ademais, a escolha de certas testemunhas e registros destacados na revista sugere que elas eram indivíduos próximos às igrejas e disponíveis para cumprir esse papel.

No casamento abaixo, podemos observar que, em setembro de 1945, um casamento em especial reuniu o círculo social da elite mineira. A união matrimonial entre Marina de Moura Matos, filha do desembargador Mário Matos e Paulo Campos Guimarães, renomado advogado e intelectual, transbordou significados que vão além da mera celebração de um casamento (Figura 7). As cerimônias civil e religiosa, embora privadas, tornaram-se um reflexo do status e da tradição que circundam figuras como a da noiva, um elo entre o poder judiciário e a intelectualidade local, formando uma rede de relações que perpetua uma determinada estrutura social (Revista Alterosa, 1945).

### Figura 7- Enlace Guimarães-Mattos



Revista Alterosa, número 66, outubro de 1945

A celebração não foi apenas um evento familiar, foi uma exibição de prestígio e pertencimento. As escolhas e o cenário, desde o local das cerimônias, refletiam os códigos de uma classe que, ao se casar, reafirma e reforça sua posição no topo da hierarquia social. Na figura da noiva, com seus ricos e delicados presentes (não especificados), como descrito pela *Revista Alterosa* (1941), é possível perceber o simbolismo da continuidade dessa tradição de classe, em suma, o casamento se torna, então, não apenas uma união afetiva, mas um marcador de status, um meio de reprodução social.

Posteriormente, o casamento de Mirian Carvalhais de Paiva<sup>15</sup>, ocorrido em setembro de 1945, com Osvaldo Nobre, destacado Diretor de Publicidade dos "Diários Associados" de Minas, uma posição de grande prestígio que não só refletia seu status na esfera profissional, mas também reforçava a aliança entre as famílias tradicionais e os novos poderes econômicos e midiáticos em ascensão.

Mais do que um simples evento familiar, como destacado pela *Revista Alterosa* (1945), o casamento representou uma afirmação de classe e de pertencimento. O local da cerimônia civil, realizada na residência da noiva, e o caráter intimista e tradicional do evento, reforçam a ideia de que a elite de então buscava preservar os valores de exclusividade e sofisticação. A escolha da Igreja São José para a cerimônia religiosa, somada à execução de peças como a "Ave

---

<sup>15</sup>Filha do falecido doutor João Carvalhais de Paiva e de Dona Carmelita de Andrade Paiva.

Maria”, de Fourret, e “El Largo”, de Handel, pelo coro, faz ecoar a busca pela legitimação cultural e pela reafirmação de uma posição privilegiada na sociedade.

### Figura 8- Enlace Nobre-Paiva



Revista Alterosa, número 66, outubro de 1945

Este evento também revelou a centralidade da religião, da música clássica e dos rituais estabelecidos como símbolos de um status superior. O casamento, ao incorporar tais elementos, não foi apenas um ato de união conjugal, mas uma exibição da manutenção de uma hierarquia social, onde a tradição e a ostentação são empregadas como forma de marcar e distinguir os indivíduos pertencentes à elite. Nesse sentido, o matrimônio de Mirian Carvalhais de Paiva e Osvaldo Nobre não foi só um acontecimento familiar, mas uma manifestação de poder simbólico que servia para reforçar o status de uma classe que, ao longo dos anos, continuava a se consolidar e perpetuar.

Esses eventos sociais, marcados pelo luxo e pela formalidade, funcionam como uma representação de como as camadas sociais superiores se reconstituem e solidificam. Mais do que uma simples celebração do amor, o casamento de 1941 é um claro exemplo da reprodução de valores sociais e culturais, cuja função é garantir a continuidade do domínio e da posição dos indivíduos e famílias mais influentes no cenário mineiro e brasileiro.

A partir da análise dos casamentos registrados pela Revista Alterosa sob realização de religiosos católicos, pode-se afirmar que as cerimônias religiosas eram um grande evento para fortalecimento de vínculos sociais e aliança das elites. Ou seja, a sociabilidade que os casamentos proporcionaram na década de 1940 era vista como o padrão social da identidade. Sugere que as cerimônias de casamento não apenas formavam uniões, mas também serviam como oportunidades para fortalecimento de vínculos sociais e criação de alianças entre famílias com sobrenomes privilegiados, criando uma identidade seleta entre os privilegiados socialmente.

Em 30 de abril de 1955, políticos mineiros, principalmente aqueles que estavam atuando na política belo-horizontina, reuniram-se para o casamento da filha de Israel Pinheiro, Maria Elisa Pinheiro<sup>16</sup> e Benjamin Jacob (Figura 9), porém, a cerimônia religiosa não ocorreu no estado de Minas Gerais, mas na cidade do Rio de Janeiro (Arquivo Público de Minas Gerais, 1955). A intenção dos casamentos das elites foi permeada de interesses pessoais e, até mesmo, de estratégias para o fortalecimento de laços familiares ou para a concessão de status social.

---

<sup>16</sup>Maria Elisa Uchôa Pinheiro era neta do político João Pinheiro da Silva e filha do político Israel Pinheiro.

**Figura 9- Recepção do casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob**



Fonte: Acervo icnográfico APM; notação: IPS-1-3-164 (16), 1955

Na figura acima, aparecem figuras políticas mineiras, identificadas como Dona Queridinha Tamm Bias Fortes, esposa do ex-governador de Minas Gerais José Francisco Bias Fortes, e Juscelino Kubitschek, na recepção do casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob. Observa-se que as mulheres estão vestidas com roupas e joias de alto padrão. Dona Queridinha, especificamente, está com uma pele que pode simbolizar o alto padrão da moda do contexto de seu tempo.

No mesmo ano, ocorreu um dos maiores eventos que marcou a representatividade política mineira através de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Após o fim da Era Vargas, representantes como Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro<sup>17</sup>, tiveram um grande destaque na política do Brasil, principalmente com

---

<sup>17</sup> De acordo com o Instituto Histórico Geográfico Mineiro (IHGMG) [online], Israel Pinheiro foi um político brasileiro, filho do governador João Pinheiro da Silva e de Dona Helena de Barros Monteiro. Em 1922, iniciou sua carreira como vereador e presidente da Câmara Municipal de Caeté. Em 1933, foi nomeado secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais pelo governador Benedito Valadares Ribeiro, e posteriormente assumiu a Secretaria do Comércio e Trabalho. Em 1942, tornou-se o primeiro presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Ele teve um papel significativo na fundação do Partido Social Democrático (PSD) em 1945 e foi eleito deputado federal e constituinte em 1946, sendo reeleito em 1950 e 1954. Israel apoiou a

o cenário pós-golpe de Estado que derrubou o governo varguista (CPDOC, 1900-; IHGGMG, 1900-).

O cenário político brasileiro em meados da década de 1950 foi marcado por intensas disputas e polarizações. A sucessão presidencial e a candidatura de Juscelino Kubitschek desencadearam uma série de tensões entre os setores favoráveis à realização das eleições e os que defendiam uma intervenção militar como solução. Nesse contexto, surgem movimentos e personagens que assumem papéis centrais no embate pela legalidade e estabilidade democrática, como veremos a seguir.

Em março de 1955, Juscelino renunciou ao governo de Minas para dedicar-se à sua campanha e à de Bias Fortes ao governo estadual. Com o lançamento oficial de sua candidatura, as manifestações contra a realização das eleições e a favor de uma intervenção militar fizeram-se ouvir com mais intensidade. À frente desses setores estavam o líder udenista Carlos Lacerda e os grandes jornais do Rio e de São Paulo. A favor da legalidade, colocou-se o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), articulado no seio do Exército no início de 1955, e com alguma penetração na Marinha e na Aeronáutica (CPDOC, 1900-).

O casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob é um grande exemplo da apropriação de cerimônias religiosas, sendo o cenário de sociabilidade entre pessoas da mesma classe social e do mesmo interesse em comum. No caso da elite belo-horizontina, Minas Gerais precisava receber o grande destaque político através dos representantes que estavam inseridos em Belo Horizonte e contribuíram para o prestígio das famílias governamentais.

Os casamentos e uniões celebrados com grande destaque na sociedade belo-horizontina reforçam o papel do catolicismo como uma instituição que perpetuava as desigualdades sociais, funcionando como um mecanismo de manutenção das famílias privilegiadas. Considera-se que a Igreja, ao promover essas cerimônias, não apenas legitimava o poder e status das classes altas, mas também contribuía para a distinção social, moldando as uniões de acordo com interesses pessoais e objetivos sociais. Esse contexto resultou em um aumento significativo no número de cerimônias católicas, evidenciando o papel da religião

---

campanha do Presidente Eurico Gaspar Dutra e, sob a administração de Juscelino Kubitschek, foi nomeado Presidente da NOVACAP, responsável pela construção da nova capital do Brasil. Em 1965, foi eleito Governador de Minas Gerais.

como um elemento central na construção e reforço de hierarquias sociais e relações de poder.

A influência dos líderes religiosos em Minas Gerais foi crucial tanto para a elite político-social quanto para os projetos de poder em nível nacional. A elite política belo-horizontina, por exemplo, buscava apoio em figuras religiosas influentes, como Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, além de Dom Cabral. No contexto político da época, a aliança com líderes religiosos não era apenas uma estratégia de fortalecimento local, mas também um recurso essencial para legitimar e expandir projetos políticos.

No caso de Juscelino Kubitschek, o apoio religioso foi fundamental para consolidar seu legado político rumo à presidência do Brasil. Dom Motta, uma figura de grande influência no cenário nacional, destacou-se nesse papel. Como mineiro, Dom Motta já mantinha uma relação próxima com políticos de Minas Gerais (Figura 10) e havia desempenhado um papel significativo na expansão e fortalecimento das Igrejas Católicas em Belo Horizonte, como a emblemática Igreja São José. Sua posição de destaque dentro do tradicionalismo e do conservadorismo religioso reforçava sua conexão com a elite política brasileira como um todo, garantindo que alianças entre o poder político e o religioso fossem não apenas possíveis, mas indispensáveis para os interesses da época.

O Cardeal Motta estimulou, em São Paulo o Movimento Familiar Cristão e a Ação Católica, que ganhou grande força na década de 50 do século XX. Em 14 de outubro de 1952, foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Empenhou-se muito para concluir as obras da nova catedral, inaugurando-a, a 25 de janeiro de 1954, ainda sem as torres, durante as comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo. A catedral teve seus sinos e o carrilhão abençoados, pelo Cardeal Mota, a 6 de janeiro de 1959 (Arquidiocese de São Paulo, s/d).

Através da participação de outros membros religiosos para além de Dom Cabral, percebe-se que a política mineira ganharia mais confiabilidade em aspectos em que agentes religiosos com destaque nacional pudessem contribuir para as campanhas futuras de Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro. De acordo com Coppe (2004), através de lemas como família, trabalho e propriedade<sup>18</sup> e

---

<sup>18</sup>Lema desenvolvido por Plínio Corrêa de Oliveira, sendo o marco do tradicionalismo católico e ações do conservadorismo religioso no Brasil.

proteção da instituição familiar, essas ações poderiam ser um certo reforço de um grupo conservador dentro da Igreja, que se opôs à influência do secularismo e buscou defender a "verdade" católica. Além disso, movimentos integralistas e fundamentalistas surgiram como reação à modernidade, buscando preservar a tradição religiosa em meio ao cenário da modernidade (Coppe, 2004, p. 102-103).

**Figura 10 - Dom Carlos Carmelo de V. Motta e Israel Pinheiro**



Fonte: Sem Autoria. Cardeal Motta durante o casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob. 30 abr. 1955. Acervo Iconográfico do Arquivo Público Mineiro. IPS-1-3-164(03). Rio de Janeiro, 1955.

Na (Figura 10), é possível perceber a cordialidade entre Dom Motta e Israel Pinheiro durante o casamento de sua filha, o que reflete a estreita relação entre figuras políticas e religiosas na construção de alianças estratégicas. Esses eventos privados podem ser interpretados como momentos cruciais em que políticos e líderes religiosos concretizavam suas intenções para a esfera pública. A partir dessa análise, é possível afirmar que, através de tais eventos, não apenas se buscava reforçar os laços de poder entre as elites, mas também se estabeleciam decisões e ações que visavam, muitas vezes, atingir as camadas sociais menos favorecidas. Além disso, tais eventos funcionavam como uma forma de representação simbólica de assistência aos pobres, frequentemente associada a uma imagem de filantropia e compromisso social, mas que, em

muitos casos, escondia interesses de manutenção da hierarquia social e do status quo.

### **3.2 Assistência, pobreza e caridade**

Os principais grupos envolvidos na criação de hospitais em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XX foram os católicos, incluindo irmandades como as Santas Casas e os Vicentinos<sup>19</sup>, além de médicos católicos que participaram ativamente do associativismo profissional incentivado pela Igreja Católica (Souza, 2011). A caridade cristã desempenhou um papel crucial, com muitos atendimentos sendo realizados gratuitamente para a população carente. Além dos católicos, outros grupos de médicos também contribuíram para a criação de hospitais na região.

De acordo com Marques (2005), no início do século XX, Hugo Furquim Werneck<sup>20</sup> fundou a primeira maternidade de Belo Horizonte com apoio das 'damas de caridade', lideradas por Hilda Brandão. A maternidade visava a saúde da mulher em sentido amplo, não funcionava apenas como abrigo para mulheres em dificuldades. Hugo Werneck enfatizou a importância da caridade e da modernização do atendimento médico. A maternidade também tinha como objetivo a formação de médicos e enfermeiras, atendendo principalmente mulheres pobres e o enaltecimento da fé cristã através da caridade. A aceitação da maternidade pela população foi gradual, enfrentando preconceitos e resistência ao atendimento hospitalar.

As primeiras enfermarias do hospital foram instaladas provisoriamente em barracas de lona doadas pelo governo do estado e o lote foi doado pela prefeitura de Belo Horizonte, permitindo, assim, que os atendimentos tivessem início em 7 de setembro de 1899. O atendimento nas barracas de lonas, aos poucos, e graças às frequentes campanhas de arrecadação de fundos promovidas pelas

---

<sup>19</sup>Os vicentinos são membros da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), uma organização de fiéis leigos, que se dedicam à caridade cristã. Sendo as primeiras atividades iniciadas na França no século XIX por universitários católicos. <https://www.ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/>.

<sup>20</sup>Hugo Furquim Werneck, nascido em 1878 e falecido em 1935, Hugo foi um médico, atuando como diretor clínico da Santa Casa de Belo Horizonte e como um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, onde lecionou por mais de 20 anos. Além de sua carreira médica, ele foi eleito para a Assembleia Constituinte Mineira e para a Câmara dos Deputados pelo Partido Republicano Mineiro, mas não chegou a tomar posse devido à sua morte antes da cerimônia. <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/WERNECK,%20Furquim.pdf>

senhoras da sociedade, foi transferido para as construções de alvenaria (Marques, 2011, p.119).

As 'Damas de Caridade'<sup>21</sup> eram mulheres, geralmente de classes altas, que organizavam eventos como quermesses<sup>22</sup> e leilões para arrecadar doações para instituições de caridade, como a Santa Casa. Elas desempenhavam um papel crucial na manutenção de obras médico-sociais e na assistência a necessitados, além de assumirem a gestão da Maternidade. Apesar de enfrentarem críticas, seu trabalho era fundamental para a construção e operação de serviços de saúde na sociedade (Marques, 2005, p. 157,162-170).

Nos estatutos, a arrecadação regular prevista era a contribuição mensal dos sócios, além de jóias, mas isso nunca conseguiu, efetivamente, cobrir as despesas do hospital. Outras formas não convencionais de recursos eram usadas, tais como: as loterias que premiavam com objetos de valores diferentes, renda de espetáculos circenses, corridas de bicicleta no Parque Municipal, doações de roupas e alimentos, e quermesses patrocinadas pelas «zeladoras», mais tarde reunidas na «Associação das Damas de Caridade», responsáveis pelas maiores campanhas de arrecadação (Marques, 2011, p. 119).

A caridade cristã exerceu por muito tempo a função de assistencialismo que deveria ser responsabilidade estatal e não religiosa. As sociedades belo-horizontina e brasileira, nas décadas de 1930 e 1940, estavam amparadas na ética e normatividade católica, sendo a religião responsável pela instrução assistencial e do auxílio aos necessitados. Souza (1999) descreve que, no contexto analisado, houve estratégias assistenciais da política em Belo Horizonte, que foram reformuladas para a imagem do marginalizado e os seus modos de vida, amparados em associações religiosas e filantrópicas como as damas de caridade.

---

<sup>21</sup>As Damas de Caridade de Belo Horizonte foram um grupo importante na história da assistência social e da filantropia na cidade, tendo como principal objetivo ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente mulheres e crianças. O grupo foi idealizado por mulheres da alta sociedade mineira, que se mobilizaram para oferecer apoio e cuidados à população necessitada.

<sup>22</sup> Festividades beneficentes proporcionadas pela Igreja Católica com o intuito de arrecadação.

Desta forma, em nome da caridade foram, e ainda são construídas associações filantrópicas como asilos, albergues, creches, cujo fundamento são os valores quer da filantropia, quer da caridade cristã. Com este espírito, presta-se assistência material àqueles que nada possuem. Muitas dessas associações filantrópicas institucionalizaram-se formulando estatutos, adotando normas e critérios para o atendimento, em busca de recursos da comunidade e do Estado, tais como doações e isenções de impostos, para ampliação de seus serviços (Silva, 2006, p. 329).

A partir da intenção da construção do homem necessitado e carente de amparo social, o intuito do poder público era de deslocar a responsabilidade estatal, buscando apoio direto de instituições filantrópicas e religiosas para garantir o suporte financeiro e político. Com base na análise de Souza (1999), pode-se considerar que a Igreja Católica, em Belo Horizonte, não apenas moralizou, mas também normalizou a pobreza, tratando-a como uma realidade estrutural e inevitável, sem questionar suas causas profundas ou propor mudanças significativas.

Nesse sentido, a Igreja atuou mais como gestora da pobreza do que como agente transformador da sociedade, atraindo fiéis dispostos a prestar caridade e assistência nas paróquias locais, mas sem um discurso voltado à eliminação da pobreza ou à mudança das condições que a geram. A assistência, direcionada principalmente a crianças, famílias e trabalhadores, refletia uma preocupação com a manutenção da estrutura familiar e a prevenção da dissolução familiar devido à pobreza, mas sem contestar a estrutura econômica e social que a sustentava (Souza, 1999, p. 136).

Os segmentos sociais, instâncias de poder e grupos filantrópicos elaboravam tratamentos, concepções e imagens da pobreza, que se entrelaçavam ao cotidiano das práticas urbanas, compondo um cenário das relações do assistencialismo com os pobres e a cidade, a fim de compreender melhor o que se passava em relação às práticas assistenciais no conjunto da sociedade belohorizontina (Souza, 1999, p. 136).

No final da década de 1940, os vicentinos de Belo Horizonte intensificaram seus esforços para apoiar famílias pobres e suas crianças, criando uma "cidade" dedicada a abrigar os necessitados, que se tornou um modelo de assistência social eficaz. Essa iniciativa resultou em experiências organizadas de pedagogia assistencial, refletindo a abordagem da Sociedade de São Vicente de Paulo. Além disso, Souza (1999) menciona a importância da figura da mulher, mãe e

professora na educação das crianças, enfatizando que, na ausência da mãe, apenas profissionais qualificados poderiam desempenhar esse papel educativo (Souza, 1999, p. 147). Ou seja, o papel e função social feminino na cidade se resumia com grande destaque com base na esfera católica, por um trabalho moral e daquele que viria a ser reconhecido pelo empenho da mulher dedicada aos afazeres religiosos, através da caridade e prestação de serviços às instituições católicas.

É importante ressaltar a transição do valor da caridade cristã, que predominou nas práticas de assistência social ligadas à Igreja, para um enfoque no profissionalismo e na eficiência das Organizações Não-governamentais (ONGs) no Brasil. A partir da década de 1970, a militância católica começou a incorporar ideais de justiça social, resultando em um rompimento com a caridade cristã. Essa mudança culminou na adoção de valores de profissionalização e eficiência, influenciando a atuação das ONGs (Neto 2013, p. 47-48).

Nas primeiras décadas do século XX, no Pontificado de Pio XI, a Igreja no Brasil seguiu a orientação do Vaticano para reforçar sua presença entre as classes populares, alargando a sua base social antes restrita às elites. Neste contexto, as organizações de leigos católicos que se ocupavam em promover assistência social foram se aproximando cada vez mais dos movimentos sociais (Neto, 2013, p. 49).

Um grande exemplo, de acordo com Ribeiro (2023), foram os lactários que tinham como função principal a assistência à primeira infância e a educação das mães. Eles ofereciam cuidados às crianças, especialmente aquelas das famílias pobres, e promoviam a saúde infantil através da distribuição de leite e da instrução em higiene infantil. Além disso, serviram como centros de educação para mães, ajudando no combate a doenças como a tuberculose e a sífilis (Ribeiro, 2023, p.207-209).

Os lactários criados no século XX foram definidos como parte das ações assistenciais vinculadas à Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esses serviços visavam atender crianças em situações de risco, focando na educação e na prevenção. Assim, os lactários representam uma iniciativa de apoio social durante um período de crescente preocupação com as políticas sociais no Brasil.

com a criação de serviços próprios (tais como creches, hospitais e lactários vinculados à Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a criação da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBEM), encarregada da difusão de serviços de atendimento social a crianças

em situações de risco, a partir da perspectiva da educação e da prevenção. A preocupação com a reformulação dos serviços de políticas sociais estender-se-ia ainda ao campo da Previdência Social, resultando na promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social, em 1960, que estabeleceu a uniformização dos benefícios previdenciários (Mestriner, s/p, 1992).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) é mencionada como uma iniciativa governamental criada em 1938, que atuou como mediadora entre o capital e o trabalho. A LBA foi responsável pela criação de serviços sociais, como creches e hospitais, visando atender crianças em situações de risco e reforçar a legislação social corporativa. Assim, a LBA incorporou parcialmente as reivindicações populares, utilizando procedimentos clientelistas na relação entre o Estado e a sociedade civil organizada.

Simultaneamente à construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo, localizada na região centro-sul de Belo Horizonte, durante a década de 1940, surgia o lactário Nossa Senhora do Carmo (figura 11) -um projeto social de grande relevância. Sua proposta inicial era fornecer leite a crianças em situação de vulnerabilidade e desnutrição, o que revela uma abordagem que ia além dos preceitos espirituais tradicionais. Esse esforço ilustra a tentativa de estabelecer uma conexão entre a missão religiosa e o atendimento das necessidades básicas de uma população carente, refletindo a complexa relação entre religião, filantropia e políticas sociais na época.

**Figura 11- Lactário Nossa Senhora do Carmo**



Fonte: Ordem do Carmo. Lactário Nossa Senhora do Carmo. [Imagem online]. Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: <https://igrejadocarmo.com.br/historia.php>. Acesso em: 17 fev. 2025.

O lactário, mais do que uma simples ação assistencial, representava um elo entre a Igreja e as camadas sociais mais desfavorecidas, um movimento que buscava legitimar a Igreja como pilar da moralidade pública e como agente de intervenção direta nas questões sociais. Essa prática de caridade não apenas reforçava o papel dos religiosos como provedores de cuidado espiritual, mas também como cuidadores do corpo, evidenciando o papel crucial da Igreja no processo de conformação das relações de poder e classe.

Nos anos seguintes, com a incorporação do lactário à Assistência Social "D. Querubina Martins Vianna", o projeto se consolidou como uma instituição socialmente relevante, ampliando seu alcance e oferecendo suporte vital a um número crescente de pessoas necessitadas. A mudança para debaixo da escadaria da Igreja, na década de 1950, não apenas marca a continuidade da obra, mas também simboliza a conexão íntima entre o sagrado e o assistencial, onde a Igreja se transforma num centro de apoio tanto espiritual quanto material.

Este movimento não pode ser analisado apenas sob o prisma da caridade cristã, mas também como uma estratégia de manutenção da ordem social vigente. Ao oferecer suporte às classes populares, a Igreja não só angariava fidelidade, mas também assegurava sua posição como pilar central da estrutura social de Belo Horizonte. A continuidade dessa ação até os dias de hoje, com o Lactário ainda em funcionamento, serve como um lembrete de como as instituições religiosas têm sido essenciais na construção e perpetuação de uma rede de assistencialismo, muitas vezes substituindo o Estado em suas funções mais básicas e fundamentais.

Esse entrelaçamento religioso, assistência social e poder estrutural revela como práticas de caridade, muitas vezes vistas como gestos de bondade, têm um forte conteúdo simbólico e político, funcionando como mecanismo de reprodução das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que consolidam o papel da Igreja como um ator imprescindível na configuração da sociedade.

O bairro do Carmo, na década de 1940, vivia um processo de desenvolvimento que transcendia as questões de infraestrutura, envolvendo um complexo processo de formação comunitária, muitas vezes mediado pela religião (APCBH - História de Bairros). A paróquia, além de ser um local de celebração religiosa, funcionava como um espaço de resistência simbólica e de fortalecimento de laços sociais, onde os momentos de devoção eram também momentos de solidariedade mútua.

No entanto, o bairro enfrentava um estigma territorial profundamente enraizado: era considerado o 'fim do mundo', um local marginalizado pela sociedade, marcado por preconceitos sociais e econômicos que limitavam seu acesso a recursos e visibilidade. Essa condição de exclusão social demandava uma intervenção religiosa que fosse além do cuidado espiritual e buscasse integrar o bairro ao tecido social mais amplo da cidade (Ordem do Carmo, s/d; Jornal O Tempo, s/d).

O bairro do Carmo, em pleno desenvolvimento no contexto analisado, e a paróquia, que se tornou ativa nos primeiros anos da década de 1940, empenharam-se em atender às necessidades da comunidade. Frei Anselmo Bertels, com sua sensibilidade e dedicação, compreendeu a importância de cada indivíduo e cada família residente na região. Sua liderança não apenas guiou a paróquia, mas também inspirou a transformação do bairro, que, anteriormente conhecido como 'Fim do Mundo'<sup>23</sup>, passou a ser denominado 'Carmo', em homenagem à Nossa Senhora do Carmo, figura que simboliza proteção e amor.

Para conseguir o dinheiro, frei Inocêncio circulava pela Cidade Jardim, considerado então "o bairro das famílias ricas de BH". Há registro de que entrava em festas, ao final tocava piano e acabava conseguindo adesões. Era comum ainda ver outros religiosos pelas ruas, batendo de porta em porta atrás dos recursos necessários para a obra (O Tempo, 2021).

A figura de Frei Anselmo, portanto, torna-se fundamental não só como um guia espiritual, mas também como um agente de transformação social. A paróquia do Carmo não era apenas um espaço de adoração, mas também de

---

<sup>23</sup> O nome "Acaba Mundo" carrega uma certa aura mística e é associado a um lugar que, de acordo com algumas histórias locais, teria uma atmosfera peculiar, com uma sensação de estar "no fim do mundo". Essa expressão foi provavelmente criada devido à localização do lugar, em um topo de morro ou em uma área mais isolada da cidade, com uma vista panorâmica.

apoio mútuo e acolhimento, onde os fiéis, especialmente do bairro Cidade Jardim, viam-se chamados a estender a mão aos moradores do Carmo. Essa dinâmica de amparo não era apenas um ato de fé, mas também uma resposta social às dificuldades enfrentadas por uma comunidade que no período analisado era estigmatizada.

O líder religioso desempenhava uma função política a partir de seu papel episcopal. Por meio desse papel, as pessoas frequentemente reconheciam a autoridade da entidade religiosa, não apenas pelos serviços prestados, mas também pela assistência aos necessitados, o que resultava em um aumento do prestígio social do religioso. Esse prestígio garantia-lhe ainda maior acesso aos diversos setores da sociedade.

### **3.2.1 Assistência, pobreza e caridade: Clube Atlético Mineiro**

*“Se um dia perguntarem a nossa religião,  
diremos que somos alvinegros de  
coração” (Movimento 105 minutos)*

O Clube Atlético Mineiro, assim como outros clubes de futebol no Brasil, foi inicialmente marcado pela distinção social e pelo privilégio de seus fundadores, composto por um grupo seletivo de jovens, filhos de pessoas em cargos e funções públicas de prestígio, como advogados e médicos (Alves et al., 2016). O clube, fundado em 1908, só veio a se tornar, de fato, o "clube da massa alvinegra" na década de 1920 (Paula, 2020). Ou seja, o Atlético também acompanhava as transformações que ocorriam na cidade de Belo Horizonte.

Na década de 1950, a assistência religiosa surgiu como um amparo para os jogadores de futebol da época. Dom Serafim Fernandes, mais conhecido pela torcida atleticana pela emblemática frase: *"Por mais que eu reze, não tem jeito. Esse Tostão é mesmo infernal"*, foi um dos grandes nomes que contribuíram para a assistência aos jogadores do Clube Atlético Mineiro.

Dom Serafim veio a Belo Horizonte na mocidade, na década de 1930, e se encantou com aquele time que tinha Kafunga e Guará, reconhecido como legítimo campeão do Brasileiro de 1937. Frequentador do estádio Antônio Carlos, o cardeal começaria a participar ativamente da vida política do Galo em 1962, quando foi nomeado conselheiro nato do Clube (100 anos...Clube Atlético Mineiro, 2024).

Dom Serafim, atleticano nato, tinha o desejo pessoal de tornar o Clube Atlético Mineiro acessível e inclusivo a todos. O religioso recebeu grande prestígio dentro do clube, sendo conselheiro e uma figura de respeito para os atleticanos. Segundo o Clube Atlético Mineiro (2024), ele foi responsável por transformar a vida de jogadores como Reinaldo, Toninho Cerezo, Paulo Isidoro e Marcelo Oliveira, que enfrentavam dificuldades financeiras e precisavam de amparo. Nesse contexto, o cardeal providenciou abrigo para eles no Orfanato Santo Antônio.

Com todo o esforço e dedicação de Dom Serafim ao clube de futebol, é importante destacar que, na década de 1930, o futebol já era um dos principais temas das manchetes do jornal *O Diário*. Estrategicamente, a divulgação dessas notícias buscava comover e atrair a atenção da sociedade belo-horizontina. Líderes católicos, atentos ao impacto social do esporte, sempre se envolveram em questões que mobilizaram a população, promovendo a coesão entre religião e espaços populares, como os clubes de futebol.

Um grande exemplo disso é Dom Serafim, que, além de torcedor fervoroso, tornou-se conselheiro do Clube Atlético Mineiro (Figura 12). No entanto, seu interesse ia além da paixão pelo time — ele desejava estar inserido nas ações e decisões do clube. É evidente que sua posição religiosa lhe proporcionava certas regalias sociais, ao mesmo tempo em que contribuía para a construção de uma imagem pública amigável. Sua participação ativa em assuntos da cultura mineira fortalecia sua credibilidade e reforçava o sentimento de pertencimento entre a comunidade, demonstrando que a religião poderia estar presente também nos espaços mais populares da sociedade.

**Figura 12- Dom Serafim na Vila Olímpica do Atlético Mineiro**



Fonte: Sociedade de Cultura Mineira, 1971

O ano de 1971 marca um momento significativo na história de Belo Horizonte, com a inauguração da Vila Olímpica, espaço destinado ao treinamento de atletas e sócio torcedores, situado na região da Pampulha. Esse marco não apenas simboliza o desenvolvimento do esporte local, mas também ilustra um momento de intersecção entre a Igreja, a política e a sociedade. Dom Serafim Fernandes, conselheiro no quadro administrativo do clube, atuava em um contexto em que a Igreja exercia um papel multifacetado. Sociologicamente, esse período revela como a religião não apenas se configurava como um meio de controle social, mas também se tornava um instrumento de inclusão e resistência, especialmente diante das tensões políticas vividas durante a ditadura militar.

A Igreja, ao atuar como pilar de apoio tanto material quanto emocional, oferecia aos marginalizados uma forma de dignidade e pertencimento, criando espaços de acolhimento em um cenário socialmente excludente. O projeto religioso, muitas vezes promovido pela elite belo-horizontina, mostrava-se como um espaço de reconfiguração social, onde a fé, a ajuda mútua e o espírito

comunitário se entrelaçavam para construir redes de apoio alternativas às políticas públicas insuficientes. Nesse sentido, a religiosidade se tornava um terreno fértil para a formação de uma nova sociabilidade, com a Igreja se tornando, simultaneamente, um agente de resistência e de conformismo, dependendo de sua atuação dentro dos limites impostos pelas dinâmicas de poder da época.

### **3.3 A devoção das primeiras-damas: assistencialismo e contribuição social**

As primeiras-damas de Minas Gerais desempenharam um papel significativo na formação da relação entre as famílias governamentais e a Igreja, estabelecendo um legado de interdependência entre o poder político e a religiosidade no contexto republicano. Nomes como Dona Queridinha e Sarah Kubitschek são emblemáticos dessa construção, pois suas ações contribuíram para que a fé e a devoção não apenas se relacionassem com a vida privada das figuras políticas, mas também para que se institucionalizasse uma forma de religiosidade ligada ao Estado.

Dona Queridinha, esposa do ex-governador José Francisco Bias Fortes, tinha um desejo pessoal: construir uma capela que fosse símbolo de sua devoção e da firmeza de sua fé cristã, localizada nas proximidades do Palácio da Liberdade. A construção da Capela de Santana, situada no pátio da atual Casa Fiat de Cultura, exemplifica claramente o vínculo entre Igreja e Estado. Sua fundação, em 1957, não representou apenas um ato de fé pessoal, mas também refletiu a política de aliança entre as elites políticas e religiosas, que, ao se unirem em torno de símbolos sagrados, buscavam consolidar sua autoridade e garantir a coesão social (Casa Fiat de Cultura, s/p, s/d).

Localizada no pátio posterior da Casa Fiat de Cultura, a Capela de Santana foi construída no final dos anos 1950, por iniciativa da então primeira-dama do Estado, Francisca Tamm Bias Fortes, esposa do Governador José Francisco Bias Fortes, conhecida como Dona Queridinha. A dedicação a Santana, como sua padroeira, se deve ao fato de que, nos remotos dias do Curral Del Rei, existira nas proximidades da atual Praça da Liberdade uma capela com a mesma invocação, cuja imagem, considerada milagrosa, foi conservada e passou a ser venerada em igreja construída no bairro da Serra, em 1931. A nova capela foi projetada pelo arquiteto Gilson de Paula e sua execução esteve a cargo dos engenheiros Afonso Ferreira de Castro e Arduino Comini Filho. Em homenagem a sua idealizadora, Dona

Queridinha, a Capela, vista de cima, tem formato de “Q” (Casa Fiat de Cultura, s/p, s/d).

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental da capela, com a presença de figuras políticas como o presidente Juscelino Kubitschek e o governador José Francisco Bias Fortes, bem como de autoridades religiosas, é um exemplo do modo como as elites políticas e eclesiásticas se utilizavam da religião para legitimar sua posição. Este evento, longe de ser apenas uma celebração de um espaço religioso, foi também um espetáculo de prestígio social e político, onde a participação da Igreja reforçava a ideia de que o Estado e a religião caminhavam juntos, fortalecendo um projeto de poder baseado na moralidade cristã e na manutenção das estruturas de classe.

Em 26 de julho de 1957, dia de Santana, foi lançada a pedra fundamental da nova capela, com a presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, do Governador do Estado, José Francisco Bias Fortes, do Ministro da Educação, Clóvis Salgado e de outras autoridades. A inauguração se deu em oito de dezembro de 1958, com uma grande solenidade que contou com a presença das autoridades citadas e de Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, representando o arcebispo metropolitano Dom Antonio dos Santos Cabral; Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo de Mariana; Dom José de Medeiros Leite, Bispo de Oliveira e Dom Manuel Nunes Coelho, Bispo de Luz. Abrihantaram a solenidade Guarda de Honra do Palácio e a Banda de Música do Batalhão de Guardas (Casa Fiat de Cultura, s/d, s/p).

A inauguração, em 1958, com a presença de representantes da Igreja e autoridades políticas, ilustra como a capela se tornava, não apenas um local de culto, mas um símbolo de união entre o poder secular e o poder religioso. Nesse contexto, a Igreja funcionava não apenas como um espaço de fé, mas como um instrumento de consolidação da ordem social e da autoridade política, reforçando valores conservadores e, ao mesmo tempo, criando uma narrativa de coesão social que transcendia as diferenças políticas e econômicas.

Sarah Kubitschek, conhecida por seu envolvimento social e como fundadora da entidade filantrópica Pioneiras Sociais, é lembrada como uma figura de destaque no cenário político e religioso brasileiro, especialmente por sua devoção à fé católica. Em um contexto de modernidade política e avanços no país, com seu marido Juscelino Kubitschek à frente do governo, Sarah soube combinar seu papel público com uma intensa religiosidade, que lhe conferiu visibilidade nacional.

Seu destaque foi ampliado por sua associação com um famoso milagre atribuído à intervenção de Padre Eustáquio: em um momento em que Sarah desejava engravidar, quando os médicos já não viam solução, ela teria sido contemplada com um milagre após receber uma bênção para engravidar. Esse episódio não apenas a projetou como um exemplo de fé, mas também inseriu a Igreja Católica e seus representantes como parte crucial da rede de poder político e social.

O padre, que costumava saudar seus fiéis com o lema “saúde e paz”, foi beatificado pelo Vaticano em 2006, depois de ter sido reconhecido seu milagre na cura de um câncer, e continua atraindo multidões. Além do reconhecimento do Vaticano, uma infinidade de relatos cerca a história do holandês. Um dos casos, que ganhou repercussão nacional, foi a gravidez da então primeira-dama de Belo Horizonte, Sarah Kubitschek. Em depoimento ao Vaticano, o ex-prefeito e ex-presidente da República Juscelino Kubitschek contou que, depois de 12 anos tentando todos os tratamentos sem nenhum resultado, sua mulher recebeu uma bênção do Padre Eustáquio. “Cerca de 10 dias depois, constatou-se a concepção. Quando ele veio à minha casa, o recebemos mais por delicadeza do que pensando em um fato extraordinário. Como católico, admito o milagre, disse Juscelino (Santuário de Padre Eustáquio...Jornal Estado de Minas, [online], 2015)

Do ponto de vista sociológico, a relação entre Sarah Kubitschek e a Igreja Católica reflete uma dinâmica de troca mútua entre status político e religioso. Enquanto Sarah, com sua posição privilegiada como primeira-dama e mulher de um dos presidentes mais importantes da história do Brasil, beneficiava-se da visibilidade proporcionada por sua fé, a Igreja Católica, por sua vez, utilizava-se dessa associação para reforçar sua posição de influência na sociedade e na política. Esse entrelaçamento de esferas religiosas e políticas ilustra como as instituições religiosas, como a Igreja Católica de Belo Horizonte, viam-se favorecidas pelo status social e político de figuras como Sarah, utilizando essas relações para fortalecer sua presença no cenário público e consolidar sua legitimidade.

Além disso, a figura de Sarah Kubitschek foi construída e reforçada pela mídia, incluindo telenovelas e jornais (TV Globo, 2006), que a apresentavam como um modelo de devoção e fé, moldando a imagem de uma mulher religiosa e comprometida com os valores católicos. Essa representação midiática não apenas evidenciava a influência do Estado na promoção da Igreja, mas também refletia uma estratégia de poder simbólico, onde a devoção religiosa se tornava

uma extensão da autoridade política. O catolicismo, ao ser associado a figuras de poder, como Sarah, ampliava sua autoridade e sua função social, servindo não apenas para a consolidação da moralidade, mas também como instrumento de controle e unificação de valores dentro de um projeto político mais amplo (Corrêa, 2018).

## **4. COM QUANTOS QUILOS DE MEDO SE FAZ UMA TRADIÇÃO**

Durante a ditadura militar no Brasil (1964–1985), o catolicismo ocupou uma posição ambígua: ao mesmo tempo em que setores da Igreja legitimavam o regime, outros se tornaram focos de resistência, impulsionados pelas diretrizes do Concílio Vaticano II (1962–1965). A tensão entre o público e o privado, entre a fé e a política, entre tradição e renovação, revelou-se no cotidiano de fiéis, clérigos e militantes. Neste capítulo, investigamos como o catolicismo, em meio à repressão e às disputas ideológicas, negociou seus espaços de atuação, consolidando ou desafiando os alicerces de uma tradição construída sob o peso do medo e da esperança.

O título deste capítulo – retirado da música de Tom Zé – lança luz sobre essa contradição. Ao questionar “com quantos quilos de medo se faz uma tradição”, revelam-se os mecanismos subterrâneos que sustentam a permanência de determinadas práticas e discursos religiosos em contextos de repressão. A tradição, nesse sentido, não é apenas herança ou continuidade, mas também um produto das pressões políticas, das escolhas institucionais e do medo de romper com a ordem estabelecida. Assim, observamos como a fé católica, em Belo Horizonte, foi atravessada por estratégias de distinção simbólica, pela tensão entre espaço público, privado e sagrado, e pelos efeitos do Concílio Vaticano II, que ofereceu novos horizontes de engajamento social mesmo sob a vigilância autoritária do Estado.

### **4.1 Espaço público, privado e sagrado**

A laicidade, fundamentada no final do século XIX, vai muito além do que foi estipulado pelo Estado brasileiro no contexto em que o catolicismo deixou de ser a religião oficial. Teoricamente, medidas foram desenvolvidas para que outras práticas religiosas fossem aceitas e integradas a uma sociedade que se propunha laica. No entanto, na prática, a presença da Igreja Católica continuou profundamente enraizada em diversos setores, demonstrando que a secularização formal do Estado não significou uma separação efetiva entre religião e esfera pública.

No Brasil, em se tratando de laicidade, nos deparamos com a aurora republicana como marco. É quando se adota de modo assumido o princípio da separação entre Estado e igrejas. Em termos mais concretos: rompe-se com o arranjo que oficializava e mantinha a Igreja Católica; o ensino é declarado leigo, os registros civis deixam de ser eclesiásticos, o casamento torna-se civil, os cemitérios são secularizados; ao mesmo tempo, incorporam-se os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais, o que daria legitimidade ao pluralismo espiritual. Note-se que estamos no final do século XIX e a amplitude desse projeto de laicização coloca o Brasil ao lado, e mesmo à frente, de outros países igualmente comprometidos com aqueles princípios (Giumbelli, 2008, p.4).

A Igreja Católica esteve ativamente envolvida na organização da sociedade brasileira, exercendo forte influência, especialmente por meio das universidades católicas. A criação de instituições não se limitava ao campo educacional, mas funcionava como uma estratégia para alinhar tradição e controle social, reforçando a hegemonia das elites e consolidando valores conservadores dentro da estrutura acadêmica.

Nesse contexto, a figura do líder religioso representava o tradicionalismo católico, em que o arcebispo era visto como autoridade máxima, símbolo de autoritarismo, sem espaço para questionamentos. Portanto, pode-se afirmar que a Igreja era uma fonte de capital social, além de representar uma oportunidade de ascensão e prestígio em cargos e esferas públicas.

É certo que as cerimônias privadas careciam, em grande parte, da presença de líderes religiosos e do prestígio que esses agentes conferiam à elite belo-horizontina. A presença de um representante eclesial nas festas privadas carregava simbolicamente o capital cultural, o que pode ser visto como uma excelente oportunidade para os socialmente privilegiados se conectarem com a instituição religiosa e manterem-se no poder.

Na figura 13, observa-se Dom João Resende Costa ao centro, conversando com o político Israel Pinheiro, que está acompanhado de duas mulheres não identificadas, mas provavelmente pertencentes à alta sociedade mineira. O cenário da fotografia exhibe um grupo de músicos com instrumentos clássicos, uma mesa posta com requinte, arranjos sofisticados e talheres.

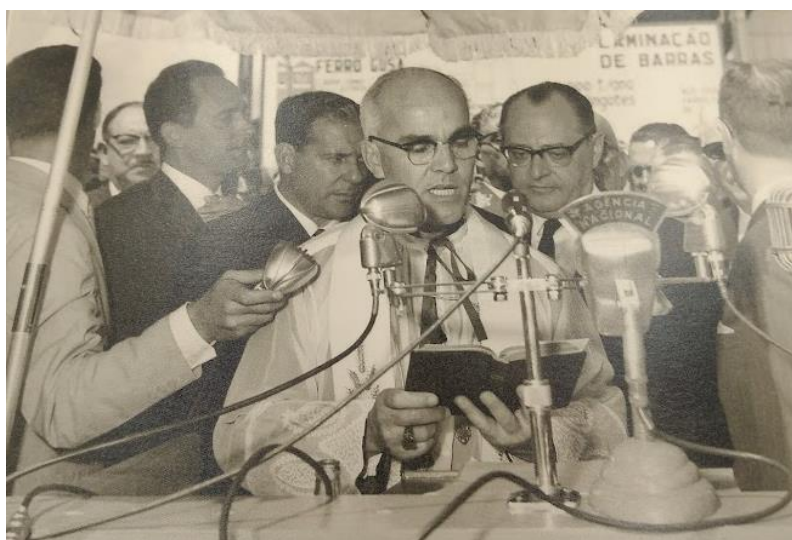
**Figura 13- Dom João Resende e Israel Pinheiro**



Fonte: Secretaria Mineira de Cultura, 1953

Além de sua atuação dentro da Igreja, era comum que líderes católicos fossem convidados para oferecer bênçãos ou proferir discursos religiosos em cerimônias públicas e privadas. Um exemplo disso ocorreu durante a inauguração do teleférico da Mannesmann Mineração S.A., evento no qual o bispo auxiliar Dom João Resende Costa foi o convidado de honra.

**Figura 14- Inauguração Teleférico Mannesmann**



Fonte: Sociedade Mineira de Cultura, 1954

Esse episódio ilustra como, nas esferas público-privadas, a presença da Igreja Católica era considerada indispensável. Ao mesmo tempo, essa presença simbólica contribuía para a manutenção e o fortalecimento da influência religiosa em diversos espaços sociais e institucionais.

#### **4.2 Distinção, poder simbólico e o catolicismo**

Em 1964, ao completar 80 anos, Dom Cabral já enfrentava sérias limitações de saúde. Ainda assim, continuava a receber o prestígio social dos fiéis católicos de Belo Horizonte. Esse prestígio se refletiu não apenas na presença de religiosos e membros da comunidade, mas também na significativa participação de figuras políticas, como o governador Magalhães Pinto, cujo nome se destacou nas reportagens da época. Essa visibilidade é particularmente emblemática, considerando sua estreita relação de amizade e submissão ao primeiro arcebispo de Belo Horizonte.

A missa comemorativa de seu aniversário, celebrada em 8 de outubro de 1964, às 10 horas, na Catedral da Boa Viagem (O Diário, 1964), não apenas representou um momento de celebração religiosa, mas também serviu como um palco para o fortalecimento das conexões entre a Igreja e o poder político local. Na ocasião, o Cardeal de São Paulo, Vasconcelos Mota, esteve presente, assim como o governador Magalhães Pinto, ambos conferindo uma aura de legitimidade e autoridade à figura de Dom Cabral, especialmente dentro do contexto de um Brasil politicamente tenso e marcado pela Ditadura Militar

Na mesma ocasião, uma imagem (Figura 15) destacada pelo jornal *O Diário* revela a presença de religiosos, devotos e fiéis. O que mais se sobressai na fotografia, no entanto, é uma mulher não identificada que ocupa uma posição central entre os demais presentes.

A análise de suas características — postura imponente, véu, roupa preta e óculos escuros — sugere que ela pertence a um grupo social privilegiado. Sua posição de destaque na cerimônia, situada de forma proeminente na Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, reforça essa percepção. Não são apenas os elementos visíveis que indicam sua condição privilegiada, mas também o lugar que ocupa no evento, um espaço de grande importância.

**Figura 15- Arquidiocese reza por Dom Cabral**



Fonte: O Diário, 1964

. Esse posicionamento pode ser interpretado como um reflexo das hierarquias sociais que ainda estruturam a organização dos espaços públicos e religiosos, evidenciando as relações de poder e prestígio que influenciam a distribuição de lugares e a visibilidade dentro da sociedade.

### 4.3 Belo Horizonte, Ditadura e Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II foi um evento ocorrido entre 1962 e 1965, responsável pela transformação do catolicismo contemporâneo e pela influência em outras vertentes religiosas cristãs. De acordo com Coppe (2016), o Concílio foi fundamental para o diálogo da Igreja Católica em um contexto no qual o século XX demandava reformulações e a inclusão de uma renovação na compreensão dos ensinamentos cristãos e nas práticas religiosas.

Certamente as questões hermenêuticas do concílio são bastante complexas, especialmente pelo fato de que suas interpretações refletem perspectivas políticas internas ao aparelho eclesiástico, e também externas, sobre, por exemplo, o papel e o lugar da igreja romana nos Estados modernos (Coppe, 2016, p.72).

O Concílio Vaticano II foi um dos eventos mais significativos da história contemporânea da Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII com o objetivo de promover uma renovação interna e um diálogo mais profundo com o mundo moderno. A iniciativa visou atualizar a Igreja diante dos desafios do século XX, ao mesmo tempo em que reafirmava sua missão universal de evangelização e serviço à humanidade.

O Concílio surgiu em resposta ao contexto de grandes transformações sociais, culturais e políticas da época, como o pós-Segunda Guerra Mundial, a ascensão dos movimentos de direitos civis e as tensões da Guerra Fria. O Papa João XXIII utilizou o conceito de *aggiornamento*, ou seja, a necessidade de "atualizar" a Igreja, tornando-a mais acessível e próxima dos fiéis, além de mais consciente das realidades do mundo moderno. A busca pelo ecumenismo, promovendo o diálogo com outras denominações cristãs e religiões como islamismo e judaísmo, também foi um dos principais objetivos, assim como a promoção de uma liturgia participativa que incluísse os leigos de maneira mais ativa.

Em todos os setores da Igreja Católica, o Concílio Vaticano II foi uma das propostas pensadas pelo papa João XXIII. No entanto, nem todas as culturas e grupos religiosos estavam preparados para compreender adequadamente a verdadeira proposta do que foi idealizado para a Igreja Católica contemporânea. De acordo com Coppe (2015, p. 63), isso ocorreu por falta de uma hermenêutica justa e acessível. "Três anos de preparação laboriosa, consagrados a indagar ampla e profundamente as condições modernas da fé e da prática religiosa, e,

de modo especial, da vitalidade cristã e católica” (Discurso na solene abertura do Concílio Vaticano II, 1962, s/p). No entanto, foi posto em prática e disseminado com mais consistência o que causou grande choque e conflitos com cristãos conservadores e com aqueles provenientes de uma crença anticomunista.

O Concílio Vaticano II teve um impacto profundo na Igreja Católica, promovendo transformações significativas, como a abertura à modernidade, com ênfase em questões sociais, políticas e econômicas, a reforma litúrgica (permitindo o uso de línguas vernáculas) e o fortalecimento da participação dos leigos. Além disso, o Concílio promoveu o diálogo com outras religiões e denominações cristãs, rompendo com posturas exclusivistas. Contudo, as reformas geraram tensões internas, com resistência, principalmente entre os grupos mais tradicionais. Em suma, o Vaticano II representou uma renovação histórica, influenciando a Igreja até hoje e refletindo a tensão entre a preservação da tradição e a adaptação ao mundo moderno.

Na arquidiocese de Belo Horizonte, não foi diferente, pois existiam grupos religiosos 'conservadores' e 'liberais', resultado do governo episcopal de Dom Cabral e dos direcionamentos da Ação Católica, fundada na década de 1930. Com a implementação das ideias do Concílio Vaticano II, Dom João Resende Costa foi um dos principais nomes a representar Minas Gerais e, especificamente, a Arquidiocese de Belo Horizonte no Vaticano.

Na atuação escolar, o Colégio Helena Guerra desempenhou um papel significativo na manutenção da cultura católica, sob a influência da Ordem das Salesianas. A instituição não apenas reforçou valores religiosos, mas também exerceu um controle sobre os alunos, moldando-os por meio de uma pedagogia de viés positivista e fundamentada em princípios cristãos. Antes das mudanças promovidas pelo Concílio Vaticano II, o colégio atendia majoritariamente a uma elite privilegiada, restringindo o acesso à educação às camadas mais favorecidas da sociedade. Como apontado pelo jornal *O Diário* (1964), a escola era um 'tradicional educandário' que acolhia quase exclusivamente alunas oriundas da burguesia ou de famílias financeiramente independentes.

O gesto do Colégio Helena Guerra pretende ser, modestamente, a melhor forma de passar da teoria à prática. Em outras palavras, as Religiosas querem unir a doutrina e a vida, o pensamento e a ação, tudo à luz das exigências atuais da Igreja e das necessidades mais prementes da maioria absoluta da juventude brasileira. Nesse sentido, vão salientar o novo colégio, de acordo com os seguintes documentos "Gaudium et Spes" "Ad Genes", do Concílio Vaticano II "Popu e lorum progressio", do Papa Paulo VI; Plano de Pastoral de Conjunto, da CNBB; e, por fim, os documentos de Medellín, ou do Episcopado Latino-americano.

A abertura para alunos de origem operária só ocorreu após as reformas do Concílio Vaticano II, que buscavam dar um caráter mais inclusivo à educação católica. No entanto, essa ampliação do público não foi meramente um gesto altruísta, mas uma resposta às pressões por democratização do ensino e ao reconhecimento tardio das desigualdades estruturais que a própria instituição ajudou a perpetuar.

De acordo com a reportagem, o Colégio Helena Guerra foi inicialmente pensado para a autopromoção da educação para filhos de trabalhadores e indigentes, com o objetivo de beneficiá-los e proporcionar-lhes acesso à educação. A reportagem afirma que não se tratava de um gesto de recusa ou desamor em relação aos jovens que estudavam na instituição, mas, pelo contrário, visava mostrar o papel dos jovens e de todos os homens de boa vontade na elevação e no desenvolvimento integral dos povos, conforme os ensinamentos do Papa Paulo VI.

Uma grande massa de analfabetos não sabe ainda dialogar, dizem os responsáveis pelo Colégio Helena Guerra. E, no Brasil, o número de analfabetos atinge cerca de 57% da população. A pirâmide educacional, em nosso país, sobe de uma base de 43% que se matriculam no primeiro ano, para 4% que entram no curso secundário e termina em 0,4% dos que fazem o curso superior. Uma sociedade assim não tem condições de falar uma sociedade moderna, sem voz nem vez. Por outro lado, o Evangelho é um apêlo a se anunciar a Boa Nova aos pobres. E esses quase não são evangelizados, por não reunirem todas as condições de entender de fato aquela mensagem.

Antes do Concílio Vaticano II, com a alta porcentagem de analfabetismo no Brasil, os pobres não eram incluídos em colégios e ações católicas, como foi explicitado anteriormente. Foi necessário um concílio para que houvesse mobilização social, até mesmo nos meios estudantis, para contemplar estudantes de diversas camadas sociais. Com a contribuição do Concílio

Vaticano II, a Igreja Católica se tornou uma instituição fundamental no resguardo e amparo aos direitos humanos no Brasil durante o período da ditadura militar. Com a participação direta de movimentos estudantis, operários e políticos, o fortalecimento do clero e leigos contribuiu para que as práticas impostas pelo Vaticano II fossem efetivamente implementadas (Neves, 2004).

Ou seja, em Belo Horizonte, não foi diferente e teve a participação de grandes nomes do catolicismo, como 'Dom João Resende Costa, Arcebispo Emérito de Belo Horizonte; Eliseu Lopes, ex-dominicano; Frei Cláudio Van Balen, frade carmelita residente em Belo Horizonte', que demonstram um novo movimento no catolicismo brasileiro (Neves, 2004, p. 68).

Os direitos humanos e sociais assumiram conotações e interpretações diversas na história do catolicismo brasileiro. Há silêncios, omissões, desacertos e acertos. Muitos leigos, alguns sacerdotes e bispos se envolveram nos conflitos políticos e sociais. O regime político se posicionava na contramão dessa orientação. Desencadeou-se, assim, uma onda de violência contra todas as lideranças e mobilizações populares que não estavam de acordo com o regime. A intolerância política possibilitou uma torrente de repressão, extremamente violenta, em todo o País (Neves, 2004, p. 75).

Os direitos humanos e sociais foram discutidos no contexto da Igreja na América Latina na década de 1960, inicialmente pela II Conferência de Medellín, em 1968. Nessa conferência, foram estabelecidas pautas explícitas para serem desenvolvidas com base nas propostas do Concílio Vaticano II. Posteriormente, na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em 1979, os bispos da América Latina se uniram para elaborar pautas que atendessem às realidades regionais em tempos de regimes ditatoriais, com uma perspectiva de renovação voltada para causas sociais, especialmente um diálogo teológico-pastoral focado no auxílio aos marginalizados, como exemplificado pela teologia da libertação (Libânio, 1978).

Grupos de mobilidade estudantil, como a Juventude Universitária Católica (JUC), desempenharam um papel imprescindível na década de 1960, liderando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e promovendo a inserção social e política das organizações estudantis. Após conflitos com o episcopado nacional, a JUC se transformou no grupo Ação Popular, que buscou adotar um papel cristão mais engajado. A JUC também facilitou o diálogo entre estudantes

católicos e evangélicos, contribuindo para a troca de ideias e a mobilização social (Quadros, 2012, p. 386-387).

A JUC promoveu um testemunho cristão ativo, incentivando a politização da fé e o engajamento mais relevante em um contexto de crise do projeto desenvolvimentista. Além disso, facilitou o diálogo ecumênico entre católicos e evangélicos, ampliando a mobilização e a troca de ideias entre diferentes grupos religiosos no ambiente universitário.

Por outro lado, o contato dentro da universidade era bastante plausível e, em alguns centros, lideranças evangélicas estudantis passaram a se encontrar regularmente com as católicas. O ano de 1959 foi importante para a concretização desse diálogo, pois a iniciativa ecumênica do Segundo Concílio do Vaticano fora dada pelo papa João XXIII. Eduardo Faria (1993) relata que os primeiros encontros ocorreram através dos frades dominicanos, envolvidos no movimento estudantil, expandindo-se logo para alguns projetos em comum (Quadros, 2012, p. 392).

O golpe civil-militar de 1964 resultou em repressão violenta contra os grupos estudantis, levando ao enfraquecimento e isolamento de movimentos como a UNE, que continuou a atuar clandestinamente. A Ação Católica Acadêmica (ACA) e a Juventude Universitária Católica (JUC) foram desestruturadas, com muitos de seus membros enfrentando perseguições e expurgos. A repressão também forçou os estudantes a reavaliarem suas estratégias de engajamento político, resultando em uma diversificação das abordagens dentro do movimento estudantil.

Os protestantes, especialmente através de grupos como a Associação Cristã Acadêmica e a Aliança Bíblica Universitária, buscaram engajar-se politicamente durante o período de repressão, defendendo a justiça social como um valor fundamental da fé. No entanto, muitos líderes protestantes reagiram contra a politização da fé, o que resultou em divisões internas e resistência à mudança. A presença e atuação dos protestantes nas universidades contribuíram para a formação de uma identidade religiosa mais crítica e engajada, apesar das tensões com a repressão militar.

Em Belo Horizonte, o encontro entre os líderes estudantis de Minas Gerais e o arcebispo coadjutor Dom João Resende Costa exemplifica a complexa relação entre a Igreja, a juventude e os movimentos sociais em tempos de tensão política no Brasil. A solidariedade expressa pelos estudantes, diante das críticas

recebidas pelo arcebispo após seu posicionamento sobre o manifesto da Ação Católica, aponta para uma tentativa de reafirmar a Igreja como mediadora moral e guia em momentos de desorientação social.

Uma comissão constituída por presidentes das entidades estudantis de Minas Gerais, alunos das escolas de Belo Horizonte e o presidente da Juventude Batista Mineira esteve ontem cedo com D. João de Resende Costa, levando-lhe sua solidariedade pela posição assumida com relação ao manifesto da Ação Católica, e em desagravo pelas críticas feitas por um cronista de um dos jornais da cidade. Como Sacerdote e como brasileiro, faço um apelo a população belorizontina, a que país se deixe dominar pelo clima de ódio, de fanatismo e de intolerância, que se pretende criar em nossa Capital afirmando que "é próprio de um pastor trabalhar para que cheguemos ao elima de anquillidade, e que possas continuar debatendo harmoniosamente", o arcebispo coadjutor mostrou que a Campanha da Fraternidade visa estes objetivos, e procura encontrar soluções na forma de diálogo". Um grupo de 30 estudantes, liderados pelos presidentes do DCE, Aloisio Reis; da UMES, Fernando Massote; do DCE da Universidade Católica, Milton de Oliveira; da Juventude Batista Mineira, sr. Arlindo dos Santos, e da União Colegial, José Henrique Vilela, esteve ontem cedo no Palácio Cristo Rei, em visita de solidariedade ao arcebispo coadjutor de Belo Horizonte, D. João de Resende Costa, pela posição assumida por ele com relação ao manifesto da Ação Católica e em desagravo pelas críticas que lhe foram feitas por um cronista de um dos jornais da Capital. Falando em nome dos estudantes universitários, 10 presidente do DCE, estudante Aloisio Reis, disse que "a posição de s, revma, mostra que a Igreja não pode conformar-se com o comodismo, e que ela está voltada para os problemas do seu povo". O presidente da UMES, o estudante Fernando Massote disse que "foi um pronunciamento que definiu a posição da Igreja e dirigiu os fiéis no caminho a seguir, pois estávamos um pouco desorientados, em face da atual situação brasileira".

No entanto, a fala de Dom João, ao condenar o 'clima de ódio, fanatismo e intolerância', revela não apenas uma preocupação pastoral, mas também um esforço estratégico para preservar a legitimidade da Igreja em um contexto de crescentes polarizações. Essa articulação entre o discurso religioso e os anseios da juventude reflete tanto as disputas pelo imaginário coletivo quanto o papel da Igreja como instituição que busca se posicionar entre a tradição e as demandas sociais emergentes.

O encontro entre representantes da Juventude Batista Mineira e o arcebispo coadjutor Dom João Resende Costa oferece um exemplo marcante da confluência entre movimentos religiosos e questões sociais no Brasil. A solidariedade expressa pela JBM em nome dos 'ideais cristãos' e das

'reivindicações do povo brasileiro' reflete o engajamento político-religioso de grupos cristãos em meio às transformações e tensões sociais da época. A fala do arcebispo, ao conectar as ações da Igreja à encíclica *Pacem in Terris* e compará-las à harmonia da Nona Sinfonia de Beethoven, reforça a tentativa da instituição de se posicionar como promotora da paz, do diálogo e da justiça social, alinhada com os desafios do cristianismo moderno.

Trazendo o pronunciamento e a solidariedade dos batistas, feita através de um manifesto, o presidente da Juventude Batista Mineira, sr. Arlindo dos Santos, disse "que hipotecava em nome da JBM integral solidariedade ao pronunciamento feito pela pessoa do arcebispo coadjutor, e que a Igreja deve lutar unida pela concretização das reivindicações do povo brasileiro dentro dos ideais cristãos". Concluindo o encontro com os estudantes, d. João de Resende Costa disse que a atual posição da igreja define o fiel cumprimento da encíclica "Pacem in Terris", do Papa João XXIII, comparada a Nona Sinfonia de Beethoven, e que prega amor, a verdade e a caridade, como função primordial do cristianismo moderno (Batistas e agradecimento... O Diário, 1964, p.9).

A declaração final de Dom João Resende Costa revela a preocupação da Igreja em se apresentar como uma força moral capaz de mediar os conflitos sociais e políticos do Brasil, utilizando como base valores universais como amor, verdade e caridade. No entanto, essa postura também aponta para as dificuldades de manter um equilíbrio entre suas responsabilidades espirituais e as demandas políticas das massas. O episódio evidencia a transformação do papel da Igreja no cenário contemporâneo, tornando-a não apenas uma referência religiosa, mas também uma instituição engajada nos debates sociais e nos projetos de mudança coletiva.

Qualificando o "pronunciamento dos leigos, autorizado pelo arcebispo de Minas. como um marco na história da Igreja em Belo Horizonte", o Padre William Silva, assistente da Juventude Operária Católica, declarou que a Igreja jamais estará contra as causas populares e as aspirações de justiça das massas trabalhadoras, sendo que o que houve de mais triste em tudo aquilo (referia-se às ocorrências de comício da FMP) foi a aparência de que a Igreja estava vinculada à baderna, insuflando violências, responsável pelos lamentáveis acontecimentos. Serenidade -O que mais me impressionou disse o Padre William Silva foi a serenidade do documento. Segurança e clarividência testemunham a maioria dos leigos cristãos, engajados conscientemente no temporal. É uma alegria constatar que temos assim um laicato maior, livre e responsável. documento traduz claramente que esses leigos têm consciência de que eles são a presença da Igreja na transformação do temporal. O que é mais importante, desvincula claramente a Igreja dos acontecimentos de têrça- feira" (Igreja renova... Última Hora, 1964).

O pronunciamento do Padre William Silva, ao qualificar o discurso de leigos autorizado pelo arcebispo de Belo Horizonte como um marco na história da Igreja Católica em Belo Horizonte, revela a complexa interseção entre religião, política e luta de classes no Brasil. Essa fala, ao mesmo tempo em que reafirma a solidariedade da Igreja com as causas populares, expõe as tensões internas e externas enfrentadas pela instituição no contexto de mobilizações sociais. A tentativa de desassociar a Igreja de 'badernas' e 'violências' reflete não apenas um esforço de autopreservação institucional, mas também a ambiguidade de sua posição diante das massas trabalhadoras — ora como aliada, ora como mediadora de conflitos, e, por vezes, como objeto de instrumentalização política. Este episódio é um exemplo emblemático das disputas simbólicas e materiais que moldaram o papel da Igreja em cenários de transformação social no Brasil.

Não apenas pela repressão decorrente da política brasileira, mas também pelo pensamento conservador que se instaurou em Belo Horizonte através da Ação Católica, os fiéis conservadores estavam empenhados em disseminar informações que causariam comoção na cidade, principalmente com o pretexto de que as possíveis reformas em discussão seriam reflexos de ideologias comunistas.

No final de fevereiro de 1964, o clima de conflitos e manifestações entre os católicos de Belo Horizonte estava efervescente, como se refletia nas publicações de jornais, que usavam expressões como 'clima de ódio' e 'fanatismo'. O apelo dos religiosos era para o apaziguamento da população, principalmente para manter a ordem e o controle social.

Como Sacerdote e como brasileiro, faço um apelo a população belorizontina, a que não se deixe dominar pelo clima de ódio de fanatismo e de intolerância, que se pretende criar em nossa Capital, a pretexto combate ao comunismo. O caminho certo não é o histerismo coletivo, mas a aplicação imediata da Doutrina Social da igreja (Padre Tolentino... Jornal última hora, 1964).

O pretexto da Ação Católica era que os conservadores estavam combatendo as ideologias associadas ao comunismo de forma violenta, o que gerava intolerância entre aqueles que não compartilhavam da mesma visão conservadora. No entanto, por trás dessas ações, estavam grandes nomes que

eram referência do conservadorismo religioso, como Dom Geraldo Sigaud, Antônio Castro Mayer e Plínio Corrêa de Oliveira, líderes religiosos que defendiam explicitamente a propriedade privada.

Já conta com cerca de 45.000 assinaturas o documento de interpelação do povo mineiro a Ação Católica, pelo fato de haver essa entidade negado aos católicos o direito de se manifestarem, em nome da consciência religiosa, contra as reformas confiadas a comunistas" informaram-nos ontem uma comissão de comerciários, estudantes e operários, incumbidos de recolher essas assinaturas. Acrescentaram que os interpelantes adotam a tese defendida pelos arcebispos d. **Geraldo Sigaud**, de Diamantina, d. **Antônio Castro Mayer**, bispo de Campos, prof. **Plínio Corrêa de Oliveira** e o economista Luiz Mendonça de Freitas, no livro "Reforma Agrária, Questão de Consciência" (Interpelação à ação católica... Estado de Minas, 1964).

Não era tão simples assim, pois, embora o comunismo fosse o assunto central, o que estava em pauta, de fato, era o direito à propriedade e a redistribuição de terras — questões que, para a classe dominante, seriam complicadas de lidar, tendo em vista a articulação e o questionamento por parte dos leigos católicos. A ação, que reuniu 45.000 assinaturas de pessoas contrárias aos líderes conservadores e, principalmente, à ideia central dos valores morais e sociais defendidos pela Igreja Católica naquele contexto, ganhou destaque.

Se recomenda que "à vista de qualquer projeto de reforma de base, o católico deve investigar se ela lesa o direito de propriedade, a fim de evitar de solidarizar-se com o roubo". Disseram que o movimento repercute no país, tendo uma comissão composta de alunos da Faculdade de Direito de São Paulo concedido entrevista à TV-Tupi, destacando que mais de 20 universitários daquela tradicional instituição de ensino se solidarizaram com os mineiros, assinando a interpelação. Fato igual ocorreu, segundo os visitantes, em Ouro Preto, Curitiba e Guanabara. Nestas condições, acham que a Ação Católica não se furtará a essa oportunidade de mostrar quais os argumentos que a levaram a afirmar que não existe questão de consciência. (Interpelação à ação católica... Estado de Minas, 1964).

Nota-se que foi necessário o apoio de estudantes da Universidade de São Paulo para interpelar a Ação Católica. Além de serem estudantes de uma universidade de renome e de um curso elitizado para o contexto descrito, os estudantes não pouparam esforços para contribuir na luta e resistência dos mineiros, que estavam se unificando para reivindicar as reformas de base e a defesa da propriedade privada.

Na mesma ocasião da coleta de assinaturas, em 12 de março de 1964, conforme relatado pelo jornal *Estado de Minas* (1964), "cinco rapazes,

insatisfeitos com a coleta de assinaturas, lançaram-se contra uma das mesas coletoras, quebrando e ferindo outros que estavam com listas. Os agressores conseguiram também rasgar exemplares da interpelação, onde havia várias milhares de assinaturas” (Agressão... *Estado de Minas*, 1964). Os estudantes, tiveram um papel fundamental para a Igreja Católica de Belo Horizonte no contexto do golpe militar de 1964. Além de reivindicarem por direitos civis, exerceram em conjunto a D. João Resende, apoio e solidariedade e se uniram como agentes defensores dos direitos humanos.

Os líderes estudantis de Belo Horizonte vão hoje, às 10.40 horas, ao Palácio Cristo Rei para solidarizar-se com o arcebispo D. João Rezende Costa, pela posição tomada por ele com relação aos manifestos das Associação Católica, e em desagravo pelas acusações que lhe foram feitas por um cronista de um dos jornais da cidade. (...) Todos os líderes estudantis afirmaram que estão indo ao arcebispo. "porque êle apoiou um manifesto que traduz o pensamento da liderança estudantil mineira que combate intransigentemente certos grupos que querem manter a desordem estabelecida que comporta a fome, a mortandade infantil e a prostituição". Continuaram dizendo que a ganês que acusam D. João Resende Costa estão contrariando as afirmações básicas da doutrina social da igreja, que culminou com a encíclica "Pacem in Terris" do Papa João XXII. Estas afirmações, contrárias à definida opção do cristão de hoje no campo social, só podem partir de grupos e personalidades que, a favor de Interesses mesquinhos e exclusivistas, querem alienar o cristianismo e dividi-lo, diminuindo a sua força. E' se notar que esta tentativa de desviar o cristianismo de sua verdadeira responsabilidade é consciente, e parte de pessoas que, hipócrita e cientemente, ainda se declaram cristãs". (diário de minas 6/3/64)

Nota-se que, no trecho da reportagem escrita pelo *Diário de Minas*, existem certos estigmas pautados por uma moralidade ética-religiosa, refletindo os manifestos da Associação Católica. Sociologicamente falando, os estudantes exerceram a função de mobilizadores, ao questionarem a encíclica *Pacem in Terris*, voltada para os direitos humanos, paz e justiça social, o que reforçou ainda mais o apoio a Dom João Resende e, ao mesmo tempo, questionou a própria elite dominante, que pregava pela defesa da moral cristã.

Na mesma ocasião, o reitor da Universidade de Minas Gerais, professor Aluísio Pimenta, se solidarizou com Dom João Resende e concordou inteiramente com seu posicionamento e manifestação, como ofício de um líder religioso seguindo os princípios do Vaticano II e da *Pacem in Terris* (*Diário de Minas*, 1964).

O deputado João Mendes, membro da Ação Democrática Puramente, um grupo com postura conservadora e anticomunista, critica a Ação Católica de Belo Horizonte, acusando-a de estar "infiltrada por esquerdistas". Ele sugere que o grupo está alinhado com ideologias comunistas ou socialistas. Esse conflito surgiu em resposta a uma ação da Secretaria de Saúde do Estado, que gerou oposição de grupos católicos em Belo Horizonte.

Ao invés de aderirem à suposta agenda comunista da Secretaria, os católicos optaram por uma manifestação religiosa, rezando o terço. O deputado destaca que a "Ação Católica" se opõe ao resto do país, que teria apoiado a resistência contra a iniciativa da Secretaria, e enaltece a bravura das mulheres mineiras, considerando-as um motivo de orgulho nacional.

O discurso do deputado reflete uma visão anticomunista, comum durante períodos históricos como a Guerra Fria e a Ditadura Militar. A retórica também busca definir quais católicos são "legítimos" (aqueles que resistem ao comunismo) e quais são "infiltrados" na ideologia de esquerda, contribuindo para a polarização política entre "bons brasileiros" e "infiltrados".

No *Diário de Minas* de 4 de março de 1964, o deputado João Mendes fez uma grave acusação ao afirmar que os católicos de Belo Horizonte estavam sendo "sabidamente filtrados por esquerdistas", referindo-se à infiltração de ideias comunistas nas organizações religiosas locais. O jornal traz uma descrição de um episódio ocorrido durante um comício de Leonel Brizola, onde a oposição foi liderada por católicos que, em um ato de resistência, rezavam o terço. Esse gesto simbólico representava o repúdio à ameaça comunista, conforme os manifestantes viam a situação.

A polarização ideológica foi acentuada pela narrativa do jornal, que destaca como "os tranquilos mineiros perderam a paciência" e reagiram violentamente contra os simpatizantes de esquerda, resultando em tumultos e o arremesso de cadeiras. O relato reforça a ideia de um embate acirrado entre as forças políticas e religiosas da época, com um claro posicionamento conservador contra o avanço de ideologias de esquerda.

Além disso, o texto destaca o padre Caio de Castro como um dos principais líderes da resistência católica, evidenciando o engajamento da Igreja Católica nas causas conservadoras e no movimento anticomunista que se espalhava pelo Brasil durante aquele período (Figura 16). A atuação da Igreja se reflete, assim, como parte de uma oposição organizada contra o que era visto como uma ameaça à ordem moral e religiosa estabelecida.

**Figura 16- O rosário contra o comunismo (padre Caio conduzindo os fiéis)**



Fonte: Diário de Minas, 1964

Quando Leonel Brizola esteve em Belo Horizonte no período pré-1964, causou grande alvoroço entre os católicos conservadores. Além da repercussão nacional, Brizola era visto como uma ameaça pelos grupos políticos e religiosos conservadores. Na ocasião, o evento ficou marcado como a 'guerra das cadeiradas' quando um grupo de conservadores, liderado pelo padre Caio de Castro, entrou em conflito com os apoiadores do político (Figura 17).

**Figura 17- Guerra das cadeiradas**



Fonte: Diário de Minas, 1964

A matéria aponta que os católicos seriam os grandes resistentes às ideologias comunistas. Trata-se de uma reportagem claramente parcial, com uma narrativa fortemente antiesquerdista. Na matéria, os católicos são descritos como resistentes, enquanto os comunistas são caracterizados como revolucionários. É explícita a comoção em massa de leigos e políticos conservadores em um período pré-golpe. A narrativa com expressões como 'gritos e preces' e 'guerra das cadeiras' sugere, metaforicamente, a intenção de transmitir socialmente qual grupo estaria ao lado da prece e qual estaria envolvido em tumultos.

O episódio da 'Guerra das Cadeiras' ilustra a tensão entre forças progressistas e conservadoras no Brasil pré-1964. A cobertura da imprensa reflete um viés ideológico que ajudou a construir a narrativa do 'perigo comunista', contribuindo para a legitimação de ações repressivas contra os movimentos de esquerda.

A relação entre Igreja e sociedade anteriormente do Concílio Vaticano II não tinha tanto impacto quanto ao que foi vivenciado no contexto pós década de 1960, principalmente em que fiéis já estavam mobilizados e articulados para questões voltadas aos marginalizados, através de amparo pastoral e de movimentos estudantis e sociais. Principalmente em Belo Horizonte com apoio de alunos da Universidade Católica com grande destaque para a década de 1970 e 1980, os alunos em conjunto ao Diretório Central dos Estudantes,

desenvolveram mobilização para discussões progressistas e conservadoras no Brasil.

Os estudantes desempenharam um papel central na Igreja Católica de Belo Horizonte durante o golpe militar de 1964, reivindicando direitos civis e atuando como defensores dos direitos humanos. Eles estabeleceram um diálogo com o arcebispo, promovendo apoio mútuo e solidariedade em um cenário de repressão militar. Essa colaboração exemplificou a complexa interação entre a juventude, a Igreja e os movimentos de resistência à opressão.

A polarização ideológica, amplamente evidenciada durante a década de 1960, impactou os católicos de Belo Horizonte, gerando divisões internas entre grupos conservadores e progressistas. Essas divergências resultaram em conflitos sobre a posição da Igreja em relação ao regime militar e às ideologias comunistas. Tal tensão levou a um engajamento ativo de fiéis em causas conservadoras e em iniciativas contrárias ao comunismo, refletindo um ambiente de efervescência política e mobilização social. A polarização também destacou a influência da Igreja na política local, moldando a identidade religiosa e social de seus membros.

Entre as décadas de 1970 e 1980, Belo Horizonte vivenciou um fortalecimento da relação entre religião, educação superior e sociedade civil, com destaque para o papel desempenhado pela Universidade Católica de Minas Gerais (atualmente PUC Minas). Os registros arquivísticos da época revelam que o catolicismo, sob liderança de figuras como Dom Serafim Fernandes de Araújo, soube se adaptar às transformações políticas e culturais do período, atuando como mediador em meio às tensões da ditadura militar e da efervescência do movimento estudantil.

Dom Serafim, ainda antes de sua nomeação como arcebispo em 1986, já exercia grande influência no ambiente acadêmico e eclesial da cidade. À frente da Universidade Católica de Minas Gerais, promoveu uma gestão marcada pelo diálogo, pela escuta ativa e pela tentativa de conciliar os valores cristãos com a crescente mobilização política dos estudantes. Sua postura,

conforme indicam os documentos, era a de apaziguar conflitos sem recorrer à repressão, preservando a estabilidade institucional e reafirmando a hegemonia simbólica da Igreja.

A documentação analisada evidencia que a atuação de Dom Serafim estava profundamente ancorada na lógica weberiana da burocratização do carisma e na dinâmica bourdieusiana do campo religioso. Seu carisma pessoal, longe de ser subversivo, era integrado à estrutura institucional da Igreja, operando como mecanismo de renovação interna sem ruptura com a tradição. A criação da Fundação José Fernandes de Araújo, a renúncia ao próprio salário como reitor e o incentivo à inclusão educacional ilustram essa estratégia de acumulação de capital simbólico em prol da legitimação e da expansão da influência católica.

Após sua nomeação como bispo, em 1960, Dom Serafim passou a exercer também a função de reitor da Universidade Católica de Minas Gerais, papel no qual teve uma atuação decisiva para a expansão da instituição. Durante esse período, integrou o Conselho Federal de Educação e realizou diversas viagens internacionais, visitando instituições educacionais e fortalecendo suas relações com o meio acadêmico (Fundação Dom Cabral, 2024).

Como reitor, Dom Serafim renunciou ao salário que lhe era devido, destinando esses recursos para auxiliar os estudantes no pagamento de suas mensalidades. Já em 1980, um ano antes de encerrar seu período à frente da reitoria, ele criou a Fundação José Fernandes de Araújo (FJFA), batizada em homenagem a seu pai, com o propósito de promover a inclusão social e a cidadania através da educação. A fundação permaneceu ativa por quatro décadas, concedendo mais de oito mil bolsas de estudo ao longo de sua existência (Fundação Dom Cabral, 2024).

Durante a década de 1980, a presença do Padre Geraldo Magela Tavares como reitor reforçou ainda mais essa postura de abertura e modernização da Universidade Católica. Padre Magela, dotado de uma visão contemporânea para a educação, soube articular a tradição católica com a necessidade de atualização acadêmica e científica da instituição, acompanhando as mudanças

que o ensino superior brasileiro exigia. Sua liderança foi marcada pela expansão da universidade, pela criação de novos cursos e pela consolidação da PUC Minas como uma referência nacional no ensino privado de qualidade, sempre em diálogo com os princípios humanistas do catolicismo.

Durante a década de 1970, os estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais, estavam empenhados em criticar a instituição católica e cobrar ativamente representantes religiosos que estavam ativamente na gestão do corpo administrativo e docente (Secretaria de Cultura, 1970-2005). As charges e boletins, produzidos no contexto da década de 1970, referem-se ao DCE de uma universidade católica e ilustram, de maneira crítica, a influência da Igreja sobre a prática política estudantil. A cena, em que estudantes são obrigados a rezar múltiplas orações no momento do voto, revela o uso do capital simbólico religioso, conceito elaborado por Pierre Bourdieu, como instrumento de controle social.

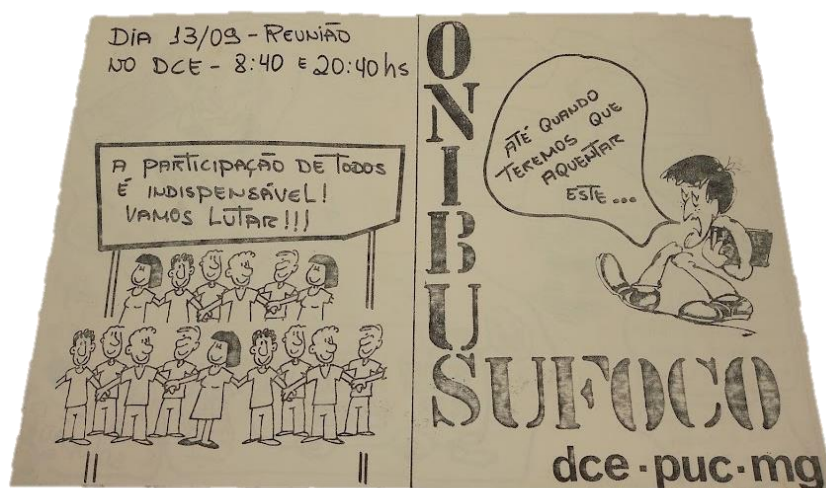
**Figura 18- Manifestação dos estudantes da Universidade Católica de Minas Gerais**



Fonte: Sociedade de Cultura Mineira, 1975

Em plena ditadura militar, enquanto o movimento estudantil emergia como forma de resistência política, instituições confessionais buscavam preservar a ordem conservadora, utilizando práticas religiosas para reforçar a dominação e desmobilizar a contestação. A charge também se insere no quadro teórico gramsciano sobre hegemonia, evidenciando a tentativa da Igreja de moldar o consentimento dos estudantes e impedir rupturas políticas em espaços de formação intelectual.

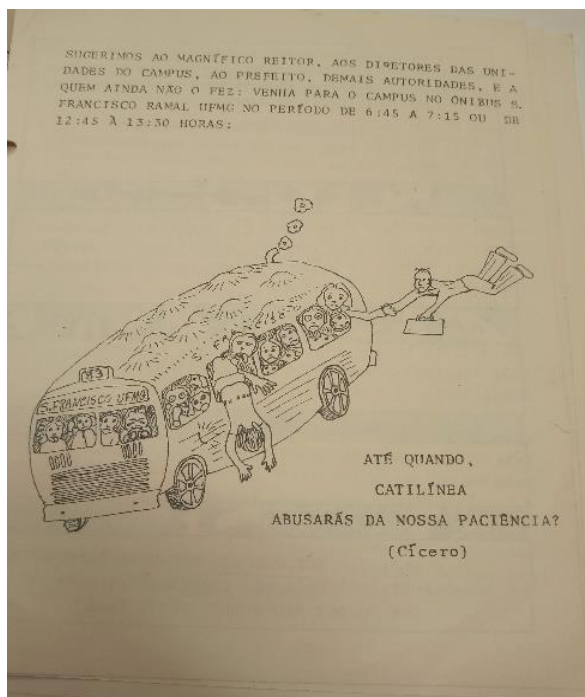
**Figura 19- Estudantes em prol de acessibilidade e mobilidade ao campus universitário**



Fonte: Secretaria Mineira de Cultura, 1981

O boletim informativo acima revela a preocupação do movimento estudantil com as condições precárias do transporte até o campus da PUC Minas. A campanha "Ônibus Sufoco" associa a superlotação à sensação de opressão, convocando os estudantes a participarem ativamente das reuniões do DCE. O uso de palavras de ordem e da imagem de estudantes unidos evidencia a aposta na mobilização coletiva como estratégia de pressão política.

## Figura 20- Mobilidade e Crítica Estudantil na Universidade Católica de Minas Gerais



Fonte: Sociedade Mineira de Cultura, 1981

A imagem acima intensifica a crítica, representando de maneira caricatural a situação dos ônibus superlotados. A referência à célebre frase de Cícero, “Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?”, sugere uma ruptura do respeito protocolar, caracterizando uma postura de enfrentamento explícito às autoridades acadêmicas e municipais. A crítica é direcionada tanto à administração da universidade quanto ao poder público, exigindo providências urgentes.

As imagens demonstram que, nas décadas de 1970 e 1980, o movimento estudantil da PUC Minas se consolidava como um ator político relevante, capaz de articular denúncias públicas, mobilizar a comunidade universitária e confrontar a autoridade institucional para reivindicar direitos básicos como transporte digno. O enfrentamento direto à reitoria simboliza um momento de amadurecimento da consciência coletiva dos estudantes e da politização dos espaços universitários.

A ação conjunta de figuras como Dom Serafim e Padre Geraldo Magela contribuiu não apenas para a estabilidade interna da Universidade Católica, mas também para reforçar a influência da Igreja Católica em Belo Horizonte, em um momento em que a cidade crescia e se diversificava culturalmente. Através da educação, a Igreja manteve sua relevância, agora sob uma roupagem de diálogo, respeito à pluralidade e defesa dos direitos humanos, características que marcam o perfil da PUC Minas até os dias atuais.

A partir da perspectiva de Max Weber, Dom Serafim pode ser compreendido como um líder carismático que operava dentro da lógica institucional da Igreja, uma organização que se caracteriza pela burocratização do carisma (Weber, 1994). Segundo Weber, instituições religiosas, à medida que se consolidam, tendem a institucionalizar e regulamentar o carisma de seus líderes para garantir estabilidade e permanência. Assim, mesmo que Dom Serafim apresentasse traços carismáticos — especialmente pela sua capacidade de diálogo e seu apelo junto aos jovens e universitários —, esse carisma era sistematicamente controlado, traduzido e administrado dentro da estrutura hierárquica e normativa da Igreja (Weber, 2004).

Sob a ótica de Pierre Bourdieu, essa dinâmica pode ser entendida em termos do conceito de campo religioso. Para Bourdieu, o campo religioso é um espaço social relativamente autônomo, regido por lógicas próprias de poder simbólico (Bourdieu, 2005; Bourdieu, 2007). Dom Serafim atuava nesse campo buscando acumular e redistribuir um tipo específico de capital simbólico, o reconhecimento social de sua ação pastoral e educacional. Sua renúncia ao salário e a criação de uma fundação social são exemplos de como ele reforçava seu prestígio dentro do campo sem questionar a posição da Igreja como instituição hegemônica. Em vez de romper com o sistema, ele o reproduzia de maneira estratégica, conquistando legitimidade tanto dentro da instituição quanto na sociedade civil.

Ainda que se distanciasse dos setores mais conservadores, Dom Serafim não deixava de ser um produto e um agente da própria sistematização católica, moldando sua prática dentro dos limites impostos pela estrutura institucional. Seu progressismo era, portanto, um progressismo interno, uma tentativa de renovar a prática sem romper com a tradição.

Essa análise revela que, sociologicamente, Dom Serafim encarna a tensão típica dos líderes religiosos em contextos de mudança: a necessidade de adaptar-se às novas demandas sociais sem perder a continuidade institucional. Sua trajetória ilustra como as instituições religiosas são capazes de absorver e regular inovações, mantendo-se resilientes em meio às transformações históricas.

A análise dos documentos revela que o ambiente universitário da PUC Minas, embora moldado por valores cristãos, abrigava práticas de resistência que tensionavam a hegemonia institucional. A Igreja, por seu turno, em vez de suprimir tais movimentos, buscava canalizá-los por meio de estratégias de apaziguamento, reafirmando seu poder simbólico sem provocar rupturas abertas.

Em suma, no contexto das décadas de 1970 a 1980, os registros arquivísticos indicam que a Universidade Católica de Minas Gerais desempenhou um papel ambíguo: de um lado, manteve o controle institucional e religioso sobre o espaço universitário; de outro, abriu-se para o diálogo com a mobilização estudantil, mediada principalmente pela atuação de lideranças como Dom Serafim. Esse processo exemplifica como instituições religiosas podem, ao mesmo tempo, adaptar-se e conservar suas estruturas em cenários de mudança, reafirmando sua centralidade simbólica na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar os entrelaçamentos entre fé e status na cultura católica de Belo Horizonte, no período de 1940 a 1980, considerando a interação complexa entre a Igreja Católica, a elite local e a sociedade civil. Através de um trabalho metodológico baseado em análise documental, pesquisa arquivística e revisão bibliográfica, foi possível reconstituir as práticas religiosas, políticas e simbólicas que marcaram a trajetória do catolicismo na capital mineira.

A metodologia utilizada combinou a análise de fontes primárias — como jornais, boletins estudantis, charges, documentos eclesiais e relatórios institucionais — com a interpretação teórica inspirada em autores clássicos e contemporâneos da sociologia da religião e da cultura. Esta abordagem permitiu a compreensão não apenas dos fatos históricos, mas das lógicas simbólicas e dos mecanismos de poder que atravessaram o catolicismo local.

O trabalho foi estruturado em três grandes capítulos. No primeiro, abordou-se a constituição histórica da Arquidiocese de Belo Horizonte, suas estratégias de poder e sua função na construção simbólica da nova capital. No segundo, analisou-se a ocupação do espaço urbano, especialmente no entorno da Avenida do Contorno, e a forma como a fé cristã se entrelaçou às práticas de distinção social e controle cultural. No terceiro capítulo, o foco recaiu sobre o período da ditadura militar e as tensões provocadas pelas mudanças pós-Concílio Vaticano II, evidenciando as resistências e adaptações internas da Igreja, bem como a emergência de um movimento estudantil crítico e articulado.

Entre os principais achados da pesquisa, destaca-se a centralidade da Igreja como mediadora de práticas sociais e culturais, exercendo um papel hegemônico que combinava tradição e inovação. A atuação de figuras como Dom Antônio dos Santos Cabral, Dom João Resende Costa e, especialmente, Dom Serafim Fernandes de Araújo, ilustra a capacidade da hierarquia católica de dialogar com as transformações sociais sem romper com as bases tradicionais de poder.

No campo da mobilização estudantil, o trabalho revelou que, mesmo em um ambiente religioso e conservador, o movimento estudantil da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) soube articular críticas incisivas à estrutura de poder vigente, utilizando-se de linguagens inovadoras, como

charges e boletins. A análise dessas manifestações permitiu entender como a resistência política se expressou no campo simbólico e como a religião, ao mesmo tempo em que era contestada, ainda oferecia canais para negociação e transformação social.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa dialogou com as contribuições de Pierre Bourdieu sobre o campo religioso e o capital simbólico, com a teoria da burocratização do carisma de Max Weber. Essa interlocução teórica permitiu interpretar a ação da Igreja não apenas como uma imposição, mas como uma produção contínua de legitimidade e consentimento social.

Em síntese, esta pesquisa demonstrou que o catolicismo em Belo Horizonte, entre 1940 e 1980, foi muito mais do que uma religião dominante: foi uma força organizadora da vida social, política e simbólica da cidade. Ao mesmo tempo, mostrou-se permeável às tensões internas e externas que marcaram a sociedade brasileira, adaptando-se para manter sua relevância e sua capacidade de moldar subjetividades.

Assim, ao lançar luz sobre as relações entre fé, status e sociedade, esta dissertação contribui para a compreensão das dinâmicas de poder simbólico no contexto urbano e religioso brasileiro, revelando a complexidade dos processos históricos que sustentam a centralidade do catolicismo na formação da identidade social de Belo Horizonte.

## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rhulio Rodd. INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS RELIGIOSOS UTILIZADOS PELA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE (1962-2010)(Dossiê: Gestão, Educação e Patrimônio Cultural). **e-hum**, v. 7, n. 2, p. 78-90, 2015.

ALVES, Rogério Othon Teixeira *et al.* “O clássico dos clássicos” das alterosas mineiras: a invenção da rivalidade futebolística entre Athletico e Palestra. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 30, n. 3, p. 703-721, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-55092016000300703>. Acesso em: 2 maio 2025.

ALVES, Fábio Lopes. A dinâmica da sociabilidade em Georg Simmel. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Serviços Académicos Intercontinentales, set. 2013.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Síntese: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 6, n. 17, 1979. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291>.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica social do julgamento*. Tradução de Sérgio L. de M. V. Alves. 1. ed. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: **Perspectiva**, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: **Zouk**, 2007. Publicado originalmente em 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2007. Publicado originalmente em 1989.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. As cerimônias de coroação de Nossa Senhora: memórias e análise de uma prática devocional mariana. **PARALELLUS: Revista de Estudos de Religião - UNICAP**, Recife, v. 8, n. 17, p. 173–190, 2017.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Bases temporais para o estudo histórico da Igreja Católica do século XX. **Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 5, n. 10, p. 75-90, 2007.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Domínios diferenciados e reflexos identitários: o pensamento católico “antimoderno” no Brasil. **Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 2, n. 4, p. 97-111, 2004.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O catolicismo militante em Minas Gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres. **Revista brasileira de história das religiões**, v. 4, n. 10, 2015.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II, sua hermenêutica e recepção. **Estudos teológicos**, v. 55, n. 1, p. 60-75, 2016.

CALVO, Julia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. **Cadernos de História**, v. 14, n. 21, p. 71-93, 2013.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. Praça Sete, Pampulha e Savassi: centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte. **Annablume**, 2016.

CERQUEIRA, Yasminie Midlej Silva Farias. *Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea*. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CHIANCA, Luciana. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. **Revista Antropológicas**, v. 18, n. 2, p. 2, 2007.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. Raymond Murray e a sociologia católica no Brasil: notas sobre um manual da década de 1940. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 3, p. 110-122, 2015.

COELHO, Claudio Marcio. O Poder Invisível. **Revista Ágora**, n. 15, 2012.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Sociabilidade urbana*. São Paulo: **Schwarcz-Companhia das Letras**, 2007.

FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, v. 48, n. 1, p. 133–165, jan. 2005.

GIUMBELLI, Emerson. *Religião, laicidade e esfera pública: conceitos em movimento*. Rio de Janeiro: **EdUERJ**, 2008.

LIBÂNIO, J. B. A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Síntese: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 5, n. 12, 1978. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2393>. Acesso em: [inserir data de acesso].

LOPES, Janaina Christina Perrayon. Enlaces e redes: as testemunhas de casamento e a sociabilidade africana a partir dos registros matrimoniais da Freguesia da Candelária na primeira metade do séc. XIX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, 2011.

LOTT, Wanessa Pires. Cenas festivas da/na cidade de Belo Horizonte: 1897-1922. 2009.

MARQUES, Rita de Cássia. A caridade criando hospitais em Minas Gerais (Brasil) - séculos XVIII-XX. *Dynamis*, Granada, v. 31, n. 1, p. 107–129, 2011.

MESTRINER, Gilson. *A política social no Brasil: organização e ideologia*. São Paulo: **Cortez**, 1992. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 33).

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890–1930*. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2009.

MONTERO, Paula. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: **Sumaré/Anpocs**; Brasília: **Capex**, v. 1, p. 327–367, 1999.

MONTEIRO, José Marciano. A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. *Análise Social*, v. 28, n. 123/124, p. 921–950, 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41011006>. Acesso em: [inserir data de acesso].

MUELLER, Helena Isabel. Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930. *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, p. 259–278, 2015.

NETO, Fernando Lima. As organizações não governamentais no limiar do Novo Século: da caridade cristã ao profissionalismo engajado. *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 12, p. 43–60, 2013.

NEVES, Lucília; PASSOS, Mauro. Silêncios e diálogos: o catolicismo e a defesa dos direitos sociais e humanos ante à intolerância política da ditadura militar no Brasil (1964-1985). *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 3, n. 5, p. 67–81, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. *Sociologias*, v. 18, p. 150–169, 2007.

OSMAR, HRS; STEPHAN, IIC SEGREGAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 3, n. 2, 2015.

PASSOS, Mauro. Religião e sociedade: o movimento religioso em Belo Horizonte na década de 1970.

- PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena. **Cadernos de História**, v. 3, n. 2, p. 203–217, 2008.
- SANCHIS, Pierre. As tramas sincréticas da história: sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, 1995.
- SANCHIS, Pierre. As religiões dos brasileiros. **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 1, n. 2, p. 28–43, 1997.
- SILVA, A. I. de O. e. A pedagogia do feminino: análise de um ritual de apresentação da menina à sociedade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 26–36, 1985. Disponível em: <https://publicacoesfcc.emnuvens.com.br/cp/article/view/1391>. Acesso em: 2 jan. 2025.
- SILVA, C. N. da. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, n. 15, p. 326–351, jan. 2006.
- SILVA, Cleydiane et al. Educação com mães adolescentes no planejamento familiar e vida social, 2019.
- SIMMEL, Georg. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). In: \_\_\_\_\_. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: **Jorge Zahar**, 2006.
- SIMMEL, Georg. *Sociologia: estudos sobre as formas de sociação*. Tradução científica de Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre: **Fundação Fênix**, 2021.
- SOUZA, Eduardo Alves. *O bom soldado de Cristo*. Belo Horizonte: **FAJE**, 2013.
- SOUZA, Marco Antônio. *As estratégias da pedagogia do assistencialismo em Belo Horizonte, 1930–1990: educação e caridade*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- STARLING, Heloisa; TELLES, Marcela; STARLING, Virginia. Santa Harmonia: A Arquidiocese de Belo Horizonte e suas relações com o Estado. In: \_\_\_\_\_. *A Arquidiocese de Belo Horizonte e sua presença pública, social e política*. Belo Horizonte: **Editores PUC Minas**, 2021, p. 67–108.
- WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 96, p. 87–103, jul. 2013.
- WALL, Karin. Apontamentos sobre a família na política social portuguesa. **Análise Social**, v. 30, n. 131/132, p. 431–458, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41011096>. Acesso em: [inserir data de acesso].
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: **Editores Universidade de Brasília**, 1994.
- WEBER, Max. *Sociologia da religião*. 3. ed. São Paulo: **Martin Claret**, 2004.

## DOCUMENTOS CENSITÁRIOS

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** *Recenseamento geral do Brasil 1940: censo demográfico; censos econômicos.* Rio de Janeiro: IBGE, 1940–. Decenal. **ISSN 0104-3145.** Publicação encerrada. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 5 set. 2024.

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** *Recenseamento geral do Brasil 1940: censo demográfico; censos econômicos.* Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\\_1940\\_p13\\_t2\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p13_t2_mg.pdf). Acesso em: 17 fev. 2025.

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** *Censo demográfico: 1950.* Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População, 1950. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v21\\_t1\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v21_t1_mg.pdf). Acesso em: 17 fev. 2025.

## DOCUMENTOS FONTE VIRTUAL

**ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE.** *Cardeal Serafim Fernandes de Araújo – Arcebispo Emérito.* Disponível em: <https://arquidiocesebh.org.br/arquidiocese/organizacao/governo/cardeal-serafim-fernandes-de-araujo-arcebispo-emerito/>. Acesso em: 13 set. 2022.

**ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE.** *Dom Antônio dos Santos Cabral.* Disponível em: <https://arquidiocesebh.org.br/arquidiocese/organizacao/governo/dom-antonio-dos-santos-cabral/>. Acesso em: 2 maio 2025.

**ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO.** *Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.* São Paulo, 1900. Disponível em: <https://arquisp.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

Casa Fiat de Cultura. *Histórico da Capela de Santana.* [s.l.]: [s.n.], [s.d.], [s.p.].

*JK*. Direção: Dennis Carvalho. Roteiro: Maria Adelaide Amaral e Alcides Nogueira. Elenco: José Wilker, Marília Pêra, Débora Falabella, entre outros. Brasil: **TV Globo**, 2006. Minissérie televisiva, 47 episódios.

JOÃO XXIII. *Discurso na solene abertura do Concílio Vaticano II (11 de outubro de 1962)*. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19621011\\_opening-council.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html). Acesso em: 2 maio 2025.

Santuário de Padre Eustáquio. *Juscelino atribui milagre de gravidez da esposa a Padre Eustáquio*. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/15/interna\\_gerais.676780/juscelino-atribui-milagre-de-gravidez-da-esposa-a-padre-eustaquio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/15/interna_gerais.676780/juscelino-atribui-milagre-de-gravidez-da-esposa-a-padre-eustaquio.shtml). Acesso em: 25 fev. 2024.

## DOCUMENTOS HISTÓRICOS

BIAS FORTES, Francisca; KUBITSCHKE, Juscelino; PESSOAS NÃO IDENTIFICADAS. *[Durante o casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob]*. 30 abr. 1955. **Acervo Iconográfico do Arquivo Público Mineiro**. IPS-1-3-164(16). Rio de Janeiro, 1955. Fotografia em preto e branco, 5,5 x 5,5 cm. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=61859](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=61859). Acesso em: 17 fev. 2025.

CABRAL, Antonio dos Santos. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cabral-antonio-dos-santos> Acesso em: 15 set. 2022.

HORTA, Cid Rebelo. *Famílias governamentais de Minas Gerais*. Belo Horizonte: **Fundação João Pinheiro**, 1986.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Francisca Bias Fortes, Juscelino Kubitschek e pessoas não identificadas durante o casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob. 30 abr. 1955. Fotografia. **Acervo Iconográfico**. Notação: IPS-1-3-164(16). Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=61859](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=61859). Acesso em: 20 set. 2024.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Cardeal Motta durante o casamento de Maria Elisa Pinheiro e Benjamin Jacob. Rio de Janeiro, 30 abr. 1955. Fotografia em preto e branco, 5,5 x 5,5 cm. **Acervo Iconográfico**. Código: IPS-

1-3-164(03). Disponível em:  
[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=61846](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=61846). Acesso em: 17 fev. 2025.

REVISTA ALTEROSA. **Revista Alterosa**, n. 21, dez. 1941. Cód.: C.16/x-002. Acervo: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

REVISTA ALTEROSA. **Revista Alterosa**, n. 66, out. 1945. Cód.: C.16/x-009. Acervo: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

### DOCUMENTOS IMPRESSOS (JORNAIS)

Classes produtoras apoiam D. João. **Diário de Minas**, Belo Horizonte, mar. 1964. Disponível em: Memorial da Arquidiocese, Fundo Dom João Resende Costa.

Dom Cabral e suas obras. Belo Horizonte: **Imprensa Oficial do Estado**, 1943.

Deputados diz que católicos de BH são comunistas. Belo Horizonte: **Diário de Minas**, 1964.

Dom Cabral fará 60 anos de sacerdócio. Belo Horizonte: **Estado de Minas**, 1967.

Dom Cabral faz 80 anos e recebe a benção do papa. Belo Horizonte: **O Diário**, 1964.

Dom Cabral faz anos com MP. **O Diário**, Belo Horizonte, 9 out. 1964, p. 9. Disponível em: Memorial da Arquidiocese, Fundo Dom Antonio dos Santos Cabral.

Frei Inocêncio e o bairro Cidade Jardim. *O Tempo*, 2021. Disponível em: [link do artigo, se disponível]. Acesso em: 2 mai. 2025.

Interpelação à Ação Católica. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 mar. 1964. Disponível em: Memorial da Arquidiocese, Fundo Dom João Resende Costa.

Igreja renova protestos contra badernas de BH. **Última Hora**, Belo Horizonte, mar. 1964. Disponível em: Memorial da Arquidiocese, Fundo Dom João Resende Costa.

Padre Tolentino faz apelo à população. **Última Hora**, Belo Horizonte, 1964.  
Acervo do Arquivo da Arquidiocese de Belo Horizonte.